



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

REITOR

Jackson Proença Testa

VICE-REITOR

Marcio José de Almeida

GEOGRAFIA: Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, é uma publicação semestral destinada a editar matérias de interesse científico de qualquer área de conhecimento, desde que tenham relação com a ciência geográfica.

Comissão de Publicação do Departamento de Geociências

Membros:

Prof. Claudio Roberto Bragueto

Prof. José Barreira

Profa. Mirian Vizintin Fernandes Barros

Funcionária: Edna Pereira da Silva

Conselho Editorial

Prof. Dalton Áureo Moro – UEM

Prof. Eliseu Savério Spósito – UNESP –
Presidente Prudente

Prof. Francisco de Assis Mendonça –
UFPR

Prof. Geraldo Cesar Rocha – UFU

Prof. José Barreira – UEL

Prof. José Paulo Piccinini Pinese – UEL

Profa. Nilza Aparecida Freres Stipp – UEL

Profa. Rosana Figueiredo Salvi – UEL

Profa. Yoshiya Nakagawara Ferreira – UEL

Geografia

Revista do Departamento de Geociências

ISSN 0102-3888

VOLUME 9 – NÚMERO 2 – JUL./DEZ. 2000



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Campus Universitário
Caixa Postal 6001
Fone/Fax: (43) 371-4674
E-mail: eduel@uel.br
86051-990 Londrina - PR

Conselho Editorial

Leonardo Prota (Presidente)
José Eduardo de Siqueira
José Vitor Jankevicius
Lucia Sadayo Takahashi
Mary Stela Müller
Paulo Cesar Boni
Ronaldo Baltar

Editoração Eletrônica e Composição

Kely Moreira Cesário

Capa

Projeto Ilustração – UEL / CECA / Arte /
Curso de Design
Coord.: *Cristiane Affonso de Almeida Zerbetto*
Vice-Coord.: *Rosane Fonseca de Freitas Martins*
Aluno: *Alexandre Hayato Shimizu*

Normalização Documentária e Revisão Geral

Ilza Almeida de Andrade CRB 9/882

Montagem e Acabamento

Rubens Vicente

Geografia / Departamento de Geociências, Univer-
sidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1
(Dez. 1983)- . – Londrina : Ed.
UEL, 1983- .
v. ; 29 cm

Semestral. Publicado anualmente até 1993.
Suspensa de 1994-1998.

Descrição baseada em: Vol. 8, n. 1 (Jan./Jun. 1999)

ISSN 0102-3888

1. Geografia humana – Periódicos. 2. Geografia
física – Periódicos. I. Universidade Estadual de
Londrina. Departamento de Geociências.

CDU 91(05)

Geografia

Revista do Departamento de Geociências

A QUESTÃO PÓS-MODERNA E A GEOGRAFIA	95
Rosana Figueiredo Salvi	
FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES	113
Rosemeire Aparecida Almeida, Eliane Tomiasi Paulino	
PRODUTOR FAMILIAR E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL INDUSTRIAL	129
Ruth Youko Tsukamoto	
ENSINO DE GEOGRAFIA: ORIGENS E PERSPECTIVAS	137
Jean Carlos Rodrigues	
CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE MICROCLIMÁTICO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (PR) NA SITUAÇÃO DE INVERNO DO ANO DE 1999	143
Deise Fabiana Ely	
COMPARAÇÃO DE MÉTODOS DE DETERMINAÇÃO DE ÁREA: SUPERFÍCIE FOLIAR DO FEIJOEIRO	151
Teresinha E. S. Reis, Luiz Carlos Reis, Omar Neto Fernandes Barros	
NOTAS	
REDE E LOCALIDADE CENTRAL: O MST NO NOROESTE DO PARANÁ	161
João Edmilson Fabrini	
LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA FÍSICA EN LA UNIVERSIDAD DE LA HABANA	167
Silvia Diaz García	
INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO	173

A questão pós-moderna e a Geografia

Rosana Figueiredo Salvi*

RESUMO

Considerando que o tema sobre a pós-modernidade gerou, sobretudo nesta última década, alguns dos mais fascinantes e polêmicos debates, atraindo multidões de adeptos na mesma proporção em que atraiu críticos das mais diversas áreas, esse trabalho tem por objetivo discutir o assunto no âmbito da Geografia. Em primeiro lugar, buscou-se esclarecer a temática sobre a pós-modernidade, sendo considerados os principais propositores, as polêmicas mais importantes e as áreas fecundas para o debate. Foram ainda considerados os conceitos e as críticas que mais se relacionam ao tema. Esse conjunto de assuntos foi agrupado dentro do que denominamos “Questão Pós-Moderna”. Os trabalhos geográficos que visam introduzir o debate sobre a pós-modernidade no domínio dessa ciência foram também averiguados.

PALAVRAS-CHAVE: pós-moderno, modernidade, pós-modernismo, teoria crítica, Ciência Geográfica.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os geógrafos vêm se engajando com a Teoria Social Crítica com o intuito de avançar nos conhecimentos sobre as rápidas mudanças que estão se dando no mundo. Um resultado desse engajamento tem sido a entrada no debate interdisciplinar das várias perspectivas teóricas sobre o presente, inclusive a do pós-moderno. De fato, a literatura na área de Geografia continua se expandindo nesse sentido.

Ao longo dos últimos anos as discussões e debates estão centradas na afirmação de que a sociedade moderna repousa sobre uma “dobrada histórica” (Gregory, Martin & Smith, 1996), vivendo uma nova realidade, cujo entendimento exige uma reformulação externa das estruturas teóricas e conceituais das ciências humanas.

A possibilidade de estarmos vivendo uma nova era social nos conduz ao reexame de nossas teorias assimiladas. Tal atitude deve ser considerada, pois são inegáveis o sentimento de desorientação e a crescente noção de estarmos avançando para além dos paradigmas teóricos, metodológicos e epistemológicos do período do pós-guerra. A reviravolta, reestruturação e desestabilização do

capitalismo mundial, a crescente globalização da produção das finanças e da cultura, o colapso do Socialismo de Estado na Europa Oriental e Central, o ressurgimento de regionalismos étnicos e sócio-políticos, a busca por novos sistemas nacionais e internacionais de regras sócio-econômicas, a ênfase no ambientalismo, dentre outros grandes acontecimentos, expressam indícios para o declínio das velhas ordens.

Quais sejam as alternativas futuras, dependerá também de nossos esforços por divulgá-las, aceitá-las ou repudiá-las, criticá-las ou adotá-las. O importante é que a ciência geográfica não se negue a participar desse momento. E longe de permanecer imune, essa mesma Geografia vem se engajando nessas questões, estando na primeira linha quanto ao reexame conceitual que se vem seguindo.

Harvey, Peet, Thrift, Gregory e Walford, Macmillan, Kobayashi e Mackenzie, Clocke, Philo e Sadler, Johnston, Sttodart, Ley, Dear, Santos, Silva, dentre muitos outros, são exemplos de pesquisadores que vêm constantemente reavaliando a disciplina em suas abordagens teóricas, buscando novas propostas de “remodelar”, “refazer”, “abordar”, “mudar”.

* Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: salvi@uel.br

Nesse sentido, muitos epítetos têm sido utilizados para descrever a natureza dessa recente reviravolta: pós-marxismo, pós-estruturalismo, tendência crítico-realista, estruturacionismo, feminismo e, talvez, o mais controverso e o mais esquivo, pós-modernismo.

Nós concluímos que esses debates têm provado um ímpeto para importantes críticas e avanços.

Graham (1995), comentando Dear (1988), expõe as idéias desse último como sendo pós-modernistas e que lançam um desafio para os geógrafos que trabalham com a Geografia Humana. Esse desafio põe em relevo alguns dos mais básicos e tidos como um dos mais consensuais conceitos sobre racionalidade, verdade e progresso na pesquisa. Dear (1988), na visão de Graham (1995, p. 175), aponta para uma época de crise nas Humanidades e Ciências Sociais. A Geografia também estaria em desorganização e desarranjo interno caracterizado pela fragmentação de uma variedade de especializações e uma cacofonia de diferentes vozes que se oporiam a encontrar uma base comum. Interpretando a mensagem de Dear (1988), a autora sublinha a sua idéia sobre os geógrafos serem responsáveis por progressivas atitudes de desengajamento das principais correntes da Filosofia, das Ciências Sociais e das Humanidades.

A contribuição, portanto, que almejamos é discutir esses pontos dentro da ciência geográfica no Brasil. Nesse sentido, nossa investigação tenciona observar e quer provocar o estímulo para o aprofundamento de tais questões, acreditando que muitos dos temas que estão hoje sendo debatidos pelas humanidades de uma forma geral nasceram dentro do debate pós-moderno.

1. O QUE É O PÓS-MODERNO

A questão pós-moderna gira em torno de alguns eixos de discussão, onde muitas vezes cada um deles segue caminhos próprios tornando-se um ramo de debate específico. É dessa diversidade que surge a dificuldade de ordenar, estabelecer parâmetros e compreender conceitos e problemas relacionados com essa temática.

Introduzido o assunto dessa maneira, em primeiro lugar, é preciso entender que quando se estuda a questão pós-moderna não é possível identificar uma proposta definitivamente aceita como aquela que estabeleça mais corretamente

o termo. Existem tendências que situam e delimitam o debate pós-moderno; propostas de demonstração de seus estados, divulgação de suas idéias ou rejeição das mesmas, distribuindo-se, nesse universo, os adeptos do movimento pós-moderno, os analistas da pós-modernidade ou do pós-modernismo e os seus críticos.

É possível que se pense a questão pós-moderna contextualizada com um novo período dentro do capitalismo. Pode-se também entendê-la através da análise do que se convencionou chamar por Harvey (1992) de “compressão espaço-temporal”. Há também a tendência para vê-la através da observação e estudo de estilos e movimentos culturais e artísticos. Existe ainda a vertente que a analisa através de suas manifestações ideológicas. Finalmente, é possível pensá-la como um “ponto de fratura” ou um “distanciamento”, que é o mesmo que afirmar a pós-modernidade como um dado ainda indefinido, mas que identifica indícios de uma nova cultura, uma nova mentalidade, uma nova era, etc., onde se recolhem alguns elementos como contracultura, fragmentação, existencialismo das massas, perda de essência, desaparecimento de fronteiras, redescoberta do retórico, liberdade para combinar, etc.

Em termos gerais, essas são as principais tendências de análise da questão pós-moderna. É fundamental entender que em qualquer dessas vertentes admite-se uma forma cultural própria ao pós-moderno.

Dentro dessas tendências algumas polêmicas são comuns. Em primeiro lugar, destaca-se o debate sobre a pós-modernidade relacionada à Modernidade. Tenta-se estabelecer a pós-modernidade como estando em continuidade ou sendo uma radical ruptura com a modernidade. Se admitirmos a ruptura, faz-se necessário tomar posições em favor de “algo novo” que o pós-moderno traz, tendo em vista que tal posição possibilita o levante daqueles que estão em defesa da Modernidade. Se admitirmos a continuidade, é preciso fundamentar e demonstrar seus aspectos. Este é um dos debates mais polêmicos que se estabeleceu em torno do tema da pós-modernidade. Em segundo lugar, duas posições diante da temática da questão pós-moderna podem ser defendidas. Uma delas é a que resiste frente a qualquer tentativa de levar a sério o pós-moderno, desqualificando suas manifestações. Tal postura obscurece o potencial

crítico aí existente. Outra maneira é a de louvar o pós-moderno se entregando à idéia de que tudo nele foi abandonado. Tal comportamento leva a uma confusão de códigos sobre o pós-moderno. Atualmente, a vontade de analisar ou identificar sobriamente o potencial crítico dessa questão faz com que os estudiosos procurem redefinir as possibilidades de análise, discutindo-a antes como uma condição histórica e não como “estilo”.

2. CARACTERIZANDO O PÓS-MODERNO

Apresentamos um esquema resumido que ilustra algumas das principais características do pós-moderno:

- a) A tecnologia eletrônica de massa e individual invadiu o cotidiano saturando-o com informações, diversões e serviços. Dado a esse fato e diante da alta tecnologia de informação lida-se, hoje, mais com signos do que com objetos propriamente ditos.
- b) O pós-moderno se expressa na sociedade de consumo personalizado (fase do capitalismo tardio), onde freqüentemente tenta-se provocar a “sedução” do sujeito, com o intuito de arrebanhá-lo para uma “moral hedonista”, de valores calcados no prazer de usar bens e serviços.
- c) Nos anos 60-70, o movimento pós-moderno migrou da arquitetura para a pintura e a escultura, depois para o romance, sobressaindo o estilo satírico, pasticheiro e sem esperança. Os pós-modernistas querem, num primeiro momento, rir levemente de tudo.
- d) Já metamorfoseado, a partir do final dos anos 70, o pós-modernismo passou a assumir estilos de vida e migrou também para a área da filosofia. Nesses dois âmbitos vicejam idéias tidas como sinistras: o “niilismo”, o nada, o vazio, a ausência de valores e de sentido para a vida. Houve uma entrega ao presente e a necessidade de viver o momento e o prazer do momento, acompanhados da entrega ao consumo e ao individualismo.
- e) A partir do final dos anos 80, o pós-modernismo alastra-se por quase todas as áreas científicas em especial por aquelas que lidam com comunicação e marketing.
- f) Tecnociência, consumo personalizado, arte e filosofia em torno de um homem emergente

ou decadente são os campos onde o pós-moderno pôde ser surpreendido.

- g) O pós-modernismo é típico das sociedades pós-industriais.
- h) O pós-modernismo está associado à decadência das grandes idéias, valores e instituições ocidentais – Deus, Ser, Razão, Sentido, Verdade, Totalidade, Ciência, Sujeito, Consciência, Produção, Estado, Revolução, Família.

Para compreender melhor os pontos relacionados à questão pós-moderna, uma boa estratégia é a de especificar os termos que fundamentam o debate discutindo-os separadamente.

É preciso enfatizar que as fronteiras de significação entre um termo e outro não são tão claras. No entanto, tal divisão tem um efeito didático simplificador que se apresenta como meio eficaz para o nosso propósito.

3. PÓS-MODERNISMO

O termo Pós-Modernismo foi utilizado pela primeira vez, na década de 30, para indicar uma pequena reação ao modernismo, tendo se popularizado nos anos 60, em New York, quando foi usado por alguns jovens artistas escritores e críticos para “*designar um movimento para além do alto-modernismo ‘esgotado’, que era rejeitado por sua institucionalização no museu e na academia*”. (Featherstone, 1995, p. 25)

Entre os anos 70 e 80, a arquitetura, as artes visuais e cênicas e a música, fizeram amplo uso do termo, junto a um forte intercâmbio com a Europa.

Há uma utilização ampla do termo pós-modernismo que designa complexos culturais abrangentes. O pós-modernismo pode ser identificado como a cultura emergente da pós-modernidade. Nessa concepção, o pós-modernismo é um marco de mudanças fundamentais, além da provável expansão da importância da cultura nas sociedades contemporâneas.

O pós-modernismo pode ser tomado também, como teoria e como prática antiestética de diferentes maneiras.

Kaplan (1993, p. 13), distingue dois principais sentidos do conceito de pós-modernismo. Para a autora, é possível diferenciar um pós-modernismo utópico – que segue uma direção derrideana – de um pós-modernismo comercial ou cooptado – que segue uma direção baudrillardiana.

O *pós-modernismo utópico* implica um movimento da cultura e dos textos para além de “categorias binárias opressivas”, cujas obras estão ligadas a nomes como os de Baktin, Derrida, Lacan, Cixous, Kristeva e Roland Barthes. Segundo a autora, esse tipo de pós-modernismo foi central para algumas correntes do feminismo, em textos que descentram radicalmente o sujeito. Essas correntes insistem que o pós-modernismo permite uma série de diferentes posições que podem ser assumidas pelo espectador. As correntes feministas que adotam esse pós-modernismo, também têm sua concentração na produção de textos em que os discursos não são hierarquicamente ordenados.

O *pós-modernismo cooptado* ou comercial, por outro lado, foi teorizado inicialmente por Baudrillard, Arthur Kroker e David Cook. Esse pós-modernismo está ligado ao novo estágio do capitalismo multinacional e multiconglomerado de consumo e a todas as novas tecnologias que esse estágio produziu. Essa tendência é descrita como radicalmente transformadora do sujeito, através de sua extinção da cultura, onde o interno já não se separa do externo; o espaço privado não pode se opor ao público; a alta cultura ou de vanguarda já não contrasta marcadamente com a cultura popular consumista. As tecnologias, as técnicas de venda e o consumo criam um novo universo unidimensional do qual não há saída e em cujo interior não é possível uma postura crítica.

Ainda, para a autora, ambas as utilizações, a do *pós-modernismo utópico* ou a do *pós-modernismo cooptado*, têm semelhanças subjacentes devido à transcendência das tradições filosóficas, metafísicas e literárias que foram questionadas pelo pós-estruturalismo e pela desconstrução.

O emprego do termo pós-modernismo assinala, assim, um movimento para além e longe dos vários posicionamentos estéticos e também aqueles sobre a classe, a raça e o sexo das teorias totalizantes. Esse afastamento dá-se de forma diferenciada, dependendo dos círculos onde o movimento se circunscreve.

Já, aqueles discursos relacionados com a cultura popular, chamam a atenção para o fim dos binarismos produzidos pelas novas tecnologias.

O impacto das teorias pós-modernistas na cultura, na organização social e no próprio corpo e psiquismo humano é já bastante avançado.

3.1. O PÓS-MODERNISMO NAS ARTES

Em meados dos anos 50, o modernismo tinha esgotado seu impulso criador. A sociedade industrial converteu a arte em uma antiarte, ao fazê-la extrapolar o espaço dos museus, das galerias, dos teatros, para incorporá-la no *design*, na moda, nas artes gráficas. Não só na estética isso aconteceu como também no “culto do novo pregado pelas vanguardas” (Subirats, 1987). As revistas e luminárias adotam a assimetria, os desenhos abstratos passam a decorar papéis de parede, enfim, a interpretação pessoal, o hermetismo, os choques e os escândalos, que caracterizam a arte modernista acabam por não ter importância ante a sociedade de massa.

Nesse período, surge a arte *pop*, primeira manifestação pós-moderna, que nasce contra o subjetivismo e o hermetismo modernos. Essa tendência, convertida em antiarte, é lançada nas ruas com outra linguagem, assimilável pelo público. A banalidade cotidiana adquire valor artístico nos anúncios, nos heróis de gibi, nos rótulos de mercadorias, fotos, estrelas de cinema, etc..

Enquanto que a arte moderna nasceu com estética bem clara e a partir de manifestos escandalosos, a antiarte pós-moderna não apresenta propostas definidas, nem coerência, nem linha evolutiva. Os estilos convivem sem choques, as tendências se sucedem com rapidez e não há grupos ou movimentos unificadores. São suas bases, o pluralismo e o ecletismo.

Fala-se em transvanguarda, ou seja, aquilo que está além da vanguarda. Assim, valem de igual maneira, por exemplo, tanto o *estilo retrô*, quanto a *vídeo-arte*.

A *Pop Art* (termo proposto pelos críticos americanos em 1956) foi a primeira expressão pós-moderna nas artes plásticas, buscando a comunicação direta, jovem, alegre, com objetos retirados do consumo popular, na pintura e na escultura. Seu hiper-realismo ou foto-realismo copia em tinta acrílica fotografia (simulacros) de automóveis, paisagens urbanas, fachadas, anúncios, que são depois apresentadas em tamanho natural ou monumental. A tinta acrílica deixa o real mais intenso, bonito ou então o poliéster, na escultura, deixa a figura mais viva, vibrante, como se vista numa TV a cores.

Como um exemplo dessa arte, pode-se citar um painel, que foi exposto em Londres, em 1955,

intitulado “O que faz os Lares Atuais tão Sedutores”. Sua dimensão era de 3 X 3m² e ele se diferenciava de tudo o que vinha sendo feito, devido à sua saturação com TVs, poltronas, posters, mulher nua, halterofilista, secador de cabelo, etc. (Santos, 1986, p. 67).

Na escultura usam-se materiais reais como roupas, óculos, celofane, etc..

A pintura/escultura *pop* busca, portanto, a fusão da arte com a vida. A antiarte pós-moderna não procura representar (realismo), nem interpretar (modernismo), e sim, deseja apresentar a vida diretamente com seus objetos. Um exemplo pode ser dado através do uso de garrafas reais que estejam penduradas num quadro. Esse tipo de montagem busca representar um pedaço do real dentro do real, ou seja, há uma desestetização e uma desdefinição da arte, pois “beleza” e “forma” (“valor supremo e eterno da arte”), não têm importância já que não é esse o principal objetivo a ser alcançado.

A própria definição de arte pode ser questionada, pois também ocorre o abandono do óleo, do bronze, do pedestal, da moldura; optando-se pelo uso de materiais não artísticos encontrados no cotidiano das pessoas como plástico, vidro, latão, areia, cinza, papelão, fluorescentes, banha, mel, cães e leões vivos ou mortos (desdefinição), etc..

Essa forma artística realiza-se por duas razões. A primeira é porque o cotidiano se encontra estetizado pelo design e os objetos feitos em série são signos digitalizados e estilizados para a escolha do consumidor. Depois, porque o nosso ambiente é constituído, em grande parte, pelos *mass media*, que nos emerge em signos estetizados. O artista *pop* pode diluir a arte na vida porque a mesma está saturada de signos estéticos massificados. Essa antiarte trabalha sobre a arte dos ilustradores de revistas, publicitários, desenhistas industriais, *designers*, e acaba sendo uma ponte entre a arte culta e a de massa estabelecida pela “singularização do banal” – quando um artista empilha caixas de sabão dentro de uma galeria e diz que é escultura, por exemplo – ou pela banalização do singular – quando a “Mulher com Chapéu Florido”, de Picasso é repintada em vermelho e amarelo, cores de gosto popular (Santos, 1986, p. 28). Tal atitude estética possibilita a junção da cultura de elite com a cultura popular.

Troca-se, portanto, a arte difícil, moderna,

abstrata, pela figuração acessível nos e dos objetos e imagens de massa, sendo importante o gesto, o processo inventivo, e não a obra em si. A contemplação fria e intelectual cede lugar para a participação, onde o público reage pelo seu envolvimento sensorial, corporal.

Pop, minimal, conceitual, hiper-realismo, processos, *happenings, performances*, transvanguarda, vídeo-arte, são alguns dos estilos pós-modernos e, em qualquer um deles, o apoio básico se encontra nos objetos, na matéria, no riso, no momento. Assim, a antiarte pós-moderna é frívola, pouco crítica e não aponta valores ou futuro para o homem. Ela tende ao niilismo, anulando a própria arte, quando se desestetiza e desdefine, tornando difícil saber o que é arte e o que é realidade.

Tal fato ocorre também porque a vida se acha estetizada pelo *design*, a decoração. Os ambientes atuais já são arte e assim, pintura e escultura podem se fundir com a arquitetura, a paisagem urbana, tornando-se fragmentos do real dentro do real.

Objetos acumulados ou distribuídos ao acaso envolvem o espectador para que ele esteja, não diante, mas dentro da obra, com os sentidos todos afetados. Mistura-se pintura, escultura, música, arquitetura. A autoria perde o valor, mas o artista permanece, intervindo através do *happening* (a *performance* é uma variedade do *happening*) no cotidiano, não através da obra, mas fazendo da intervenção uma obra. É o máximo de fusão arte/vida que utiliza a rua, a galeria, as pontes e viadutos, as pessoas e objetos da própria realidade.

No período de 50 a 70 as manifestações artísticas se concentraram, portanto, na *pop art*, sendo desenvolvidas, nesse período muitas de suas variações como, arte cinética, arte pobre, arte da terra, etc.

Nos anos 80, percebe-se um cansaço de tantas experimentações, ocorrendo a efetiva desdefinição da arte. Muitos analistas pensam que se chegou a um ponto onde a arte não tem mais para onde se dirigir e que a solução é voltar ao passado pela paródia, pelo pastiche, pelo neo-expressionismo. Outra perspectiva que se define nesses anos é um “atolar-se no presente”, com imagens de TV, grafite de rua e a tecnociência expressa na vídeo arte e no neo-realismo.

Os estilos pós-modernos podem ser representados, então, pela *pop art* – que homenageia o consumo e o *mass média* –, pela

minimal art – que tece o elogio da tecnologia e seus materiais sintéticos, sem mensagem e sem protesto – e pela *conceptual art* – que valoriza a linguagem.

As características mais comuns entre as diferentes propostas de pós-modernismo nas artes são:

- a) abolição das fronteiras entre arte e vida cotidiana;
- b) extinção da hierarquia entre alta-cultura e cultura de massa ou popular;
- c) mistura estilística, favorecendo o ecletismo e o ajuntamento de códigos;
- d) paródia, pastiche, ironia, diversão e celebração da ausência de profundidade da cultura;
- e) declínio da originalidade/genialidade do produto artístico;
- f) suposição de que a arte pode ser somente repetição.

3.2. O PÓS-MODERNISMO NA LITERATURA

Na ficção, os pós-modernistas querem destituir a forma-romance, como acontece no *Nouveau Roman* francês, ou então, querem o pastiche, a paródia, o uso de formas desgastadas (romance histórico) e de massa (romance policial, ficção científica), como na “metaficção” americana. No *Nouveau Roman*, que começa nos anos 50, destrói-se a forma romance, banindo o enredo, o assunto e o personagem. Há quem escreva sobre nada – apenas uns buracos na porta, por exemplo. Na “metaficção” americana, que produz ficção a partir de ficção, a construção literária entrega-se a paródias e a pastiches (imitações irônicas) de formas antigas, tais como o conto de fadas, ou de formas populares como a ficção científica.

Surgem, ainda, gêneros indefinidos que misturam reportagem e ficção, com a atuação de pessoas reais, enquanto outros misturam autobiografia com fantasia, ficção. Temas como drogas, perversão, loucura, sexo, violência, pesadelo tecnológico, inclinam as narrativas para o grotesco, o escabroso, aproximando o homem de sua natureza animal, mas em clima cômico. Quase sempre os textos vêm repletos de citações, colagens (fotos, gráficos, anúncios) e referências à própria literatura. Assim, a literatura pós-moderna é intertextual. Para lê-la, é preciso conhecer outros textos.

Na literatura, o pós-modernismo desacredita

no que está sendo dito. Não há um relato da realidade, mas um jogo com a própria literatura. Suas formas estão, portanto, para serem destruídas, reorganizadas, embaralhadas, enfim, sua história a ser retomada de maneira irônica e alegre. A fragmentação da narrativa é total, podendo-se misturar os narradores: em geral não sabemos quem está falando. Raramente os personagens têm psicologia ou posição social. Eles podem mudar de nome, cor ou idade, sem razões aparentes. Os finais costumam ser múltiplos – “A mulher do tenente francês” tem dois finais diferentes, por exemplo. E são comuns as construções em abismo: uma história dentro da outra, que está dentro da outra. Podemos concluir que aqui também há uma desdefinição do romance. (Connor, 1993, p. 87)

3.3. O PÓS-MODERNISMO NA ARQUITETURA

Muitos analistas acreditam que o pós-modernismo apareceu primeiro na arquitetura e que tenha se caracterizado por voltar-se contra o funcionalismo racional da Bauhaus (escola de arquitetura alemã) e seu dogma modernista: “a forma segue a função”.

Funcionalismo significava, para essa escola, racionalidade com simplicidade, clareza, abstração, janelas em séries, ângulo reto.

A reação pós-moderna começa com os arquitetos italianos, depois com os americanos e os ingleses. Contra o estilo universal modernista, eles se voltam para o passado, pesquisam novos e velhos materiais, estudam o ambiente, a fim de criar uma arquitetura que fale a linguagem cultural das pessoas que vão utilizá-la.

Assim, ao invés de buscar a função, a arquitetura passa a obedecer à forma e à fantasia. Aos materiais oferecidos pela indústria moderna, eles acrescentam materiais abandonados (cascalho, por exemplo) ou bem recentes (fórmica e *plexi glass*). O ornamento é recuperado: até colunas gregas reaparecem. Os valores simbólicos (o pórtico senhorial) são prestigiados, junto com retorno a estilos antigos como o barroco. Mas é ao organizar o espaço que o espírito do pós-modernismo se revela. Às retas racionais, opõem-se a emoção e o humor das curvas. Contra a pureza, o ecletismo: junta-se o ornamento barroco e o vidro fume. No lugar da abstração, vem a fantasia (edifício em forma

de piano, por exemplo) e busca-se a vida com a volta da cor (Harvey, 1992, p. 69).

Evita-se a série repetitiva, monótona. O humor é flagrante:

“no Hotel Bonaventura em Los Angeles, que caí com espalhafato num lago, o espaço interno é divertidamente complicado, sendo difícil achar-se o caminho para as lojas. Mas a marca típica da arquitetura pós-moderna é a combinação linhas e formas curvas com linhas e formas oblíquas” (Harvey, 1992, p. 87).

No mundo contemporâneo, a homogeneidade perdeu significado. A cidade, nesse contexto, reproduz-se de forma conflitiva.

A arquitetura pós-moderna trabalha com a diferença e a interpretação, procurando integrar-se ao urbano, contribuindo para a produção do espaço local e cotidiano, conhecendo a vida nas cidades, nos bairros, nas ruas, identificando-se com a cultura popular, respeitando as especificidades locais e dos lugares.

A produção arquitetônica pós-moderna exalta a cultura popular pelo questionamento da cultura clássica, e não pela sua negação, precisando, assim, da ordem anterior para formular suas propostas.

Em estilo, é uma arquitetura historicista, que não hesita em apropriar-se da produção passada para criar seu código. Sendo uma arquitetura contextualizada, exige a ampliação de suas bases referenciais e a adoção de enfoques abrangentes que possam ser explicativos, a partir da integração com esferas de produção do espaço.

A desconstrução toma parte importante nesse processo, pois sua essência identifica-se com essa idéia de reorganização. Desfazer, decompor, densedimentar, não implica uma operação negativa de destruição, mas o entendimento da construção de um determinado conjunto, sendo necessário para isso reconstituí-lo.

Assim, a desconstrução

“envolve discernimento, interpretação, escolha, julgamento, decisão, movimento... Se o espírito da época é o fragmento, não é possível a reorganização da totalidade, mas apenas, a reorganização, não necessariamente simultânea, de partes precisamente delimitadas. Ao desconstrutivismo é tão essencial o conceito de marco e de limite, quanto a referência à ordem estabelecida, ao contexto” (Leite, 1994, p. 67).

No design, o pós-modernismo chegou trazendo móveis com desenhos fantasiosos e revestimentos em cores berrantes e tecidos ousados. As formas são variadas, indo do trapézio à mistura delas; os materiais podem ser a madeira folheada com plástico, pés de ferro vermelho, puxadores de latão, etc.

3.4. O PÓS-MODERNISMO NA FILOSOFIA

Os filósofos pós-modernos não querem restaurar os valores antigos, mas desejam revelar sua falsidade e sua responsabilidade nos problemas atuais em duas frentes:

1. Através da desconstrução (também aceito o termo desconstrução) dos princípios e das concepções do pensamento ocidental como Razão, Sujeito, Ordem, Estado, Sociedade, etc., promovendo a crítica da tecnociência e suas conseqüências;
2. Através do desvelamento de temas ou concepções antes considerados “menores” ou marginais: desejo, lacuna, sexualidade, linguagem, poesia, jogo, cotidiano, sociedades primitivas, elementos que abrem novas perspectivas para a liberação individual.

Tais filósofos buscam base para suas estratégias discursivas quando encontram em Nietzsche (1988) fundamentos sobre a idéia de fim, unidade, verdade, valorização, desvalorização, transvalorização. Para Nietzsche, a criação de valores supremos significa niilismo, decadência, pois se trocou a vida carnal, instintiva, concreta, por modelos ideais inatingíveis (o belo, o bom, o justo). Mas vendo-se abandonado no universo, o homem ocidental projetou valores supremos que lhe acalmassem as angústias, lhe justificassem a existência. Fim (para garantir um sentido), Unidade (para assegurar que o universo é um todo apreensível pela ciência), Verdade (para guiar-se pelo ser, pela real natureza das coisas), Razão e Moral.

Nietzsche (1988) propôs o niilismo como fonte para uma “transvalorização” de todos os valores, vindo os novos valores em bases mais sólidas. A superação do niilismo traria um rejuvenescimento cultural culminando com a chegada do “Super Homem” e sua aposta na vida instintiva, na intensificação dos sentidos, do prazer.

A suposta unidade do Cosmos levou a Ciência

a opor o Homem (o conhecedor) à Natureza (o conhecido). Ao mesmo tempo, fragmentou o entendimento sobre a Natureza em campos específicos de conhecimento (Biologia, Física, Química, etc.) e decretou, pela matemática, a quantificação do mundo natural e social. O homem se escravizou a essa verdade querendo governar sua existência pela Razão, esquecendo-se dos instintos, da emoção, força, imaginação, prazer, desordem, paixão e tragédia. Pela desconstrução, a filosofia atual, preocupada com os temas postos pela pós-modernidade, procura uma reflexão sobre a aceleração da queda, no sentido de decadência, das grandes idéias, valores e instituições, no niilismo.

Cabe a pergunta: o que são as grandes narrativas (metarranativas) desacreditadas pelos filósofos pós-modernos? São os discursos globalizantes, totalizantes que procuram os primeiros princípios e os fins últimos para explicar ordenadamente o Universo, a Natureza e o Homem.

Desconstruir o discurso não é, portanto, destruí-lo, nem mostrar como foi construído, mas discernir o “não-dito por trás do que foi dito”. Buscar o silenciado (reprimido) sob o que foi falado.

3.4.1. A proposta de Jean-François Lyotard

Lyotard preocupou-se com diferentes áreas, como a lingüística, a psicanálise e a ética. Em 1979 publicou *“La Condition postmoderne”*, que foi escrito na forma de um relatório sobre o conhecimento, feito a pedido do *Conseil des Universités* do governo de Quebec, onde expôs sua concepção da pós-modernidade.

Sua análise preocupou-se com as formas pelas quais o conhecimento e os procedimentos científicos foram legitimados e reivindicaram legitimação em função da narrativa do discurso. Quer dizer que ele contrapôs o conhecimento científico ao conhecimento narrativo.

Para Lyotard (1986), a ciência moderna se caracteriza pela rejeição ou supressão de formas de legitimação que se fundamentam na narrativa. O conhecimento narrativo foi definido por ele a partir de relatos antropológicos sobre sociedades primitivas, na observância dos conjuntos de regras sobre quem tem o direito e a responsabilidade de falar e de ouvir em dado grupo social. Lyotard (1986) verificou as regras internalizadas de narrativa popular entre os índios Cashinahua, da América do Sul, buscando exemplos de

autolegitimação dos discursos, do direito adquirido e da responsabilidade de quem conta a história e por que conta, e do direito e da responsabilidade de quem ouve e por que ouve.

Para o autor, através dessas narrativas são transmitidos os conjuntos de regras que constitui o vínculo social, sendo esse o principal meio pelo qual uma cultura legitima a si mesma. Tais narrativas definem o que pode ser dito e feito na cultura em questão e elas são legítimas pelo simples fato de fazerem o que fazem, pois são partes dessa cultura.

Como a concepção clássica do conhecimento científico requer uma estrutura de organização distinta daquela que o conhecimento narrativo traz, a ciência, a partir do século XVIII, combateu e tentou acabar com esse tipo de legitimação. Assim, a linguagem científica opõe-se à linguagem narrativa, associando-a com a ignorância, barbárie, preconceito, superstição e ideologia. Mas há outra distinção mais importante entre narrativa e ciência. Enquanto a narrativa primitiva não exige nenhuma forma de legitimação, além do fato do seu próprio desempenho, o conhecimento científico não pode validar-se apenas pelos seus próprios procedimentos. Assim, a ciência volta à narrativa quando o conhecimento científico se distingue das formas de conhecimento e de comunicação (que constituem vínculos sociais e coletivos). Dessa maneira, a questão da legitimação adquire outra dimensão. É somente por meio das narrativas que o trabalho científico pode receber autoridade e propósito. As duas principais narrativas a que a ciência recorre são a filosofia e a política.

Enquanto as narrativas anteriores estavam voltadas para a idéia de retorno à verdade original, essas duas narrativas, se dão como “metanarrativas”, ou seja, subordinam, organizam e explicam outras narrativas. Nesse sentido são totalizantes, o que significa dizer que

“qualquer outra narrativa local, seja de uma descoberta científica ou do crescimento e educação de uma pessoa, recebe sentido através da maneira como ecoa e confirma as grandes narrativas da emancipação da humanidade ou do alcance do puro Espírito autoconsciente” (Lyotard, 1979, apud Connor, 1993, p. 31).

Para Lyotard (1986), o poder das grandes

narrativas, de fornecerem uma estrutura legitimadora ao trabalho científico, vem se perdendo desde a Segunda Guerra Mundial. Com a perda de confiança nas metanarrativas, descobre-se o limite dos pressupostos científicos e o limite de seus procedimentos de verificação, advindo, assim, o declínio da regulação geral dos paradigmas da ciência. Também, na medida em que o desenvolvimento científico exige um número cada vez maior de especializações, cada uma com seu próprio modo de proceder ou com seu específico “jogo de linguagem”, a ciência enfraquece seu poder organizador. Nessas condições, o seu objetivo não está mais na “verdade”, mas na “performatividade”, o que significa dizer que não importa quais pesquisas levarão à descoberta de fatos verificáveis, mas qual delas vai “funcionar melhor”, aumentando o desempenho e a produção operacional do sistema de conhecimento científico.

Se por um lado, a universidade ou instituição de ensino não pode, nessas circunstâncias, voltar-se para a transmissão do conhecimento em si, tendo que estar ligada ainda mais ao princípio de performatividade, por outro lado, esse mesmo princípio encoraja energias inovadoras, atitudes não ortodoxas com relação aos paradigmas dominantes.

A proposta de Lyotard (1986) merece o mérito de ter contribuído no sentido de estender geograficamente o debate sobre a questão pós-moderna.

3.4.2. A crítica ao pós-modernismo elaborada por Jürgen Habermas

Segundo Huyssen (1991), foi a intervenção de Jürgen Habermas que, pela primeira vez, levantou a questão sobre o pós-modernismo de uma forma teórica e historicamente complexa.

Sua obra “Discurso Filosófico da Modernidade” é, ao mesmo tempo, uma crítica aos fundamentos pós-modernos e uma proposta de continuidade histórica, a partir dos referenciais da modernidade. A modernidade retoma, para ele, as melhores tradições do Iluminismo, que ele tenta resgatar e reinscrever, de uma nova forma, no discurso filosófico contemporâneo.

Habermas (1990) identificou o pós-moderno com várias formas de conservadorismo, criticando a ambos, por não satisfazerem nem as exigências da cultura no capitalismo tardio, nem os sucessos e fracassos do próprio modernismo.

A modernidade que ele deseja está isenta do niilismo e da anarquia do pós-modernismo, assim como a idéia de uma estética pós-modernista de Lyotard (1986), por exemplo, está determinada a liquidar qualquer traço da modernidade esclarecida herdada do século XVIII, que fundamenta a sua noção de cultura moderna.

Habermas verificou como se dá a relação do modernismo com o pós-modernismo e a Inter-relação entre conservadorismo político, ecletismo ou pluralismo cultural, tradição, modernidade e antimodernidade. Também questionou a caracterização pós-moderna da formação cultural e social dos anos 70 e a revolta contra a razão e o Iluminismo.

Apesar de ser um crítico do pós-modernismo, foi Habermas (1990) quem tratou dos temas mais importantes sobre a modernidade e a pós-modernidade. Acreditamos que tenha sido nesse período e por causa de sua posição, que a importância e a necessidade de afirmar o pós-modernismo como tendência que rompe bruscamente com a modernidade tenha se dado. Foi a necessidade de bem responder a uma autoridade como Habermas (1990), e de fundamentar boas razões para o sucesso do pós-modernismo, que gerou o debate sobre a continuidade ou o rompimento com a modernidade.

4. PÓS-MODERNIDADE

Gostaríamos de diferenciar o pós-modernismo da pós-modernidade no sentido de demonstrar um momento de avanço nos debates. Esse avanço se verifica com a obra de Jameson (1996) a qual estipulou novos rumos para as discussões, e também propiciou o engajamento de outras áreas no debate pós-moderno.

A pós-modernidade pode adquirir alguns significados:

- a) nada pode ser conhecido com certeza, pois os fundamentos da epistemologia revelaram-se sem credibilidade;
- b) a história é destituída de teleologia, sendo que nenhuma versão de progresso pode ser seriamente defendida;
- c) o surgimento de uma nova “agenda” social e política adveio de preocupações ecológicas e dos novos movimentos sociais em geral.

Para Giddens (1991, p. 52), a pós-modernidade é um termo usado como sinônimo de pós-

modernismo, sociedade-industrial, etc. O pós-modernismo designa os estilos ou movimentos na literatura, artes plásticas e arquitetura, referindo-se aos aspectos estéticos da modernidade. Já a pós-modernidade está aliada à idéia de desenvolvimento social, cuja trajetória nos leva a uma nova ordem. O pós-modernismo exprimiria a consciência de tal transição, mas não mostra que ela existe. Ao contrário, a pós-modernidade dá esse sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado.

Para Featherstone (1995, p. 20) a pós-modernidade, sugere um sentido de época. A modernidade teria surgido com o Renascimento sendo definida em relação à Antigüidade. Esta se contrapõe à ordem tradicional implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social, ou seja, a formação do Estado Moderno Capitalista, industrial e urbano. A pós-modernidade sugere a mudança de uma época para outra ou a interrupção da modernidade, e diz respeito a uma nova ordem social, uma nova totalidade social, com princípios organizadores próprios e distintos.

Baudrillard (1985) e Lyotard (1986) admitem um movimento em direção a uma era pós-industrial. O primeiro, destaca a importância das novas formas de tecnologia e informação para a passagem de uma ordem social produtiva, na qual as simulações e modelos cada vez mais constituem o mundo. O segundo, põe em relevo a era ou a sociedade pós-moderna dentro de um arranjo pós-industrial, a partir da observação dos efeitos da computação para a sociedade e também sobre o conhecimento, assinalando que a perda de sentido característica deste período marca uma substituição do conhecimento narrativo pela pluralidade dos jogos de linguagem e do universalismo pelo localismo.

Jameson (1996) apresenta o conceito de forma periodizada, mas não o concebe como mudança de época e sim como um determinante cultural ou como uma lógica cultural da terceira etapa do capitalismo, capitalismo tardio, começado após a Segunda Guerra Mundial.

4.1. A ANÁLISE DE FREDRIC JAMESON

Uma das poucas análises marxistas que adotaram o termo foi a de Fredric Jameson (1996)

cujas obras se exprimem na tentativa de resgatar uma espécie de dialética da pós-modernidade.

O uso do termo parece-lhe irrecusável não só pelas contingências intelectuais norte-americanas, mas por que lhe permite uma descrição adequada da situação em que a modernização, totalmente implantada, não se defronta mais com obstáculos a serem superados. A realidade desse novo mundo designa, por oposição à “modernização incompleta” da modernidade, uma versão mais pura do capitalismo clássico, ou melhor, um terceiro estágio, o capitalismo multinacional, sucessor do capitalismo monopolista e do primeiro capitalismo de mercado.

A nova divisão internacional do trabalho, a dinâmica das transações bancárias, as novas formas de inter-relacionamento das mídias, tudo o que podemos chamar como os sintomas da globalização, seriam, para Jameson (1996), apenas manifestações visíveis do capitalismo tardio. Para estabelecer a topografia deste mundo no qual tudo é moderno por definição, Jameson (1996) toma a determinação da lógica específica da cultura pós-moderna.

Seu primeiro passo consiste, pois, na identificação dos traços recorrentes na produção – e nas teorias explicativas – do período que se estende desde a institucionalização acadêmica do modernismo, em meados dos anos 60, até os nossos dias. Esses se caracterizam pela “canibalização aleatória dos estilos do passado com a predominância estilística de pastiches”; pela criação de um “hiperespaço” muito além da capacidade humana de se localizar, pela percepção ou mesmo pela cognição, no meio circundante; pela transferência da ênfase do objeto para a representação; etc.

Jameson (1996) estende as características das linguagens culturais à esfera da vida cotidiana, de nossas experiências psíquicas.

Essa, não deixa de ser uma abordagem totalizante, o que nos remete à lembrança de observarmos que os adeptos do pós-moderno, ao recusarem discursos totalizantes, devem cuidar de contextualizar essa abordagem para não cometerem o erro de criar falsos referenciais, difundindo a idéia da impossibilidade ou inutilidade de análises totalizantes.

A abordagem de Jameson (1996) passa, pois, pelo mapeamento intelectual de uma multiplicidade de áreas do saber ou da arte, dando exemplos dessa nova sensibilidade, procurando conciliar análise formal e histórica.

Examina desde teorias como a de Lyotard (1986), como também discute as edificações e os conceitos na arquitetura; livros do *Nouveau Roman* e filmes que quebram a rotina moderna, onde ele demonstra o estilo pós-moderno.

Desse itinerário, depreende-se que o esmaecimento do sentido histórico, a substituição da categoria “tempo”, enquanto dominante pelo “espaço”, ou a transmutação das coisas em imagens no processo de reificação, mais do que características de uma dominante cultural constituem traços estruturais do capitalismo tardio.

O estabelecimento de conexões, a descoberta de afinidades entre fenômenos e esferas aparentemente distintas e autônomas, legitimase como um procedimento do pós-modernismo de Jameson (1996), pela dissolução explosiva da autonomia da esfera cultural, descrita como uma “prodigiosa expansão da cultura”. Assim, deve-se ser considerado como cultural desde o valor econômico e o poder do Estado, até a estrutura da *psique*.

Nesse modelo de “indústria cultural”, perde-se as diferenciações internas, seja com o fim da autonomia e separação das esferas cultural, normativa e cognitiva, seja pelo descentramento do sujeito, seja pela dissolução da alta cultura – acontecimentos que possibilitaram, tanto ao modernismo quanto ao marxismo ocidental, se auto-representarem como expressões da dialética da modernidade.

Jameson (1996) manifesta uma ilimitada versatilidade teórica que lhe permite transitar de Aristóteles a Lacan, do modernismo ao pós-modernismo, sem nenhum conflito aparente. O eixo comum que une os seus oito ensaios é a busca das condições históricas de emergência de um sistema cultural centrado na visualidade. Essa seria a característica mais singular e preponderante do nosso tempo, tendo no cinema o mais importante elemento de constituição tanto de seu repertório de imagens, quanto de seus processos de interação com o imaginário social.

São essas condições que propiciam a germinação da “libido escóptica”, o desejo fixado na superfície visível da imagem, desinvestido de qualquer substância ou profundidade do real. O visual é essencialmente pornográfico, isto é, sua finalidade é a fascinação irracional, o arrebato. Essa sexualização da imagem desliza facilmente graças às manobras publicitárias para a sexualização dos objetos, desencadeando a

mercantilização universal das coisas e dos seres, num processo geral de reificação do mundo pela sua capa visível.

Afirma-se que tudo na sociedade de consumo assumiu uma dimensão estética. Essas são a constatação, análise e a avaliação do estatuto da “*Era da Imagem*”. O objetivo de Jameson (1996) é o de transcender esse momento e sondar práticas políticas que suscitem a crítica e a transformação desse contexto partindo das suas próprias condições de operação e reprodução. Assim, ele revê tanto as formulações de Brecht e de Benjamim, que acreditam no potencial emancipado das novas tecnologias de comunicação, quanto as análises de Adorno e Horkheimer, que se fundamentam no poder corrosivo e transformador das vanguardas modernistas. As condições do presente, a hegemonia implantada de uma cultura popular de massa, obrigam a requalificar ambas as tradições críticas.

Hoje, tudo é mediado pela cultura, até o ponto em que mesmo os níveis político e ideológico devem ser desemaranhados de seu modo primário de representação, que é cultural.

Se tudo é cultura e essa se exprime pelas “redes de imagens”, Jameson (1996) entende a crítica cultural como a prática política por excelência e o ato de enfrentar a dimensão mítica da imagem, como sua estratégia mais contundente. Sua hipótese central é a de que as obras de cultura popular não podem ser manipuladas, a menos que se ofereça algum conteúdo.

É dessa substância que a cultura de massa tem que se nutrir se pretende obter algum impacto social significativo. Nessa manobra ela incorpora e revela o índice das principais tensões do meio social. O problema é que o que a cultura de massa incorpora como índice, ela mesma destrói devido ao processo da iconização e da repetição infinita, quando esse ganha repercussão.

Como então escapar da imagem pela imagem? É o que leva Jameson (1996, p. 46) a conjecturar sobre as potencialidades da câmara e sobre os segredos desse “aparelho curioso, no qual a máquina e a percepção estão ligadas mais afetiva e simbioticamente do que o corpo e a mente”.

Quatro pontos que têm sido contestados na obra de Jameson:

- a) o pós-modernismo implica o esmaecimento da antiga distinção entre alta cultura e cultura de massa;
- b) todas as teorias do pós-modernismo acarretam

uma postura política a respeito do capitalismo multinacional;

- c) a melhor maneira de usar o pós-modernismo é como um conceito periodizante, apesar dos problemas teóricos do emprego desse tipo de categoria (medida que permitiu que usasse a noção de lógica cultural dominante, em contraste com a qual é possível explorar a diferença autêntica);
- d) o pós-moderno exibe quatro características básicas: nova falta de profundidade da teoria contemporânea e da imagem ou simulacro; senso histórico enfraquecido – público e particular, evidente na estrutura esquizofrênica das artes seculares; nova tonalidade emocional, que Jameson (1996) denomina de “intensidades”, que substitui os modos (edipianos) anteriores de se relacionar com os objetos; centralidade das novas tecnologias, que por sua vez, estão vinculadas a um novo sistema econômico mundial.

5. PÓS-MODERNIZAÇÃO

Modernização é um termo usado geralmente para indicar os efeitos do desenvolvimento econômico sobre estruturas sociais e valores tradicionais (sociologia do desenvolvimento). Pode ser usado também para designar as etapas do desenvolvimento social baseadas na industrialização, na expansão da ciência e da tecnologia, no Estado Nação Moderno, no mercado capitalista mundial, na urbanização, entre outros.

“Admite-se, de modo geral, mediante um frouxo modelo base-superestrutura, que certas mudanças culturais (secularização e o surgimento de uma identidade moderna cujo eixo é o autodesenvolvimento) decorreu do processo de modernização” (Featherstone, 1995, p. 23).

Para a pós-modernização, está ainda por se definir um perfil mais detalhado e elaborado dos processos sociais e das mudanças institucionais específicas. O termo, entretanto, vem sendo utilizado no sentido derivativo dos usos de pós-modernidade, dentro da designação de uma nova ordem social e de uma mudança de época.

“No entanto, o termo tem o mérito de sugerir

um processo de implementação gradativa, em vez de uma nova ordem ou totalidade social plenamente desenvolvida” (Featherstone, 1995, p. 24).

No contexto dos estudos urbanos o termo é relevante, onde encontramos a idéia de pós-modernização como sendo uma ideologia e um conjunto de práticas com efeitos espaciais consideráveis, ou como representando relações sócio-espaciais reestruturadas pelos novos padrões de investimento e produção em indústria, serviços, mercado de trabalho e telecomunicações.

A pós-modernização pode ser vista como um marco de uma nova etapa da sociedade ou como algo em curso no capitalismo.

6. ESTUDOS SOBRE A PÓS-MODERNIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

6.1. A PROPOSTA DE MIKE FEATHERSTONE

Mike Featherstone é um estudioso da sociologia que não rejeita a idéia de pós-modernidade, mas seu trabalho não deixa de ser um questionamento sobre a possibilidade de se elaborar pesquisas a partir das teorias pós-modernas, tal como se apresentam. Nesse sentido, ele aponta a necessidade das grandes narrativas.

No tocante ao “método pós-moderno” (se podemos assim dizer), Featherstone (1995) o considera com desconfiança dado a ser pouco sistemático. No entanto, ele vê nas teorias pós-modernas o mérito de apontarem para mudanças na ordem social, as quais precisam ser consideradas.

Isso preconiza, no âmbito das Ciências Sociais, uma sociologia da pós-modernidade, já que é essa que aponta para mudanças na cultura contemporânea.

Baseado em Bordieu, Featherstone (1995) classifica essas mudanças em:

- a) mudanças nos campos artístico, intelectual e acadêmico;
- b) mudanças na esfera cultural mais ampla, envolvendo os modos de produção, consumo e circulação de bens. Estas estariam relacionadas às mudanças no poder e nos grupos sociais e de classe;
- c) mudanças nas práticas e experiências cotidianas de diversos grupos que estariam desenvolvendo novos meios de orientação e novas estruturas de identidade.

Vejamos, a seguir, alguns dos aspectos mais significativos dessas mudanças.

6.1.1. Existe uma nova sensibilidade e um novo sentido estético

A sensibilidade pós-moderna de hoje é diferente, tanto do modernismo quanto do vanguardismo, porque coloca a questão da tradição e da conservação cultural como tema estético e político fundamental. Também opera num campo de tensão entre tradição e inovação, conservação e renovação, cultura popular e grande arte, em que os segundos termos já não são privilegiados em relação aos primeiros; um campo de tensão que já não pode ser compreendido mediante categorias como progresso versus reação, direita versus esquerda, presente versus passado, modernismo versus realismo, abstração versus representação, vanguarda versus *kitsch*.

6.1.2. Estilo de vida e cultura de consumo

A expressão “estilo de vida” tem um significado sociológico que designa o tipo de vida de grupos de *status* específicos (Featherstone, 1995, p. 119). No âmbito da cultura de consumo contemporânea, o estilo de vida demonstra individualidade, auto-expressão e uma consciência estilizada do corpo, das roupas, da moda, do discurso, dos entretenimentos de lazer, das preferências de comida e bebida, da casa, do carro, da opção de férias, etc.

Estilo de vida está, portanto, relacionado ao gosto e ao senso de estilo individual e original de uma pessoa, que é caracteristicamente proprietária e consumidora.

Para Featherstone (1995, p. 120), isso nos leva a concluir que estamos rumando para uma sociedade sem grupos de *status* fixos.

Ele remete a três fases das tendências recentes da cultura de consumo:

1. atualmente não há moda, há modas;
2. atualmente não há regras, há escolhas;
3. todo mundo pode ser alguém.

A estetização da realidade percebida neste esquema, dada pelo estímulo dinâmico do mercado, coloca a importância do estilo como procura por modas novas, estéticas novas, sensações e experiências novas.

Assim, a noção artística contracultural de que a vida é uma obra de arte recebeu uma aceitação mais ampla. A preocupação com a estilização da vida sugere que as práticas de consumo devem ser compreendidas além do valor de troca e dos cálculos racionais.

A cultura de consumo pressupõe, desta forma, falar num hedonismo calculista para alguns setores; sugere falar nas operações de efeito estilístico para outros e, também, numa “economia das emoções”. Sugere, ainda, uma “estetização da dimensão funcional”. Os que criam, produzem e reproduzem a cultura de consumo, transformam “estilo” em “projeto de vida” e incentivam a manifestação da individualidade num conjunto de bens específicos.

Isso se dá por que na sociedade massificada composta por seis bilhões de pessoas no mundo, saturada de informações dadas via marketing, os indivíduos sabem que a comunicação é exercida através de vários elementos culturais que “falarão” sobre si mesmos, como as roupas, sua casa, mobiliário, decoração, carro, e outras atividades que serão interpretadas em termos de falta ou não de gosto, de maior ou menor significância dentro de um ou determinados grupos sociais, etc.

Essa estetização não é típica de grupos jovens ou abastados. A publicidade da cultura de consumo pressupõe a oportunidade do indivíduo aperfeiçoar-se e exprimir a si próprio.

Há também uma consciência de que há apenas uma vida para se viver e é preciso muito esforço para desfrutá-la.

Além disso, a idéia de cultura de “massa cinzenta”, conformista, manipulada ao extremo pela publicidade e pelos publicitários, parece desfazer-se.

Em uma época de consumo massificado, as mudanças nas técnicas de produção, a segmentação do mercado e a demanda de consumo para uma série mais ampla de produtos, são vistas como fatores que vêm possibilitando maiores oportunidades de escolhas, e cuja administração tornou-se, em si, uma forma de arte. Isso se dá não somente para os jovens da geração posterior à década de 60, mas cada vez mais também para todos os segmentos sociais.

Existe, portanto, uma sugestão de que os códigos vigentes da moda, por exemplo, vêm sendo violados e que há um conflito em torno da uniformidade e um excesso de diferenças que resultam em perda de sentido?

Há uma evidência na adoção de estilos de vida fixos por grupos específicos que está sendo ultrapassada. Esse movimento aparente em direção a uma cultura pós-moderna baseada numa profusão de informações e proliferação de imagens sugere também a irrelevância das divisões sociais como ponto de referência importante.

Aqui, poderíamos também incluir, para exemplificar essa situação, o retrato que Baudrillard (1985) faz de um mundo de simulacros. Este leva ao triunfo da cultura da representação, de modo que as relações sociais ficam saturadas de signos culturais, a ponto de não mais ser possível falar em classes sociais ou normatividade. Deparamo-nos, segundo essa concepção, com o “fim do social”, o que significa dizer que se perde, no contexto descrito, a relação determinista entre sociedade e cultura, sendo triunfante uma cultura da representação do consumo.

6.1.3. Os novos centros intermediários culturais e os centros de pós-modernismo

O grupo dos “novos intermediários culturais”, conceito elaborado por Bourdieu (1984), é formado por pessoas que se relacionam às ofertas de bens e serviços. São profissionais do marketing, publicitários, relações públicas, produtores e apresentadores de programas de rádio e televisão, jornalistas, comentaristas em geral, comentarista de moda e profissionais ligados a atividades de caráter assistencial (assistentes sociais, conselheiros matrimoniais, terapeutas sexuais, especialistas em dietética, etc.). São também considerados como os “novos intelectuais”, por Bourdieu (1984), pois eles adotam uma atitude de aprendizes diante a vida.

A identidade, a apresentação, a aparência, o estilo de vida e a busca incessante de novas experiências, caracterizam esse grupo de pessoas. Sua busca de distinção mediante a meta de uma vida estilizada e expressiva, promove e transmite o estilo de vida dos intelectuais a um público mais amplo e este grupo também acaba por converter temas como esporte, moda, música popular e cultura popular em campos legítimos da análise intelectual.

Tal grupo, que é composto por pessoas que circulam e atuam na mídia e na vida acadêmica, contribui para facilitar a veiculação de programas intelectuais populares na mídia.

Essa atitude promoveu o que Featherstone (1995, p. 71) chamou de uma “nova linhagem de intelectuais-celebridades” composta por aqueles que não têm aversão ao popular e que na verdade, acabam por incorporar o gosto popular ao seu estilo de vida. Esse grupo contribui para derrubar algumas velhas distinções e hierarquias simbólicas que giram em torno da polarização alta cultura/cultura popular. Ainda, a opção pelos bens intelectuais (programas intelectuais na mídia) e pelo estilo de vida artístico contribui para que esse grupo de pessoas seja receptivo a certas sensibilidades incorporadas pelo pós-modernismo e venha mesmo a disseminar suas idéias.

6.2. AS PROPOSTAS ENCONTRADAS NA GEOGRAFIA

A Geografia ingressa no debate pós-moderno no final da década de 80. A contribuição que teve maior abrangência foi a obra de David Harvey (1992). Entretanto, Michael Dear (1988) teve o mérito de estender o debate pós-moderno no nível da reflexão epistemológica na ciência geográfica. Averiguaremos aspectos dessas duas diferentes proposições, pretendendo demonstrar a produção norte-americana e comentar o engajamento da Geografia Humana no debate pós-moderno.

6.2.1. A experiência do espaço e do tempo em David Harvey

O trabalho de David Harvey (1992), constitui-se um dos mais sérios estudos sobre a pós-modernidade sendo, sua análise, basicamente completa.

No que concerne às teorias espaciais, o autor introduziu o conceito de compressão do tempo-espaço ao explicitar a experiência do espaço e do tempo na pós-modernidade. A partir do estudo do tempo e do espaço resultantes do projeto do Iluminismo, Harvey (1992) verificou as características do encolhimento do espaço numa aldeia global de telecomunicações, dado pelas inovações nos transportes e nas comunicações. O tempo vem se reduzindo, por isso, a tal ponto que passamos a assistir apenas ao evento chamado momento, ou seja, apenas o presente passa a existir. Esse presente é o tempo do ser esquizofrênico resultante da pós-modernidade.

Harvey (1992, p. 219) afirma que a

“compressão do tempo-espaço é um desafio, um estímulo, uma tensão e, às vezes, uma profunda perturbação, capaz de provocar, por isso mesmo, uma diversidade de reações sociais, culturais e políticas”.

O autor chama a atenção para a necessidade de termos de aprender a lidar com esse avassalador sentido de compressão dos nossos mundos.

6.2.2. A epistemologia pós-moderna de Michael Dear

Michael Dear (1988) elaborou um artigo, cujo mérito foi o de chamar a atenção dos geógrafos para o debate pós-moderno a partir de uma defesa em favor do pós-modernismo.

Esse artigo foi uma tentativa de um realinhamento da Geografia Humana com a Teoria Social. Para Dear (1988), esse realinhamento tinha por objetivo buscar um triplo efeito:

- a) proporcionar um reposicionamento da Geografia Humana com um papel relevante nas Ciências Sociais e Humanidades;
- b) elaborar uma reclassificação da estrutura interna da disciplina;
- c) recriar ligações da Geografia Humana com os principais debates na Filosofia e Método das Ciências Humanas.

Inicialmente Dear (1988) argumentou sobre a atomização da disciplina, devido às suas especializações, que em 1986, através da classificação da Associação de Geógrafos Americanos (AAG), tinha um perfil organizado que apresentava 37 grupos de diferentes subáreas da Geografia Humana, em número e gênero.

Duas considerações sobre o conhecimento geográfico são por ele apresentadas a partir desses dados. A primeira é que essas especializações representam a demanda aceita pela estrutura da Geografia americana. A segunda, é que legitimando certas categorias, essas especializações podem tender a confinar o discurso geográfico apenas a elas próprias. Além desses pontos, o autor comenta sobre o fato dessas especializações também representarem mais um ponto que contribui para a dificuldade que o geógrafo tem de definir o seu objeto de estudo.

Dear (1988) argumentou sobre o progressivo não engajamento da Geografia Humana nas principais correntes da Filosofia e das Humanidades.

Sobre o pós-modernismo, Dear (1988) o definiu como uma forma de ataque aos fundamentos da filosofia contemporânea. O pós-modernismo seria uma revolta contra a racionalidade do modernismo. No contexto de seu artigo, isso é um ataque à epistemologia modernista, cujas características são:

- o fundamental – essencial;
- verdade e significados universais;
- metadiscurso;
- metanarrativas.

Elsbeth Graham (1995) vai retomar o artigo de Dear (1988), considerando-o um clássico, que fornece para os geógrafos um conjunto de idéias que já se apresentam em outras divisões tradicionais da academia. Para Graham (1995), as idéias apresentadas por ele apareceram como um desafio para os Geógrafos Humanos, por colocar em questão alguns dos mais básicos e consensuais conceitos que são os de racionalidade, verdade e progresso na pesquisa.

Na sua leitura de Dear (1988), Graham (1995) aponta os geógrafos como sendo os responsáveis pelo não engajamento nas principais correntes da Filosofia, Ciências Sociais e das Humanidades.

Dear (1988) não foi o primeiro a introduzir o pós-modernismo nas discussões geográficas, mas seu mérito foi o de trazer as idéias do pós-modernismo para uma maior audiência, freqüentemente modernista.

Pode-se enumerar as reações ao seu texto da seguinte maneira:

- a) de uma maneira muito limitada de ver o texto, a partir que tudo é pós-moderno agora sem se verificar as implicações dessa visão para a Geografia e suas especialidades;
- b) de uma maneira a tomar seriamente o não engajamento apontado por Dear, contribuindo para debates mais gerais sob tal tópico, seja através de um exame crítico de certos aspectos da pós-modernidade ou explorando várias filosofias e, assim, elucidando diferentes facetas do pós-modernismo;
- c) de uma maneira a responder, freqüentemente com crítica, à opinião de Dear de uma Geografia Humana reconstruída.

A questão não mencionada por Dear (1988) e que Graham (1995) vai levantar é sobre uma nova Geografia Cultural, com sua ênfase sobre o qualitativo, o etnográfico e o auto-reflexivo.

Graham (1995) acredita que a pós-

modernidade abre nossos olhos para a “prisão da linguagem”, e que tal questão imediatamente nos remete a pensar a noção de textualidade e desconstrução, como também nos remete diretamente à crise da representação.

Ela aponta problemas do pós-modernismo levantando perguntas como: é possível remover a autoridade sem remover toda a autoridade? Também aponta algumas limitações do trabalho de Dear (1988) argumentando que as publicações de Gregory e de Harvey, em 1987, Soja, em 1987 e também aqueles que exploram as “geografias foucaultianas”, como Philo em 1992, ou a interface entre as geografias feministas, como Bondi e Domosh, em 1992, contribuíram mais substancialmente para o debate geral (apud Graham, 1995, p. 177). Esses autores propuseram questões mais interessantes não antecipadas por Dear (1988).

Assim, para Graham (1995), a maior contribuição de Dear (1988) foi chamar a atenção de um público com pensamento moderno para temas pós-modernos.

CONCLUSÃO

Parte da mudança a que assistimos reside no fato de que muitas dicotomias estão ultrapassadas. Modernismo e vanguarda se relacionam à modernização social e industrial. Acreditava-se que a modernização devia ser trilhada. A visão heróica da modernidade e da arte como forças de mudança social estão fora de sintonia com as sensibilidades presentes. Visto dessa forma, o pós-modernismo não representa apenas outra crise no contínuo ciclo de altos e baixos, exaustão e renovação, bom e mau, feminino e masculino, verdade e mentira, etc., que tem caracterizado a trajetória da modernidade. Ele representa um novo tipo de crise dessa cultura. Somente nos anos 70 ficaram nítidos os limites históricos do modernismo, da modernidade e da modernização. Começamos a explorar as contradições e contingências, as tensões e resistências internas da modernidade. Nesse sentido, o pós-modernismo está longe de tornar o modernismo obsoleto, apropriando-se inclusive de muitas de suas estratégias e técnicas estéticas, inserindo-as e fazendo-as trabalhar “em outras constelações”. O pós-modernismo só rejeita o modernismo na sua tendência de codificar-se num dogma estreito.

Num primeiro momento, o dos anos 60, o movimento pós-moderno teve um caráter de ruptura, mas em seguida ao dar lugar à composição e ao crescer, enquanto um movimento, esse aspecto de ruptura já não teve tanta importância.

O que gostaríamos de propor para reflexão é que tanto os teóricos críticos frankfurtianos, como os pós-estruturalistas franceses, até os pós-modernistas americanos, dos anos de 1960 aos de 1980, fazem parte de um mesmo movimento que se deflagra, nos anos de 1990, como sendo pós-modernos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- CONNOR, S. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1992.
- DEAR, M. The postmodern challenge: the reconstructing human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.13, p. 262-274, 1988.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GRAHAM, E. Postmodernism and the possibility of a new human geography, *Scottish Geographical Magazine*, v.111, n.3, p. 175-178, 1995.
- GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Org.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1990.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HUYSSSEN, A. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

KAPLAN, E. A. (Org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias, práticas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

LEITE, M. A. F. P. *Destruição ou desconstrução: questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 1994.

LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.

NIETZSCHE, F. *Vontade de poder*. São Paulo : Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Pensadores).

PEET, R.; WATTS, M. Introduction: development theory and environment in an age of market triumphalism. *Environment and Development*, v. 69, n. 3/4, p. 227-253, 1993. special issue

PHILO, C. Foucault's geography. *Environment and Planning D: Society and Space*, v.10, p. 137-161, 1992.

SANTOS, J. F. dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUBIRATS, E. *Da vanguarda ao pós-moderno*. São Paulo: Nobel, 1987.

The post-modern question and the Geography Science

ABSTRACT

The post-modernity theme generated in the last decade of the most fascinating and controversial debates. The post-modernity attracted adepts and critics of the most several areas. This research have objective to discuss the theme in the Geography Science. This investigation discusses the main searching, the largest debates and the critics about the post-modernity. This group of subjects has been denominated "The Post-Modern Question". Later the post-modernity thematic has considered in the geographical investigation.

KEY WORDS: post-modern, modernity, post-modernism, critical theory, Geography Science.

Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações

Rosemeire Aparecida Almeida *

Eliane Tomiasi Paulino **

RESUMO

O texto refere-se a uma análise da questão agrária brasileira a partir de suas condicionantes históricas, com ênfase aos movimentos de resistência e luta pela terra. O respaldo teórico dessa análise é obtido a partir de um resgate da obra de dois autores clássicos, Karl Kautsky e Alexander V. Chayanov e dois autores contemporâneos brasileiros, Caio Prado Júnior e José de Souza Martins. O critério de escolha dos autores e o destaque das obras, tanto dos clássicos quanto dos brasileiros, foram definidos em função das interpretações divergentes acerca da questão agrária e do papel político dos camponeses dentro do modo capitalista de produção. As interpretações resgatadas procuram convergir para um entendimento das relações subjacentes aos conflitos agrários, bem como aos desdobramentos da modernização da agricultura, privilegiando a análise das novas formas de luta empreendidas pelos movimentos camponeses.

PALAVRAS-CHAVE: teóricos clássicos, questão agrária, renda da terra, modernização da agricultura, movimentos camponeses.

INTRODUÇÃO

Segundo os educadores com os quais concordamos, o conhecimento é um processo histórico de criação e desvendamento das potencialidades humanas, direcionado para ações que vão desde a melhor adaptação ao meio até a busca de formas diferenciadas de apropriação.

Desse modo, desde o momento em que foram rompidas as bases comuns de cooperação, sendo instaurados preceitos de diferenciação social, toda a produção humana, seja material ou imaterial, tem revelado ações que reforçam ou dilapidam as bases de sustentação de estruturas sociais consolidadas. Em outras palavras, advogam a mudança ou a manutenção do *status quo*. Daí concluir-se que somos sujeitos políticos, pois inelutavelmente adotamos posturas que, dentro de uma sociedade desigual, manifestam

posicionamentos favoráveis ou contrários à ordem vigente.

Nessa perspectiva, a proposta de refletir sobre os modelos teóricos voltados à compreensão da questão agrária pode apontar, e é o que se pretende, para a necessidade de manter aceso o debate entre os geógrafos sobre tal questão, pois o desvendamento dos elementos subjacentes à configuração do território brasileiro, tarefa dos geógrafos, não pode ser feito a contento sem um olhar cuidadoso para o campo, cujo emaranhado de relações confere significação inclusive às formas históricas e rumos que essa sociedade vem trilhando. É isso que torna pertinente o debate, pois apesar dos níveis de desintegração ética/política a que esta ciência (assim como as demais) se encontra submetida, pelos níveis crescentes de mercantilização do conhecimento e conseqüente vulnerabilidade da autonomia intelectual,

* Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Rua Bernardino Montalvão, 1537 CEP 79604-020 e-mail: rose@sna.com.br

** Professora Assistente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – Caixa Postal 6001 CEP 86090-970 e-mail: lpaulino@onda.com.br

prevalece a convergência em torno de um objetivo maior da ciência geográfica, que é a busca de caminhos alternativos para uma sociedade que progressivamente se biparte, acentuando o fosso entre os que acumulam e os que nada possuem.

Ao centrarmos nossa reflexão em questões que envolvem diretamente a propriedade privada da terra e as relações por ela engendradas, envolvemo-nos no esforço de fornecer elementos que podem contribuir com uma luta que não é somente dos agricultores, dos trabalhadores sem terra, mas de toda a sociedade, uma vez que a exclusão provocada pela estrutura agrária vigente não afeta apenas os pobres do campo, mas dilapida a cidadania, que no Brasil ainda está por ser construída.

Considerando que tal estrutura é resultado de um jogo de forças internas historicamente definidas, mas que são coerentes com os ditames do capitalismo, buscaremos inicialmente nos autores clássicos os apontamentos que nos permitem desvendar a evolução agrária dentro da lógica desse modo de produção. São esses apontamentos, recuperados por autores contemporâneos, que lançam luzes para a análise da questão agrária brasileira, cujas expressões mais recentes são o processo de modernização e o acirramento dos conflitos pela posse da terra.

1. KARL KAUTSKY E “A QUESTÃO AGRÁRIA”

O legado teórico deixado por Kautsky conduz, a princípio, à ressalva de que não se pretende esgotar sua obra nestas considerações, reconhecidamente superficiais, antes pretende-se reforçar o hábito entre os pesquisadores de retornarem aos clássicos, sob pena de perderem a dimensão de seu trabalho nas sucessivas interpretações de caráter simplificador, como esta.

Cumprе salientar que essa obra foi produzida num contexto de amplas discussões dentro da social democracia alemã do final do século XIX, em que se debatia as propostas de transformação da sociedade e, particularmente, o papel reservado à agricultura e ao campesinato nesse processo. A **Questão Agrária** foi, dessa forma, uma resposta aos seus críticos, os quais possuíam leituras e posturas políticas conflitantes.

Na avaliação de Kautsky, a classe camponesa

comparava-se como uma incógnita dentro da proposta de construção do socialismo, em virtude de sua superioridade numérica, bem como de sua inconstância política, cujos interesses entrelaçavam-se ora com a burguesia, ora com o proletariado, criando dificuldades para enquadrá-la em padrões definidos de comportamento e, por conseguinte, criando uma incerteza nas lutas políticas que se pretendia travar.

Outrossim, o acirramento do debate sobre os camponeses se explicitava à medida em que se vislumbrava a lentidão com que o desaparecimento dessa classe se processava, num processo ambíguo que contemplava inclusive seu fortalecimento em algumas regiões. Portanto, é nesse contexto que Kautsky procurou reforçar sua visão, fundamentada na concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado, opondo-se assim à teoria do trabalho familiar, para a qual os camponeses seriam recriados a partir das imposições do próprio modo de produção em consolidação.

Nessa perspectiva, o eixo condutor da obra está baseado na leitura de que a indústria seria a força motriz da sociedade, sendo portanto o agente indutor da evolução que se processava à olhos vistos. Dentro dessa lógica, os tentáculos da indústria se expandiriam para os mais longínquos recantos, inclusive nas regiões onde ainda predominava o modo de vida camponês. Para Kautsky, por mais impermeáveis às mudanças que fossem as unidades camponesas, elas sucumbiriam ao modo de produção industrial que, em última instância, se constituiria no veículo de seu desaparecimento.

Sua visão sobre o campesinato era altamente depreciativa: essa seria uma classe miserável, retrógrada e vacilante, um entrave à superação do modo capitalista de produção. Nessa linha de raciocínio, a conquista do socialismo seria inexorável, pois o capitalismo engendrava os elementos de sua própria destruição. Entre esses elementos, reservava ao operariado urbano o papel supremo de conduzir o processo revolucionário.

A experiência inédita de aplicar a doutrina marxista na interpretação das transformações ocorridas no campo com o advento do capitalismo, gerou a tese da penetração do capitalismo na agricultura, cujos desdobramentos seriam idênticos às redefinições sócio-econômicas desencadeadas pelo modelo urbano-industrial.

Assim, apesar de ser admitida a existência de outras classes sociais, apenas o antagonismo entre a burguesia e o proletariado moveria a sociedade, sendo o socialismo uma consequência pura e simples do pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Nesse modelo teórico, a proletarização camponesa seria um processo irreversível e irrestrito, havendo importantes evidências empíricas que o reforçavam, sobretudo a desestruturação da indústria artesanal doméstica.

No final do século XIX, pouco restava dessa que fora o sustentáculo da economia feudal e a base da organização camponesa, haja vista a inserção em massa do campesinato no mercado de consumo e de trabalho. Por conseguinte, a estratégia camponesa adotada para suprir as necessidades monetárias impostas pela nova ordem, provocou um enorme descompasso no campo, pois a sazonalidade das atividades agrícolas vinha gerando progressivos excedentes de mão de obra, problema inexistente no modo de produção anterior, dada a articulação agricultura e indústria doméstica, a qual ocupava a maior parte da força de trabalho nos períodos de entressafra.

Assim, um dos caminhos da proletarização estaria centrado nesse ciclo vicioso, pois à medida em que os camponeses passavam a trabalhar para outrém, menos tempo dedicavam à sua própria unidade, implicando na redução da produção interna, obrigando-os a vender sistematicamente mais força de trabalho.

No entanto, essa mercantilização, denominada trabalho acessório, também seria portadora de mudanças qualitativas, pois através das migrações camponesas temporárias, em busca de trabalho, especialmente para as regiões onde as relações de assalariamento já eram uma realidade na agricultura, é que haveria a oportunidade dos camponeses aprenderem com os operários as regras básicas de trabalho e organização coletiva, aprendizado este indispensável para o sucesso da revolução socialista.

Kautsky classificava como equívoco a teoria da superioridade da agricultura familiar sobre a capitalista, advertindo que o aumento numérico das unidades familiares de produção eram um indício de agravamento da condição camponesa, pois revelavam a fragmentação das explorações.

Reiterou diversas vezes o uso inadequado dos métodos estatísticos, ao entender que o aumento

numérico não expressava a superioridade econômica da agricultura familiar e sim a perda do seu papel produtivo. Isso porque essas unidades não estariam mais sendo utilizadas para a produção agrícola, mas apenas como local de moradia dos trabalhadores, já que sua reprodução já estaria vinculada à venda da força de trabalho.

Explicitou a lógica funcional do binômio minifúndio/latifúndio, sendo que nos primeiros as limitações físicas de terra e equipamentos geravam mão-de-obra ociosa, justamente a mercadoria imprescindível para o sucesso da grande exploração: assim, a essência da intercomplementaridade estaria assentada no fator força de trabalho. Porém, essa troca implicaria num aprofundamento das diferenças qualitativas entre a grande e a pequena exploração.

As projeções sobre a evolução das relações de produção no campo demonstram que Kautsky não admitia a possibilidade da exploração ser efetuada de modo racional nas pequenas unidades, por vislumbrar a viabilidade econômica somente na grande exploração, pela suposta capacidade de aproveitamento máximo das instalações, instrumentos e força de trabalho.

Dessa maneira, Kautsky conclamava a supressão da pequena exploração, por entender que a mesma resistia tão somente por estar assentada no sobre-trabalho e na sub-alimentação dos camponeses, condição mais aviltante, em sua ótica, do que o próprio assalariamento. Em suma, advogava a inviabilidade da agricultura camponesa e a viabilidade da grande exploração capitalista, tomando para si a tarefa política de apregoar suas fragilidades e, assim, abreviar o tempo necessário ao desaparecimento da primeira e a emergência do proletariado.

“Operários bem nutridos e bem remunerados, além de inteligentes, eis a condição indispensável para uma grande exploração racional. (...) O movimento operário, elevando o nível moral e econômico do proletariado agrícola, combatendo a barbárie camponesa, criará – e é esta a sua tarefa – a condição básica para a grande empresa agrícola racional. Ao mesmo tempo, fará desaparecer um dos últimos pilares da pequena exploração” (Kautsky, 1980, p.135).

Nessa linha de raciocínio, a grandes

explorações capitalistas seriam as precursoras das cooperativas agrícolas socialistas, sendo sua expansão uma condição inalienável, visto serem as únicas a possuir os elementos que conduziram à cooperativa socialista.

Tudo isso revela que, em seu entendimento, o caminho para a coletivização não poderia ser trilhado pelo campesinato, devendo o mesmo passar pela experiência concreta da proletarianização, da socialização através do trabalho coletivo. Somente o sucesso dessas cooperativas romperia com a resistência e desconfiança dos camponeses, conduzindo-os naturalmente à organização coletiva, a qual finalmente promoveria a abolição definitiva da propriedade e exploração individual da terra. Inequívoco, portanto, o entendimento de Kautsky acerca do papel político do proletariado em conduzir o campesinato na luta pela transformação social.

2. “LA ORGANIZACIÓN DE LA UNIDAD ECONÓMICA CAMPESINA” DE ALEXANDER V. CHAYANOV

Contemporâneo de Kautsky, Chayanov produziu essa obra num contexto onde o debate sobre o campesinato encontrava-se no auge, ao qual já fizemos referência. Desse modo, esta obra constituiu-se em um marco pioneiro no estudo sobre a composição e organização das unidades econômicas camponesas, apresentando um estudo pormenorizado dessa forma de organização econômica e social. Com isso, o enfoque privilegia elementos desconsiderados pela maior parte dos teóricos clássicos.

Para Chayanov, o fato do trabalho familiar ser uma forma de produção ainda dominante no mundo, impunha a necessidade de uma análise mais aprofundada e cuidadosa de seu conteúdo, pois qualquer tentativa de construção de futuras formas econômicas deveria partir necessariamente da realidade existente. Desse modo, a partir da teoria do balanço entre trabalho e consumo, Chayanov procurou demonstrar as diferentes formas pelas quais as unidades camponesas alcançavam o equilíbrio interno.

Uma delas seria a necessidade de absorção da força de trabalho da família camponesa, que procurava orientar suas atividades no sentido de aproveitá-la ao máximo, inclusive evitando

períodos de ociosidade. Essa era uma preocupação constante dentro da agricultura, pelas suas próprias características, em virtude da instabilidade na demanda por mão de obra nos diferentes estágios biológicos das culturas.

Nisso distinguiam-se a agricultura camponesa e capitalista, pois diferentemente desta, a força de trabalho era constante, não podendo ser contratada ou dispensada de acordo com as necessidades dos cultivos. Portanto, culturas que reclamavam intensa força de trabalho, totalmente desinteressantes do ponto de vista capitalista, por proporcionar baixos rendimentos líquidos, eram realizadas pelos camponeses, pela necessidade de driblar o desemprego interno.

Demonstrou que essa especificidade da unidade econômica camponesa se constituía em empecilho à adoção de máquinas, por serem poupadoras da mão de obra que os camponeses necessitavam ocupar. Além disso, elucidou a inviabilidade de sua utilização em virtude da relação inversamente proporcional entre custos para a aquisição/manutenção de máquinas e disponibilidade de terras.

Diferentemente de Kautsky, que atribuiu à falta de inteligência e incompetência em operar as máquinas, essa leitura da lógica camponesa conduziu à interpretação de que a economia de força de trabalho era o principal fator a impedir os camponeses de empregarem máquinas, enfim, de modernizarem suas atividades, a fim de salvaguardar o emprego interno. A mecanização, portanto, somente seria aceitável caso houvessem outras atividades a serem executadas pela mão de obra liberada ou a possibilidade de aumento dos ganhos brutos, mediante intensificação de cultivos.

Desvendada essa lógica, Chayanov elucidou o papel da composição familiar dentro da teoria do balanço entre trabalho e consumo. Para ele, a mesma seria um elemento chave nesse balanço, por determinar o grau e a intensidade da atividade econômica camponesa. A força de trabalho, dessa forma, manteria íntima relação com os membros capacitados da família.

Por essa razão, considerou imprescindível levantar a composição biológica e etária dos seus componentes, em virtude de haver uma variação conjunta e indissociável entre as fases da família e o balanço entre trabalho e consumo: no início da composição familiar, a partir do matrimônio, haveria uma sobrecarga de consumidores (os filhos pequenos) sobre os trabalhadores. À

medida em que os filhos cresciam, passando a trabalhar, a unidade caminhava para um estado de equilíbrio entre o número de consumidores e o número de trabalhadores, sendo esse novamente desfeito à medida em que avançava a idade dos pais e os filhos contraíam matrimônio. Nessa fase, declinaria novamente o número de trabalhadores, aumentando o peso dos consumidores sobre esses.

No entanto, cumpre salientar que a composição familiar comparava apenas como uma das variáveis: haveria uma relação direta entre área da unidade econômica, força de trabalho disponível e atividades comerciais e artesanais, de modo que quanto menor a área disponível para cultivo, maior a necessidade de aumentar os ganhos da família através da realização de atividades não agrícolas. Conseqüentemente, a pressão exercida pelas necessidades de consumo seria o fator determinante no grau de utilização e intensificação da força de trabalho.

Lembrou que a intensificação do trabalho poderia se dar até um determinado limite, imposto pelas próprias condições humanas em depender energia; ao ser atingido, haveria uma relação inversamente proporcional, onde a cada aumento de esforço, diminuiriam os ganhos, não mais resultando em vantagens econômicas para a unidade.

Para Chayanov, esses princípios regiam todos os tipos de exploração, inclusive as capitalistas. A diferença estaria nos caminhos distintos para se alcançar o ponto de equilíbrio: a exploração capitalista era dimensionada a partir dos meios de produção, mais precisamente da terra disponível, sendo que as demais condições de produção deveriam a ela se adequar. Nas unidades camponesas ocorreria o inverso, pois as mesmas tinham que organizar-se a partir da força de trabalho disponível e do número de consumidores integrantes da família, sendo essas duas variáveis a dimensionar o volume da atividade produtiva.

Em outras palavras, as explorações capitalistas adequariam a contratação de mão-de-obra de acordo com o potencial produtivo da unidade econômica, de forma que permanecendo inalteradas as condições materiais, a intensidade da exploração se manteria indefinidamente. O mesmo não ocorreria nas unidades camponesas, pois a força de trabalho era inerente à composição

familiar. Como essa era variável em virtude da dinâmica etária da família, mesmo que se mantivessem estáveis as condições materiais, a intensidade da atividade sofreria variações ao longo do tempo. Além disso, o padrão ótimo de exploração dificilmente poderia ser alcançado pelas unidades familiares pois, via de regra, a terra disponível estava aquém do potencial da força de trabalho familiar.

Chayanov também analisou os mecanismos de intensificação e redução de capitais nas unidades camponesas e a forma encontrada pelas famílias para adequarem-se a essas variações, concluindo que a maior aplicação de capitais na unidade resultava em maiores índices de produtividade e, conseqüentemente, em menor desgaste físico dos trabalhadores. Por outro lado, quanto menor a disponibilidade de capitais, maior o esforço físico necessário para a exploração da unidade. Com isso, a insuficiência de terras e instrumentos de trabalho nos momentos em que as atividades comerciais e artesanais produziam uma remuneração muito baixa, induziria os camponeses a recorrer à sobreexploração do trabalho, de modo que o aumento bruto da produção era assegurado por enorme esgotamento físico, resultando num decréscimo relativo da produtividade do trabalho.

Entendeu que a exaustão dos trabalhadores sem retorno econômico à altura, inequívoca incongruência do ponto de vista capitalista, se constituía em recurso para que as unidades camponesas mantivessem seu equilíbrio, mesmo piorando o nível de bem estar da família; caso não fosse possível recorrer a essa estratégia, a unidade passaria a exportar trabalhadores.

Outrossim, a limitação da atividade produtiva imposta pela escassez dos meios de produção não seria o único indutor ao abandono da unidade ou à realização de trabalhos acessórios, destacando-se a possibilidade de obter ganhos maiores a partir do mesmo esforço físico.

“La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que pueden aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la

retribución más alta por unidad domestica de trabajo, la familia campesina debe sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones mas ventajosas. (...) El unico rasgo que en este caso distingue a la familia campesina del empresario consiste en que el capitalista, de un modo u otro, distribuye siempre la totalidad de su capital; la familia campesina, en cambio, nunca utiliza completamente toda su fuerza de trabajo pues cesa de consumirla en el momento en que satisface sus necesidades y alcanza su equilibrio economico” (Chayanov, 1974, p.120).

Em outras palavras, a inserção no mercado de trabalho, que para teóricos como Kautsky seria sinônimo de proletarização, foi interpretada como recurso para a manutenção da condição camponesa. Para Chayanov, essa não se confundiria com a postura burguesa de acumulação, pois lógicas distintas mediavam as explorações capitalistas e camponesas. Apesar das unidades camponesas buscarem a melhor remuneração possível, não estavam fundamentadas na lógica do lucro.

Mesmo admitindo a instabilidade proveniente da relação mercantil, pelo fato da maior parte dos preços agrícolas serem determinados a partir de contingências mundiais, a inserção no mercado não era vista de forma apocalíptica pois, para Chayanov, isso abria aos camponeses a possibilidade de dedicarem-se a uma menor variedade de cultivos, produzindo espécies de maior rendimento em relação à força de trabalho empregada, permitindo-lhes conservar apenas as culturas de subsistência com menor demanda de trabalho, coisa impensável dentro da organização das aldeias feudais.

Ao partir do pressuposto de que o capitalismo preservava diferentes formas de produção, atuando nos vários sentidos que possibilitassem a apropriação dos resultados do trabalho, entendia que a inserção no mercado não representaria necessariamente destruição, mas redefinição das formas de produzir.

Com relação à renda da terra, classificou-a como um fenômeno real, econômico e social, criado a partir de uma gama de relações sociais oriundas das bases da produção agrícola. Entretanto, nas unidades camponesas os ganhos se realizariam sob a forma de rendimentos brutos,

divididos entre renovação de capitais e satisfação das necessidades de consumo da família, o que tornava muito complexa a sua estimativa. Apesar da qualidade do solo e a situação geográfica da unidade ante os mercados interferir nos custos de produção, os resultados não se traduziriam em aumento ou diminuição de ganhos monetários de renda, mas no aumento da produtividade do trabalho, refletindo-se no nível de consumo e bem estar da família.

Teóricos defensores da tese de que o capitalismo estava prestes a suprimir o campesinato da história, fizeram severas críticas à Chayanov, alegando ser a sua obra obsoleta, por dedicar-se à uma classe social em vias de desaparecimento. Acusaram-no também de estar politicamente voltado à defesa de interesses burgueses, ao valorizar essa classe, tida como reacionária, contrária aos interesses da revolução socialista.

Porém, cumpre salientar que Chayanov não se propôs a elaborar uma teoria geral, que pudesse explicar a mobilidade e dinâmica da sociedade a partir da lógica camponesa. Restringiu-se às suas características internas, embora apontasse a sua coexistência com o modo capitalista de produção. Concordava que o desenvolvimento do capitalismo provocava o desaparecimento de outras formas econômicas, admitindo inclusive a possibilidade de desaparecimento do campesinato, porém não com a rapidez, intensidade e ritmo propalado por teóricos como Kautsky.

Isso se evidencia quando Chayanov afirma não estar disposto a colocar uma camisa de força na realidade, adequando a realidade à teoria, como faziam os que ignoravam a expressão numérica e importância do campesinato naquele momento histórico, o que não lhe impediu de propor estratégias de desenvolvimento visando uma transformação social.

“Si, para decirlo de un modo general, no queremos arriesgar la estabilidad y flexibilidad de manobra del capitalismo de estado, no podemos abandonal el principal sector de nuestra economia en un estado elemental de desarrollo. Puesto que nostra agricultura es de carácter elemental deberemos aceptar siempre como algo dado tanto nuestras demandas internas como nuestras provisiones de matéria prima, tanto en cantidad, como

en calidad, lo cual significa tambien una negacion de la libertad para desarrollar la planificacion y la industria manufacturera. Sin duda, una serie de medidas de politica economica general respecto del transporte, derechos aduaneros, impuestos y otras esferas pueden tener a veces un importante efecto indirecto en la creacion y desarrollo de unidades economicas campesinas. Pero esta influencia no es suficiente para la mision del capitalismo de estado, y debemos proponerlos llegar ao control directo de la organizacion de la unidad economica campesina elemental” (Chayanov, 1974, p. 315).

O caminho para a interferência sobre as unidades camponesas seria o cooperativismo, a única forma eficaz, segundo Chayanov, para competir em uma estrutura de mercado consolidada mundialmente, visivelmente sob o controle das grandes corporações. Assim, o aparato técnico e objetivo da produção camponesa somente poderia ser resgatado mediante a organização cooperativa, que a induziria ao uso coletivo de instrumentos e meios de produção, resultando num aumento da produtividade e melhoria da qualidade.

Portanto, é inequívoco que Chayanov, tal qual os demais teóricos marxistas, buscou uma interpretação dos fenômenos sociopolíticos orientado pela utopia de uma sociedade planejada de iguais, porém não o fez suprimindo o campesinato, a classe destoante; antes, preocupou-se em compreender a lógica camponesa para poder modificá-la, sem contudo destruir seus agentes.

3. CAIO PRADO JÚNIOR E “A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL”

A diversidade teórica construída pelos pensadores clássicos, como os arrolados anteriormente, tornou-se o ponto de partida no esforço de entendimento da questão agrária contemporânea, razão pela qual resgataremos parte da rica interpretação da questão agrária brasileira.

Para Caio Prado, a questão agrária aparece antes de tudo como um problema humano, chamando nossa atenção para o método a ser empregado na análise da questão agrária, ou seja, o ângulo que se escolhe para problematizar o campo brasileiro.

Assim, procura investigar a situação de miséria e exclusão da população trabalhadora rural, partindo do pressuposto de que a marginalidade é derivada do alto grau de concentração da propriedade fundiária. No entanto, não concorda com aqueles que defendem a subdivisão da propriedade como sendo o passo decisivo na correção das desigualdades na vida agrária brasileira.

Segundo o autor, o enfoque demasiadamente centrado na distribuição fundiária, encontra explicação numa interpretação errônea do processo histórico brasileiro, resultando numa tentativa inócua de transpor para essa realidade modelos europeus. Alguns teóricos envolvidos nessa concepção, defenderam que a economia agrária brasileira ainda seria um reduto de relações feudais, haja visto a persistência do latifúndio. Com isso, haveria a necessidade de superação dessa estrutura obsoleta e a libertação da classe social subjugada. Este seria o caminho necessário para o campo brasileiro inserir-se no mercado e ir ascendendo para relações capitalistas de produção e trabalho.

“É o caso entre outros da meação, que considerada em seu aspecto puramente formal e estático, e conceituada dentro do esquema teórico que enxerga “restos feudais” em nossa organização agrária, foi tida muitas vezes como uma instância desses “restos feudais”. O que leva a conclusão, sempre dentro daquele esquema, que constituindo as relações feudais formas mais primitivas que as do capitalismo, há que superá-las e as substituir por estas últimas, a saber, pelo salariato puro” (Prado Jr., 1981, p. 69).

Essas afirmações caminham no sentido de descartar qualquer possibilidade de existência de resquício feudal em nossa organização agrária, pois a evolução da economia brasileira estaria centrada na apuração da relação de emprego, já que o que tínhamos aqui eram restos escravistas.

“(...) A situação no Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de

produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador), de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre” (Prado Jr., 1981, p.158).

A citação evidencia outro ponto de divergência entre Caio Prado Jr. e seus interlocutores: trata-se da questão do campesinato. Para esse, inexistiria no Brasil tradição camponesa, pelo simples fato de que a essa população não foi dada a oportunidade histórica de acesso à terra. O quadro agrário seria resultado de situações cíclicas, fruto da vinculação da grande propriedade a gêneros de grande valor comercial, sofrendo assim as flutuações conjunturais típicas da relação mercantil de caráter estritamente especulativo. Consequentemente, a importância da pequena propriedade se evidenciaria somente nos momentos de crise da grande exploração, graças à sua natureza de “negócio”.

“É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e entra em decadência, que inversamente o setor secundário, em ambas as formas acima assinaladas em que se apresenta, se restringe (no primeiro caso), e no outro se estende e ganha terreno. É que quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou em outras palavras, se torna rendoso “negócio”, ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão territorial e força de trabalho. Sobrarão tanto menos espaço e tempo disponíveis para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra” (Prado Jr., 1981, p.53).

O pressuposto de que a relação de trabalho predominante na agropecuária brasileira é o assalariado, mesmo quando esse aparece camuflado em outras modalidades de pagamento, leva Caio Prado a vincular Reforma Agrária à elevação dos padrões de vida da população rural. Esse objetivo seria atingido com a implantação de duas medidas fundamentais: extensão da proteção legal ao

trabalhador rural e maiores oportunidades de acesso à propriedade da terra.

“Em suma, e não precisamos mais insistir aqui no assunto, a melhoria das relações de emprego rural em benefício do trabalhador, e pois das condições de vida desse trabalhador, melhoria essa determinada pelo duplo e concorrente impulso da legislação social trabalhista e da luta reivindicatória do trabalhador (fatores esses que sempre se condicionam e estimulam mutuamente), constitui na conjuntura atual da agropecuária brasileira um poderoso e sem dúvida também o principal fator de transformação de nossa economia e estrutura agrária” (Prado Jr., 1981, p.157).

Com isso, ele não negou o sistema vigente; muito pelo contrário, suas reformas enquadraram-se no modo de produção capitalista. Por outro lado, elas seriam pré-requisitos para a introdução futura de formas socialistas de produção. Todavia, naquele momento histórico (década de 60), a economia encontrava-se totalmente estruturada na grande exploração agrária voltada para o mercado externo, de modo que a luta reivindicatória dos trabalhadores rurais, que seria a mola propulsora para a renovação da economia agrária brasileira, estava focalizada na conquista de melhores condições de trabalho.

4. “OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL” DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Somadas às contribuições de Caio Prado, Martins torna-se um referencial nos estudos agrários brasileiros, pelo enfoque dado aos camponeses e o entendimento particular da expansão capitalista no campo.

O desvendamento do lado contraditório dessa expansão, expresso na constante recriação de formas não-capitalistas de produção (camponesas), tem na análise da sujeição da renda ao capital a evidência de que esse vai assumindo formas cada vez mais elaboradas para subordinar o trabalhador. Com isso, Martins imprimiu novos contornos à discussão da Reforma Agrária, demonstrando ser essa uma luta contra o capital.

“(...) não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade” (Martins, 1981, p.14).

Martins defende a existência de uma classe camponesa que, apesar de não se constituir um resquício feudal, também não pode ser reduzida à condição de assalariada, divergindo assim de Caio Prado Jr. Defende que a ausência de conceituação precisa e tentativa de escamoteamento da existência camponesa é conseqüência de sua exclusão do processo histórico brasileiro. O resultado dessa exclusão ideológica se evidenciaria no desmerecimento dos movimentos sociais, na classificação evolucionista que os concebe como atores pré-políticos, sendo necessária a intervenção de agentes externos para transformá-los em políticos. Ao empreender esforços no sentido de desvendar as origens do campesinato brasileiro, Martins pôde explicitar os fundamentos subjacentes à esse entendimento.

Para ele, o campesinato brasileiro tradicional foi concebido às margens do sistema escravista/latifundiário/exportador. Diferentemente do camponês europeu, a ele não foi dado o direito à terra, restando a posse precária como alternativa, como é o caso do regime de sesmarias, onde a carta de concessão tinha precedência legal sobre a terra dos posseiros.

“Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determina fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão” (Martins, 1981, p. 38).

A Lei de Terras de 1850 representa um divisor de águas do campesinato, pois no momento em que a terra torna-se mercadoria, antevendo o colapso do trabalho escravo, o campesinato passa a tomar outra forma: agora, são explicitadas as

diferenças de classe, encobertas pelo sistema escravocrata, sendo que a propriedade fundiária se transforma no laço que passa a subjugar o trabalho livre. Assim, com a iminência da abolição, teremos o oposto do período escravista, pois a concentração fundiária, historicamente condicionada pela necessidade de manutenção desse modelo (a instalação de uma economia livre do tributo representado pela compra do escravo poderia inviabilizá-lo), no raiar da República, passa a ser o fator principal da sujeição do trabalho, conforme nos indica Martins (1981, p. 43):

“Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria (...)”.

Nessa interpretação, a luta do posseiro seria anticapitalista, por tratar-se de uma tentativa de impedir que a terra-trabalho se transforme em terra-especulação/exploração do trabalho. Com isso, o elemento primordial no entendimento da contradição terra/capital é a compreensão do processo de formação do capital, o qual permitirá o entendimento da expansão do capitalismo no campo, portanto, da renda da terra.

Partindo do pressuposto de que o capital resume-se a trabalho acumulado pelo capitalista, Martins descarta a possibilidade da terra ser capital pois, ao não ser produto do trabalho, se apresenta como um meio de produção *sui generis*. No entanto, da mesma forma que o capital se apropria do trabalho, que também não é fruto do trabalho (não tem valor), ele consegue se apropriar da terra mediante o pagamento de um tributo, a renda. A apropriação capitalista da terra vai transformá-la em equivalente de capital, tornando possível a subordinação do trabalho agrícola.

Indica assim que a renda paga ao proprietário da terra não nasce na produção, sendo transferida ao mesmo somente no momento da distribuição da mais-valia, pois apesar da mais-valia ter origem na produção, é realizada no momento da circulação da mercadoria. Ao desvendar os

meandros da renda, Martins (1981, p. 169) consegue desvendar a origem de seu pagamento:

“A renda da terra também tem a sua dimensão oculta; por isso não posso entendê-la se fico olhando só para o aluguel, quando ele existe. Não posso entendê-la se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda da sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho dos trabalhadores do campo e da cidade, que entra e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém e que, em última instância, é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores dessa mesma sociedade.”

Com isso, para se efetuar a exploração capitalista, não é necessário concentrar a propriedade da terra, bastando pagar a renda. No entanto, aqueles que imobilizam dinheiro na compra de terras compram o direito de extrair renda da sociedade inteira; outrossim, essa não é uma relação mutuamente excludente pois um proprietário fundiário pode ao mesmo tempo ser capitalista, bastando para isso dispor de capital suficiente para promover a exploração econômica da propriedade.

Nesse contexto, Martins admite que a propriedade da terra é uma contradição do capitalismo pois, apesar de cobrar um tributo do capital, não pode ser considerada uma excrescência, por ser uma figura interna a essas relações. A condição capitalista da terra é inerente e está oculta, razão pela qual é fundamental separar produção do capital e reprodução capitalista do capital, onde a primeira nunca é produto de relações capitalistas de produção.

“Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponesa, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra” (Martins, 1981, p.171).

Dessa maneira, Martins refuta a existência de sujeição formal ou real do trabalho na produção

familiar. A sujeição real é descartada porque os pequenos proprietários continuam em sua maioria donos da terra e dos instrumentos de trabalho; mesmo em se tratando de relações de integração com a agroindústria o autor as nega, classificando-as de sujeição de renda da terra ao capital. Esta estaria oculta na circulação das mercadorias, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas, através da produção de alimentos a baixo custo.

“(...)o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado (...), o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe” (Martins, 1981, p.175).

É por essa razão que a luta pela terra não se encerra em si, devendo ser entendida sobretudo como luta contra o capital. Isso retira o sentido de uma Reforma Agrária distributivista, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar de libertar-se do círculo de miserabilidade que lhe é imposto.

5. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E CONFLITOS AGRÁRIOS

Diferentemente da difundida versão da passividade camponesa, a história brasileira é marcada pelos conflitos no campo e repressão empreendida por milícias privadas e forças institucionais. Como exemplo podemos citar Palmares, o maior movimento de luta pela terra e resistência popular da história brasileira, cujo espírito de solidariedade e posse coletiva da terra lhes permitiu rechaçar os ataques dos fazendeiros e das forças públicas por nada menos que um século.

Nem mesmo à abolição pode ser creditado o sentido da liberdade que os camponeses tanto buscaram. Contudo, a redefinição das relações de trabalho implicou num aumento da consciência sobre a sua situação de exclusão, gerando movimentos camponeses que tentaram

resolver problemas sociais, principalmente os decorrentes da falta de acesso à terra. Outrossim, conforme já se fez referência, a dificuldade em admitir a ação e capacidade política de organização dos camponeses levou a maioria dos autores brasileiros a classificarem-nos de pré-políticos, como ressalta Medeiros (1989, p.12):

“Vistos como expressão de fanatismo religioso, esses movimentos nunca receberam reconhecimento político, embora tivessem mobilizado a preocupação dos governantes da época e chamado sobre si intensa repressão.”

Assim, essas lutas eclodiram sistematicamente, intensificando-se de acordo com conjunturas específicas, como é o caso da cultura cafeeira e a imigração européia do final do século passado, onde as condições de vida e trabalho eram as piores possíveis. Um exemplo foi o conflito ocorrido na fazenda Ibicaba em Limeira, cujo saldo político foram as medidas dos países de origem dos imigrantes, que obrigaram o governo brasileiro a garantir o arrefecimento dos métodos de exploração praticados pelos fazendeiros.

Muitas outras lutas contra o latifúndio e a exploração mobilizaram o exército e as forças conservadoras, como Trombas e Formoso em Goiás e Porecatu no Paraná, mas somente as Ligas Camponesas conseguiram colocar os conflitos do campo brasileiro na agenda nacional. As Ligas foram a verdadeira expressão das tensões e injustiças enfrentadas pelos trabalhadores rurais em toda a história de desigualdades, como observa Martins (1981, p.66):

“É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, a medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado. É nessa situação mais recente que surgem as Ligas Camponesas, em 1955.”

O fortalecimento das Ligas Camponesas se

fez principalmente a partir do término da ditadura Vargas, reforçando seu papel no enfrentamento dos conflitos a partir da bandeira da Reforma Agrária radical. Esse movimento expandiu-se por 13 Estados brasileiros, culminando com a criação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), a qual marcou um momento de dissidência entre os setores da sociedade que apoiavam a luta pela terra, conforme podemos verificar em Medeiros (1989, p. 55).

“Como eixo da divergência, que então se tornou evidente, estava a concepção sobre o sentido da “revolução brasileira” e sobre o caráter da reforma agrária a ser implementada. Embora tanto o PCB, como as Ligas usassem a linguagem da “Reforma Agrária Radical”, o sentido dado a essa expressão era distinto. De acordo com as teses do PCB (...), a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e anti-imperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única. Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o “campesinato” era, naquele momento, a principal força da “revolução brasileira”, cujo conteúdo era imediatamente socialista.”

Essa postura do PCB melhor exprime a concepção do papel dos camponeses para a elite e intelectualidade brasileira, que tal como Kautsky, expressavam o claro entendimento de que a “Revolução” nasceria no seio da classe operária, sendo o campo e seus sujeitos apenas um estágio a ser superado. Assim, “a história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana, – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político” (Martins, 1981, p.26).

Esse cenário atraiu nova força na disputa pela organização da luta camponesa, a Igreja Católica, que historicamente estivera alinhada com os poderosos, mas que a partir da década de sessenta passa a atuar de forma decisiva junto aos trabalhadores rurais. É nesse período que a mesma se manifesta mais sensível aos problemas sociais e se lança na defesa da sindicalização do campo, contribuindo com a formação de líderes

sindicais e pressionando o Estado para a regulamentação dos sindicatos e realização da Reforma Agrária.

Esse engajamento pode ser explicado pela crescente preocupação da hierarquia católica com o avanço das forças comunistas no campo, fomentado pelas estruturas sociais injustas. Com isso, as lutas pela democratização do Brasil e pelo fortalecimento da sociedade civil ganham eco dentro do alto clero, transformado num ator político de peso, o que fez dessa a principal instituição envolvida na defesa dos direitos humanos.

Alguns frutos dessa articulação em torno dos problemas agrários puderam ser vistos no início dos anos sessenta, mais precisamente em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural. Entretanto, o golpe de 1964 levou todas as manifestações e articulações que sacudiam o campo brasileiro a caírem em silêncio trágico. Os movimentos foram suprimidos através da cassação do direito de reuniões, manifestações, questionamentos, sendo institucionalizadas e controladas as próprias organizações sindicais.

Um dos atos mais expressivos da intervenção militar foi a criação, em 1964, de um grupo de trabalho para a elaboração da proposta para a Reforma Agrária, que ficou conhecido como Estatuto da Terra. Esse projeto veio no sentido de acalmar os ânimos exaltados no campo, bem como ocupar um espaço de promessas sem a pretensão de virar realidade, o que se comprovou nos 20 anos que se seguiram.

Portanto, o recrudescimento dos conflitos é inequívoco. Igualmente, não se pode entendê-lo desvinculado do processo histórico, em especial das mudanças impostas pela abolição e pela redefinição do pacto de poder decorrente da ascensão da burguesia industrial. Tudo isso revela ações deliberadas em torno de um projeto excludente, viabilizado pelas ações empreendidas pelo Estado em defesa de um modelo de acumulação assentado no latifúndio e concentração extremada da renda.

Isso não implica em considerá-lo através de um viés unilateral, pois isso seria o mesmo que ignorar a importância dos movimentos sociais. Como vimos, o golpe militar e as décadas de repressão foram uma resposta direta à capacidade de organização e propostas de mudança oriundas dos trabalhadores do campo. Significa sim admitir que a composição das forças ainda é favorável àqueles que detêm o poder há cinco

séculos e que, nesses tempos densos (Braudel, 1978) puderam ter seus interesses alinhados em torno de projetos potencializadores da acumulação de capital.

Consideramos os anos trinta uma das expressões acabadas desse fenômeno, pois é nesse momento que começam a ser traçadas estratégias para a expansão industrial, as quais incluem a necessária ampliação de mercados consumidores. Em consonância com uma nova ordem mundial, de fortalecimento do capital financeiro internacional, o país adota um modelo de desenvolvimento que privilegia a implantação de multinacionais, destacando-se as produtoras de maquinários e insumos para a agricultura.

No entanto, não se deve tomar este fato como se, isoladamente, pudesse provocar mudanças nas proporções vistas. É no próprio projeto político que são lançadas as âncoras para a modernização da agricultura. Assim, ao mesmo tempo em que crescem as fábricas de tratores, implementos, agrotóxicos, ávidas por consumidores, projeta-se para o campo a exploração empresarial, concentradora de terra e capital, em detrimento de uma agricultura que pudesse ser desenvolvida com maior fixação do homem no campo.

Assim, de forma recorrente, o aumento da produção agrícola vinculado à necessidade de equilibrar a balança comercial é impulsionado sem que seja tocada a estrutura da propriedade, golpeando mais um vez os trabalhadores rurais que, mesmo precariamente, moravam e trabalhavam em terras alheias. No bojo destes fatos, que geraram uma expulsão sem paralelo na história brasileira, a ponto de inverterem em algumas décadas a distribuição entre população urbana e rural, a expropriação também foi marcante, pois grande parte dos pequenos proprietários não conseguiram resistir a um modelo incompatível com a realidade e reais necessidades da produção familiar.

Portanto, é a falta de disposição em construir um projeto um pouco mais equânime para a agricultura brasileira que contribui para o acirramento das lutas contra a histórica concentração e exclusão da maioria. Desse modo, entramos em um novo milênio sem mudanças significativas na estrutura da propriedade, a qual, por sua vez, dá sustentação a uma minoria que conserva-se no poder e perpetua as relações que a mantêm.

No caso em foco, qualquer referência a modernização exige ressalvas, pois o campo brasileiro é uma expressão contundente de contradições: nele encontramos a moderna agroindústria envolvida com cultivos altamente rentáveis, como a soja, a laranja e a cana-de-açúcar, que nada tem de moderna quando se parte para a análise das relações de trabalho; temos a poderosa indústria fumageira, empresas do setor suíno e avícola, expandindo-se às custas da extração da renda e transferência dos custos e riscos para os produtores familiares; abundam os especuladores, possuidores de grande parte do patrimônio fundiário, mantido inculto ou subutilizado, o qual gera uma imensa massa de excluídos do campo, ao negar-lhes inclusive o direito básico de vender sua força de trabalho. Há também médios e grandes proprietários, autodenominados produtores rurais, às voltas com dificuldades ante um governo e mercado globalizado. Enfim, temos também os pequenos proprietários, rendeiros, posseiros que, com o trabalho familiar e a obstinação de preservar a autonomia, resistem a uma política creditícia e de fomento altamente perversa.

No entanto, a demonstração do colapso desse modelo autoritário e centralizador já se insinuava no início dos anos oitenta, com as graves crises econômicas e o estado de ebulição social. Com isso, há uma recuperação gradual do espaço político dos trabalhadores rurais, sendo retomadas as condições necessárias para que os movimentos sociais pudessem ressurgir, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Essa força, traduzida num movimento social-popular de contestação, traz velhas bandeiras de luta, fortalecidas na história de ocupação do território e marcadas pela violência e injustiça. Esse movimento inaugura uma nova forma de pressão/conquista da terra, que são as ocupações de terras griladas, ociosas e abandonadas, numa tentativa de implantar a Reforma Agrária de direito, conforme aponta Molina (1992, p. 20)

“Estas ocupações têm como objetivo dar a terra uma destinação mais justa do que a atual. Os trabalhadores rurais do M.S.T. entenderam e definem que a justiça na utilização da terra se realizará quando esta terra estiver cumprindo suas funções básicas: produzir alimentos para todos os cidadãos e

gerar empregos. O movimento tem claro segundo seus documentos que uma mudança na forma da distribuição e na reapropriação territorial do país implica necessariamente num enfrentamento de classes e de projetos diferenciados, em função dos interesses econômicos e políticos envolvidos neste tipo de conflito.”

O MST eclode num momento de abertura política na ordem autoritária e repressora, juntamente com outros movimentos sociais (feministas, raciais, barragens, ecológicos, sem-teto) que são gestados a partir da década de 70 e que trazem uma nova compreensão de sociedade. Diferem dos antecessores por apregoarem uma concepção de sociedade pautada na importância do controle decisório, na diminuição do autoritarismo, seja ele do Estado, do partido, ou da Igreja.

O MST tem como marco referencial a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante, em 1979, no município de Ronda Alta – RS. As famílias que as ocuparam eram ex-arrendatárias das terras dos índios Kaingang de Nonoai-RS que, ao serem expulsas da reserva indígena, acamparam na região de Ronda Alta/Sarandi. A partir daí a luta cresce e nesse mesmo ano, após terem ocupado as fazendas Macali e Brilhante, 150 famílias ocupam a fazenda Anoni em Sarandi. Desse despejo nasce o acampamento da Encruzilhada do Natalino, referencial histórico da luta pela terra nesse período (Fernandes, 1994).

Temos aí o início da territorialização da luta. No entanto, o que queremos destacar é a existência de uma latência, ou seja, o questionamento da estrutura fundiária que, a partir dos anos 70, revela novas estratégias de enfrentamento, com a ocupação “pacífica” de terras ociosas.

Contudo, esses anos de amadurecimento do MST são marcados pela necessidade de intercâmbio entre os movimentos isolados, onde as estratégias de luta, alianças políticas e reivindicações são definidas à luz de três objetivos básicos, quais sejam:

- terra como forma de sobrevivência econômica;
- Reforma Agrária como mudança na agricultura brasileira que possa beneficiar todos os trabalhadores;

- luta por uma sociedade mais justa, onde não exista explorados nem exploradores.

“O M.S.T se considera um movimento social de massas cuja principal base social são os camponeses sem-terra, que tem caráter, ao mesmo tempo, sindical (porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), popular (porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos) e político (não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais)” (Stédile & Görgen, 1993, p. 38).

Nesse processo de construir o caminho, ocorreu a lapidação do termo sem-terra. Para estes autores, sem-terra são todos aqueles que trabalham a terra sem serem proprietários dela. No entanto, é Grzybowski (1990, p. 56-7) quem melhor constrói uma definição dessa identidade:

“Sem-terra é, por definição um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do Movimento Sem-terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar a sua identidade.”

Podemos dizer, baseados nas orientações do M.S.T, que os primeiros anos do Movimento foram marcados pela prioridade em ocupar o latifúndio; a linha política de orientação estava baseada na palavra de ordem “terra não se ganha, se conquista”. Contudo, as experiências de assentamento acabaram por revelar que distribuir a terra não resolvia necessariamente o problema da expropriação, da fome. Assim, em março de 1989, no V Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a palavra de ordem definida foi: ocupar, resistir e produzir. Essa mudança reflete a decisão de aprofundar sua organização, indicando a necessidade de criar condições para o homem produzir no campo. A partir de 1991, é implementado o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), com o objetivo de estimular as atividades coletivas, vistas como a melhor forma de enfrentar as dificuldades da produção e comercialização. Em maio de 1992, na Assembléia das cooperativas, em Curitiba, fundam a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Conforme indicam Görgen & Stédile (1991, p.146), a cooperação agrícola nos assentamentos passa a ser entendida pelo Movimento não apenas como possibilidade de concentração de capital, de mão-de-obra, de meios de produção, mas acima de tudo como meio indispensável para conquistar a Reforma Agrária e implantar o sistema socialista.

“(...) as associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade, e chegar ao controle absoluto dos meios de produção.”

O III Congresso do Trabalhadores Rurais Sem Terra marca definitivamente uma nova bandeira de luta para o MST, que consiste em levar a luta do campo para as cidades. Essa preocupação fica bastante evidente na nova palavra de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Entendemos que o M.S.T. tem exercido papel preponderante nas últimas décadas, no que se refere ao acesso à terra no Brasil. Portanto, é a legitimidade desse movimento que poderá levar à conquista da terra, bem como ao fortalecimento dos assentamentos com a superação do estado de isolamento, através da pressão sobre o Estado e as leis o que, por sua vez, permitirá o acesso a uma política agrícola que crie condições sustentáveis de se produzir no campo.

Diante de 12 milhões de trabalhadores sem-terra, de um futuro que promete números cada vez maiores de desempregados no Brasil e da ausência de projetos políticos, esse parece ser, no momento, o caminho do possível.

Outrossim, a ciência e, no caso em foco, a geografia, cujo saber acumulado tem na base os tributos extraídos compulsoriamente da classe trabalhadora, não pode omitir-se ao debate e as pesquisas orientadas para o desvendamento da produção do território, cujo pano de fundo são as relações voltadas à reprodução das condições materiais de existência. É com esse pressuposto que empreendemos essas reflexões, mais propriamente esse convite ao debate, pois entendemos ser esse o caminho para o cumprimento de nossa função social: a produção do conhecimento com vistas a uma vida melhor... para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no Estado de São Paulo*. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

GÖRGEN, Frei S. A., STÉDILE, João P. (orgs.) *Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis : Vozes, 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde S. (Orgs.) et all. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MOLINA, Mônica C. *Pluralismo jurídico: o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e o direito à propriedade fundiária no Brasil*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

STÉDILE, J. P.; GÖRGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

Theoretical bases for understanding the agrarian question: brief considerations

ABSTRACT

This text is related to the analysis of the Brazilian agrarian question based on its historical restrictions, emphasizing the movements of resistance and struggle for the land. The theoretical background of this analysis is obtained from the recovery of works by two classical authors – Kark Kautsky and Alexander V. Chayanov, as well as two Brazilian contemporary authors – Caio Prado Júnior and Jose de Souza Martins. The criteria for choosing both the classical and the Brazilian authors as well as their works, were defined based on the divergent interpretations about the agrarian question and the countrymen's political role within the capitalist way of production. The recovered interpretations intend to reach an understanding not only of the relations underlying the agrarian conflicts but also of the evolution of the agriculture modernization, favouring the analysis of the new ways of struggle, undertaken by the rural movements.

KEY WORDS: classical theoreticians, agrarian question, land income, agriculture modernization, rural movements.

Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital industrial

Ruth Youko Tsukamoto *

RESUMO

Este trabalho faz uma análise de um estudo de caso sobre a avicultura para entender as relações mantidas entre o produtor e a indústria no processo de monopolização do território pelo capital industrial monopolista. Para tanto, conta com uma pequena consideração teórica onde se coloca a linha de pensamento adotada – a da renda da terra. Preocupamo-nos neste estudo com o pequeno produtor familiar que mesmo sob a intensa tecnificação do campo e com perspectivas de serem expropriados pelo capital industrial e financeiro tem sobrevivido nos últimos 30 anos. Por outro lado, vale salientar que esse pequeno produtor familiar encontrou um meio alternativo para a sua permanência no campo se subordinando ao capital industrial que, no caso da avicultura, passou a trabalhar no chamado sistema de “integração” ou de parceria agrícola. O capital industrial encontrou um meio de se apropriar da renda produzida pelo produtor familiar, ou seja, através das relações de produção não capitalistas, para contraditoriamente fazer a sua acumulação de capital. Esta relação conta com um produtor que, para não ser excluído do sistema, aceita, mesmo que insatisfeito, as inovações tecnológicas que a indústria impõe. Há que se ressaltar que mesmo nessa relação “perversa” os produtores tem mantido o vínculo com a empresa uma vez que além de obter uma pequena renda contam também com o valor agregado oriundo do processo produtivo.

PALAVRAS-CHAVE: avicultura, monopolização do território, capital industrial, renda da terra, produtor familiar.

INTRODUÇÃO

No limiar do século XXI, o quadro agrário brasileiro tem apresentado um panorama complexo, contraditório onde a tônica tem sido a luta e os conflitos pela terra. É uma velha questão que vem se arrastando no decorrer dos anos e teve, como um dos pontos relevantes, para o acirramento dessa questão, o processo de modernização da agricultura, também chamada de “modernização conservadora”. Por outro lado, há que se considerar que nesse processo de “modernização”, novas tecnologias são introduzidas no campo incluindo-se aí novas relações de produção.

A década de 70 foi o marco das transformações ocorridas no campo tanto no tipo de culturas, agora adequadas às novas tecnologias quanto na estrutura fundiária que sofreu um aumento expressivo do número de estabelecimentos de maior dimensão. Entretanto, verifica-se que o número de

pequenos estabelecimentos tem aumentado nos dados dos últimos censos, o que nos faz questionar como os pequenos produtores, pautados na produção familiar, sobreviveram nesse processo de transformação do campo. Sabe-se que muitos foram expropriados do campo e migraram para as áreas urbanas mas, muitos permaneceram como pequenos proprietários de terras ou retornaram às suas origens, como parceiros, bóias-frias e arrendatários.

O Norte do Paraná contava, neste período, com uma significativa participação de pequenos produtores de café seja como proprietários de terra, seja, como parceiros. Vale salientar que, o café ocupava 66% da área cultivada no ano de 1970 e em 1995/96 representava apenas 9% sendo substituída durante este período pela cultura da soja e por pastagem.

A questão é, verificar como, apesar das novas culturas substitutivas da cafeicultura, esses pequenos produtores resistiram ao processo de expropriação e como encontraram novas formas de sobrevivência.

* Professora do Deptº de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: ruth@inbrapenet.com.br. Esta pesquisa contou com a colaboração da acadêmica Adriana Afonso – bolsista PIBIC/CNPq

Devemos salientar que a agricultura norte paranaense se tecnificou utilizando-se de máquinas e insumos, tanto pelos pequenos produtores quanto pelos grandes. Muitas vezes o problema se agrava quando os pequenos não conseguem produzir suficientemente para competir com os demais produtores capitalizados, ou por falta de maiores áreas de terras ou pela impossibilidade de utilizar a quantidade de insumos necessários pelo alto custo dos mesmos.

Neste mesmo período, o capital industrial encontra uma forma de transformar essa matéria-prima produzida no campo, com o processo de instalação de unidades industriais tanto como empresas individuais quanto sob o sistema cooperativista. São matérias-primas oriundas das diversas categorias de produtor uns como produtores individuais outros como arrendatários e/ou parceiros.

Essas unidades industriais contribuíram para a reordenação do espaço norte paranaense pois, a partir da década de 70 incrementa-se a agroindústria sucro-alcooleira bem como àquelas voltadas à transformação da soja, do café, do algodão entre outros. Por outro lado, começa a se destacar um outro tipo de indústria conhecida como indústria de transformação de matéria-prima de origem animal inserindo-se aqui, basicamente, o pequeno produtor familiar, regidos pelo sistema de “integração” ou parceria agrícola.

Nesse sentido, preocupamo-nos em verificar quais são as relações que vem sendo praticadas entre os produtores e as indústrias norte paranaenses, salientando-se as unidades de produção familiar a exemplo da avicultura de corte, da sericultura e, também da pecuária de leite o qual consideramos um setor à parte. No presente trabalho afunilaremos a nossa análise sobre a relação campo-indústria com o estudo da avicultura no norte paranaense.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Há diversos caminhos para se analisar o produtor familiar no contexto do modo de produção capitalista. Entretanto, recorreremos a idéia de que o capital está presente onde se pode auferir renda. No caso da agricultura, a renda da terra é uma categoria de análise que permite compreender como as relações sociais de

produção capitalistas ou não capitalistas se estabelecem no processo de produção e conseqüentemente, a forma de se obter a renda no momento da circulação da mercadoria.

Inicialmente devemos entender que o locus da produção da matéria-prima para abastecer a indústria, alimentícia ou não, é a terra. Essa terra é produzida por proprietários, arrendatários, parceiros, etc.

Ao trabalhar essa terra, o produtor, proprietário ou não, passa a estabelecer relações sociais de produção que podem ser considerados como capitalista ou não capitalista. O produtor passa a obter renda da terra capitalista quando detém os meios de produção e mantém relações de trabalho, via assalariamento, ou seja, onde ele obtém o trabalho excedente, fonte da mais valia. Há também aquele que se utiliza no processo de produção, apenas a mão-de-obra familiar cujas relações se caracterizam como não capitalistas, embora contraditoriamente, faça parte do sistema capitalista. O produtor tem a posse dos seus meios de produção e a força de trabalho familiar ocorrendo eventuais contratações, principalmente, nos períodos de maior exigência de braços, também solucionada pela “troca de dia de serviço”, muito comum no meio rural.

Martins(1983), coloca no capítulo “A sujeição da renda da terra ao capital...”, que uma propriedade familiar, não é propriedade capitalista, pois, a produção e a reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade do lucro do capital. Os seus ganhos resultam do trabalho desse produtor e de sua família, não havendo portanto, a exploração do trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.

No processo de “modernização” da agricultura, os produtores, independentemente do tipo de relações sociais mantidas no processo de produção, aderiram paulatinamente as imposições do capital industrial intermediado pelo próprio Estado, criando-se a chamada industrialização da agricultura. Para tanto, o capital financeiro se fez presente via crédito agrícola. Martins (1983, p.176) ao analisar a questão sobre a sujeição da renda ao capital explica que o banco

“extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela, o lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário

real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua.”

Com o surgimento de indústrias de transformação da matéria-prima, principalmente nas três últimas décadas, regido sob o capitalismo monopolista, podemos observar que ora a produção está subordinada a circulação e ora a circulação está subordinada a produção. Segundo Oliveira (1988), a primeira é a mais comum na realidade agrária brasileira e que “*o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria*”. Nesse processo de subordinação do produtor familiar à indústria nota-se que, “o capital monopoliza o território sem entretanto territorializar-se” ou seja, a monopolização do território pelo capital monopolista.

A subordinação do produtor à indústria se dá por meio da comercialização. Conforme a relação que o produtor mantém com a indústria, obtendo financiamento dos insumos, por exemplo, a matéria-prima produzida é utilizada para saldar as dívidas contraídas. Essa dívida é muitas vezes saldada, compulsoriamente, via contra entrega da matéria-prima, sendo incluída aí os juros e correções. Vale lembrar que o nível de dependência poderá ser maior quando o produto necessita de um processamento industrial imediato.

As palavras de Martins (1983) são adequadas quando diz, que

“apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no sul e no sudeste, é que subrepticiamente as condições de existência do lavrador e de sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador fosse um assalariado do capitalista.”

Portanto, o estudo da relação agricultura-indústria não se prende somente à dependência do agricultor junto ao capital industrial e financeiro através da compra de insumos e maquinarias e sim, à dependência criada nas suas relações de produção e da apropriação da renda da terra por esses capitais.

2. O PRODUTOR FAMILIAR E AS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Considerando que, mesmo após a “modernização” da agricultura, o número de estabelecimentos de até 50 hectares vem aumentando no contexto nacional, há que se salientar o papel do produtor familiar, ou seja, aquele que utiliza-se da força de trabalho da família, sendo ele proprietário ou não de suas terras.

Isso é possível de ser observado por meio dos dados do IBGE do Censo Agropecuário de 1975 e 95/96 referente ao norte paranaense onde verificamos que o número de estabelecimentos de até 50 hectares representava cerca de 90% do total e em 1995/96 este quadro praticamente não se alterou ficando com aproximadamente 88%. Isto significa que mesmo com a crescente tecnificação do campo e conseqüente aumento da área de produção, este grupo de área continuou se mantendo. Por outro lado, este fato pode ser somado ao número de trabalhadores denominados pelo IBGE de “responsável e membros não remunerados da família” que nos apresentava um percentual significativo de aproximadamente 62% do total do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas.

É neste contexto que podemos verificar a existência de produtor familiar que está vinculado às indústrias de transformação tais como a avicultura, a sericicultura e a pecuária leiteira.

Nestes setores de atividade é comum encontrar dois tipos de escoamento da produção: cooperativas e empresas privadas.

No norte paranaense a comercialização de aves é destinada às empresas privadas representadas por três indústrias de porte: BIG FRANGO (Rolândia), COMAVES (Londrina) e a COROAVES (Maringá). A sericicultura (criação do bicho da seda) conta também com três indústrias de expressão: BRATAC (Londrina) empresa de capital nacional, a Kanebo Silk do Brasil (Cornélio Procópio) de capital japonês e a COCAMAR (Maringá) cooperativa. Quanto ao setor da pecuária leiteira podemos destacar entre muitos laticínios: a Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná Ltda. (CONFEPAR) – localizada em Londrina e a Cooperativa Agropecuária de Londrina (CATIVA).

Segundo estudos realizados por Stier e Fernandes (1986) a CONFEPAR é um dos

maiores laticínios do norte do estado uma vez que recebe leite dos produtores do estado bem como do estado de São Paulo, de Minas Gerais e de Goiás.

Para entendermos como se dá o processo de monopolização do território pelo capital industrial selecionamos o setor avícola uma vez que, além das características próprias nas relações de produção entre o produtor e a indústria, contamos com duas indústrias na microrregião de Londrina.

3. A AVICULTURA E A PRODUÇÃO FAMILIAR NO NORTE PARANAENSE

O setor de aves tem crescido nestes últimos anos para atender o mercado interno e externo. O Brasil ocupa o segundo lugar na comercialização de aves, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Segundo Suzuki Jr.(1997) “*o frango representou o papel de símbolo da estabilidade econômica durante o início do Plano Real, se consolidou como proteína animal de expressivo consumo interno, tornando-se também importante item da pauta de exportação*”. Em 1997 o consumo de frangos no mercado interno foi de 23,7 quilos *per capita*.

Segundo a Associação Nacional de Abatedouros Avícolas (ANAB), o Paraná é o segundo estado no *ranking* de produção nacional, respondendo por 15% do total. Entre os 50 melhores do Brasil, divulgado pela ANAB, as empresas paranaenses que mais se destacaram foram: Da granja, Copacol, Batavo, Coopavel, Comaves, Coroaves, Big Frango e Avícola Felipe, além, da Sadia, Perdigão e a Ceval que são originárias de outros estados e, que se destacam na produção paranaense.

Destas empresas acima citadas cinco estão localizadas no norte do estado do Paraná: Comaves (Londrina), Big Frango (Rolândia), Coroaves (Maringá), Avícola Felipe (Paranavaí) e a Ceval (Jacarezinho). Além destas, devemos incluir a DM – A Gosto (Arapongas) e a Jaguafrangos (Jaguapitã)

O nosso estudo se concentrou na análise das empresas: Comaves e a Big Frango que absorvem a produção de 500 produtores localizados num raio de aproximadamente 80 quilômetros de suas respectivas sedes.

Vale salientar que além da distância exigida é necessário que as estradas estejam em bom estado de conservação para não prejudicar a qualidade do frango a ser abatido. Para tanto, as prefeituras oferecem serviços aos produtores que necessitam melhorar o acesso às suas propriedades.

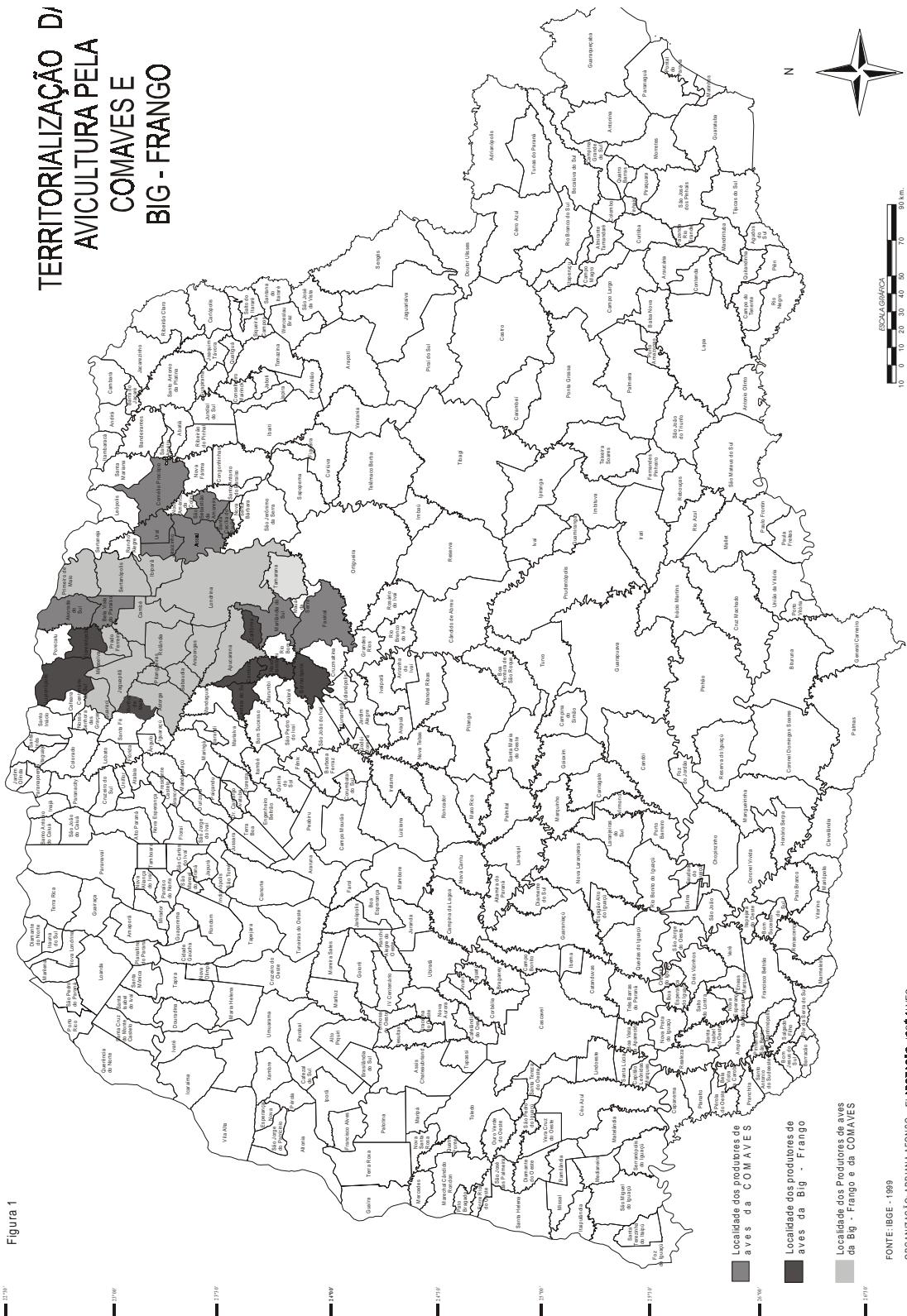
3.1. CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS

As duas empresas têm cerca de 25 anos de existência, pois foram instaladas na década de 70 quando a relação mantida com os produtores era somente a da compra das aves, sem, portanto, o envolvimento da empresa no processo produtivo das mesmas. O sistema de integração inicia-se na década de 80 quando procuram atrair o produtor familiar que permaneceu no campo, mesmo com as dificuldades de se adequar ao processo de modernização.

Atualmente a Big Frango conta com 300 produtores integrados e a Comaves com 200. Conforme se observa na figura 1 a área abrangida é praticamente a mesma, salvo a inserção dos produtores localizados à leste do município de Londrina tais como: Assaí, Jataizinho, Cornélio Procópio, Uraí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira que estão vinculados exclusivamente a Comaves, uma vez que essa indústria lá encontrou produtores em potencial. É uma área que, além de contar com municípios que ainda se caracterizam pela pequena propriedade também foi palco de uma das maiores áreas dedicadas a cotonicultura, atividade esta substituída por outras em função dos baixos preços no mercado e do alto custo de produção.

Ao fazermos um levantamento dos municípios de maior concentração de produtores foi detectado que Londrina supera em relação aos seus municípios vizinhos com cerca de 150 fornecedores os quais estão vinculados numa ou noutra empresa. Em seguida com 35 produtores salientamos os municípios de Jataizinho, Astorga e Rolândia.

Esse número de fornecedores tende a aumentar nos próximos anos, uma vez que a Big Frango, por exemplo, está com uma planta nova das suas instalações com a perspectiva de abater 300 mil frangos/dia, que para tanto há que aumentar cerca de 200 produtores. Atualmente, estão consultando os atuais produtores integrados na perspectiva de aumentarem o número de seus galpões.



3.2. O PRODUTOR E AS RELAÇÕES COM A INDÚSTRIA

Mais de 90% dos estabelecimentos visitados apresentam uma área média de 20 hectares em terras próprias. Todos têm a lavoura como atividade principal e a avicultura entra como uma alternativa de renda, fato este que vem de encontro à filosofia das empresas integradoras.

O município de Londrina apresenta algumas áreas de concentração de produtores de frango tais como: Distritos de São Luis e Espírito Santo onde as propriedades se apresentam diversificadas contando com a cultura do café como atividade principal. Por outro lado, no Distrito de Warta localizado no norte do município e o Distrito de Guaravera, localizado no sul do município, este, mais próximo ao município de Tamarana, a atividade principal é a lavoura da soja. A diferença na escolha do tipo de atividade econômica entre as duas áreas deve-se principalmente ao tamanho da propriedade.

Pela história de vida dos produtores todos ingressaram na avicultura como uma forma de diversificar as atividades do estabelecimento uma vez que a lavoura não tem trazido ganhos significativos e o rendimento da safra é anual. Neste caso, a avicultura é uma atividade que contribui no orçamento familiar, no mínimo, a cada 45 dias.

Na avicultura, via de regra predominam a relação de trabalho familiar e, esta é uma característica peculiar no sistema denominado de integração que segundo Sorj; Pomper Mayer; Coradini (1982) esses produtores se

“articulam com o complexo avícola industrial através de duas formas centrais: integração direta com a indústria de transformação e integração através do mercado. (...) De qualquer modo, ambos os casos tratam-se de relações oligopólicas e oligopsônicas entre as grandes empresas agroindustriais...”

Este sistema de integração tem início no oeste de Santa Catarina através do Frigorífico Sadia no início da década de 60 quando a empresa fez um contrato junto aos pequenos e médios produtores daquela área. Segundo Pizzolatti (1996, p.169), no Oeste Catarinense, após início da década de 70, ocorreu notável especialização na produção de aves de corte, a chamada “avicultura industrial.”

No norte paranaense, baseado nas informações das duas indústrias analisadas, o sistema de integração se deu no início da década de 80. Nessa período, adotaram a mesma sistemática das empresas catarinenses, buscando parceria junto aos pequenos produtores existentes nas proximidades da sede de suas empresas.

Para tanto, há que se cumprir cláusulas contratuais por ambas as partes – integrador/integrado tais como:

1. Integrador: fornece ao integrado a ração, pintainhos, assistência técnica, medicamentos e transportes. Quanto aos insumos devem fornecer produtos de qualidade, compatíveis com a finalidade desejada.
2. Integrado: cabe os custos de construção do aviário, compra de equipamentos, mão-de-obra para criar as aves, gás para aquecimento dos pintainhos, material para cama (casca de arroz ou sepilho de madeira branca) e o carregamentos dos caminhões de aves para a indústria. Devem também conservar as estradas em boas condições de tráfego, seguir rigorosamente as determinações técnicas, utilizar adequadamente os insumos de forma a assegurar um excelente rendimento (mortalidade de no máximo 3% e conversão alimentar de 1.9 kg de ração para cada 1 kg de carne produzida, organizar o “apanhe” das aves por ocasião do envio do abate assegurando que as mesmas não sejam contundidas no carregamento)

Vale lembrar que, por uma razão ou outra, ocorra uma perda significativa das aves; o prejuízo é da empresa integradora. A perda do integrado será o trabalho e o tempo perdido e gastos com a manutenção das instalações do aviário.

Seguindo a classificação de Ferreira (1995, p.88) os integrados da avicultura podem ser inseridos nos “contratos de transferência plena” pois, além das cláusulas de comercialização e de produção é o comprador quem detém todas as funções de gestão da empresa como o risco e o controle dos métodos de produção. O agricultor se restringe a fornecer as suas instalações e o trabalho de sua família.

O termo “parceria”, também utilizado pelos avicultores, deve-se ao fato destes se obrigarem a construir o aviário com os equipamentos necessários e despesas com o gás e “cama” com recursos próprios. Conforme um dos avicultores,

no passado, essas despesas ficavam com a indústria e no decorrer dos anos foram repassadas ao produtor. Significa que o produtor passa a dividir algumas despesas com a indústria integradora. Entretanto, quanto à produção das aves, o produtor passa a ser um mero trabalhador da indústria, uma vez que necessita seguir todas as orientações técnicas bem como o tipo de ave que irá criar. O tipo de ave diz respeito ao tamanho e ao sexo (macho ou fêmea), pois dependendo da exigência do mercado a indústria determina ao produtor quanto e qual tipo deverá ser produzido.

As indústrias entrevistadas declararam que há vantagens na utilização da mão-de-obra familiar pois é uma atividade que não tem horário fixo para cumprir as tarefas da granja exigindo dedicação da mesma.

Segundo Oliveira (1990, p. 52),

“nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista.”

Conforme cálculos efetuados por um produtor de 12.000 frangos (pequeno produtor) utilizando-se duas pessoas da família, este obteve uma sobra líquida de R\$ 1346,00 a cada 60 dias. O prazo no descarte dos frangos fica em torno de 45 dias entretanto, o recebimento da venda ocorre, via de regra, 15 dias após a entrega do produto. Isso significa que há uma sobra de aproximadamente R\$ 650,00 mensais. Esta é uma sobra de um produtor que consegue atingir o preço máximo da tabela de conversão elaborada pela indústria ou seja, R\$ 0,15 por cabeça. É importante ressaltar que a média atingida por cabeça de frango é de R\$ 0,12.

Deve-se salientar que está incluso na renda acima citada, o valor agregado da venda do esterco obtido a cada duas criadas, o que entraria como parte da receita familiar. Por outro lado, é bom lembrar que o esterco é também utilizado na sua lavoura contribuindo na melhoria da produtividade e menores custos na compra de fertilizantes.

Apesar dos produtores terem se pronunciado que o preço dos frangos está muito baixo, querem

continuar na atividade, pois ainda é uma atividade que tem retido o homem no campo. Segundo Cañada citado por Ferreira (1995, p. 88),

“é freqüente a ênfase de que, entre as principais vantagens oferecidas aos agricultores pelos contratos de produção, está a redução do risco, tanto a nível de preços como a nível do escoamento da produção. Isto tem por consequência uma estabilização de seu processo de comercialização mas não necessariamente uma melhora de sua situação sócio-econômica”

Devido a existência potencial desta categoria de produtor, as indústrias, muitas vezes com o apoio do poder local, têm perspectivas de se expandir cada vez mais e com isso, estará realizando a monopolização do território. Vale lembrar que o capital não se territorializa e sim, monopoliza as áreas produtoras de frango, por meio da subordinação do avicultor junto à indústria. Esta, por sua vez, estará se apropriando de parte da renda produzida pela família do produtor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O norte paranaense têm apresentado uma participação significativa no processo de industrialização da agricultura e entre elas as unidades voltadas à transformação da matéria-prima vegetal e animal.

O papel do produtor familiar tem se sobressaído sobretudo na produção animal como a avicultura, a sericultura e a pecuária de leite. Nas duas primeiras, nota-se que o processo de dependência entre o produtor e a indústria é maior, uma vez que o interesse é recíproco, ou seja, para o empresário é vantajoso manter vínculo com essa categoria, pois o custo social é menor e, para o produtor que não dispõe de capital suficiente para desenvolver uma atividade que ofereça serviços aos membros da família, é uma das opções encontradas para se manter no campo. No caso da pecuária de leite, há a questão das cooperativas exigirem, cada vez mais, a introdução de modernas tecnologias tanto na atividade criatória quanto na ordenha do leite. Para o pequeno produtor familiar estes novos investimentos tornaram-se quase que impossíveis de serem cumpridos levando-os ao desestímulo de continuar neste setor.

Para este tipo de relação mantida entre o campo e a indústria, a subordinação, a dependência do produtor ocorrerá enquanto o mesmo estiver disposto a aceitar tal situação. Entretanto, no momento atual da nossa agricultura nota-se que enquanto o produtor não tiver condições de se auto financiar e de criar uma forte associação com seus pares, estará fadado a se manter nas condições analisadas neste trabalho.

O capital tem somente o interesse de se apropriar da renda do produtor por meio da subordinação da produção no momento da circulação oferecendo-lhe preços aviltantes e nesse processo estará monopolizando o território sem necessitar territorializar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, A D.D. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. *Reforma Agrária*, Campinas, v.24, n.2/3, p. 86-13, maio/dez. 1995.

IBGE. *Censo Agropecuário do Paraná*. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Censo Agropecuário 1995/96*. Rio de Janeiro, 1998. n.20:Paraná.

MARTINS, José de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n.66, p.5-22, 1988.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.

PIZZOLATTI, Roland L. *Os pequenos produtores do Oeste Catarinense: integrados ou entregados?* 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M.; CORADINI, O L. *Camponeses e agroindústria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STIER, Kumagae K.; FERNANDES, Margarida O.A. *Estudo sobre a Bacia Leiteira de Londrina*. Londrina, 1986. (relatório de pesquisa do departamento de Geociências da UEL).

SUZUKI JR., Júlio T. O agribusiness no contexto nacional e estadual. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v.19, n.11-12, p.9-11, nov./dez. 1997.

The family farmer and the territory monopolization by the industrial capital

ABSTRACT

This paper analyses a case study on poultry farming in order to understand the relationship kept between the producer and the industry in the process of territory monopolization by the industrial capital. Therefore, it presents a theoretical consideration in which rent from the land is the adopted line of thought. Our concern in this study is the small family farmer who even under intense agriculture technology and with the perspectives of being taken away from his land by the industrial and financial capital has been able to survive over the last thirty years. On the other hand, this producer has found an alternative to remain on his land through the so called integration system and, as in the case of the poultry farmer, has become subordinate to the industrial capital. The industrial capital has found its way to appropriate the rent generated by the family farmer, that is through the non-capitalist production relationship which in turn provides itself with the accumulation of capital. This relationship has on one side the producer who accepts, even if not willing to do so, the technological innovations imposed by the industry in order not to be excluded. Even in this "perverse" relationship, the producer have kept this link because it brings to them a small rent and aggregated value from the productive process.

KEY WORDS: poultry farming, territory monopolization, capital industrial, rent from the land, family farmer.

Ensino de Geografia: origens e perspectivas*

Jean Carlos Rodrigues**

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre a atual situação do ensino de Geografia bem como sobre suas origens e perspectivas. Para tanto partimos, inicialmente, de algumas considerações acerca do ensino bem como sobre sua relação com a educação e a instrução. Em seguida, refletimos sobre a institucionalização da ciência geográfica, sua relação com o ensino nas escolas elementares (no final do século XIX) e de ensino superior (no início do século XX). Posteriormente, após algumas colocações sobre as origens do ensino de Geografia no Brasil, discutimos sobre a atual situação desse ensino no país procurando relacioná-lo com as tendências educacionais nas quais ela foi inserida. Finalmente, num terceiro momento, abordamos algumas perspectivas, fundamentadas em bibliografias sobre essa temática, a respeito desse ensino e sobre suas contribuições à sociedade. Essas contribuições, por sua vez, podem servir tanto para “fazer a guerra” como para modificar a estrutura social na qual estamos inseridos dependendo da prática pedagógica docente e de seu compromisso político-pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, ensino, educação.

Antes de iniciarmos uma reflexão acerca do tema proposto, consideramos ser de suma importância estarmos discutindo, num primeiro momento, o que vem a ser o processo de ensino bem como a sua finalidade. Num segundo momento, entendemos ser necessário estarmos refletindo, também, sobre o processo de formação e institucionalização da ciência geográfica para, a partir daí, fazermos uma relação entre estes dois temas com o propósito de interpretarmos melhor a função social que adotou o ensino de Geografia a partir do século XIX, quando esta passa a ser uma ciência cujos conhecimentos se tornaram institucionalizados, e entendê-la nos dias atuais.

Para que possamos chegar a uma conclusão do que seria o ensino, cabe-nos discutir, ou ao menos mencionar, o que vem a ser a educação e instrução, uma vez que, segundo Libâneo, “... o ensino é o principal meio e fator da educação (...) e, por isso, destaca-se como campo principal da instrução e educação” (1994, p. 23).

Para Luckesi, a educação “... é um típico ‘que-fazer’ humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida” (1994, p.30). Em se tratando desta discussão, na perspectiva de Libâneo (1994), podemos dizer que esta finalidade é a formação de uma personalidade, que está inserida no contexto sócio-político-ideológico e é construída não somente na escola, mas também na família e na sociedade em geral. Conforme esse autor, a educação

“... corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática” (Libâneo, 1994, p. 22-23).

* Artigo integrante do Relatório de Estágio – Parte I intitulado “Educação, Geografia e Cidadania” da disciplina Metodologia e Prática do Ensino de Geografia A – Estágios Supervisionados ministrada pela profa. Ângela Massumi Katuta, da qual agradecemos as colaborações recebidas, no 1º semestre de 2000 no curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

** Aluno do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e bolsista do Programa Especial de Treinamento (PET). E-mail: jeancrodrigues@hotmail.com

Com relação à instrução, o autor afirma que essa refere-se “... à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognoscitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados” (Libâneo, 1994, p. 23). Formação esta que, via de regra, ocorre na escola.

Diante disto, percebemos uma subordinação da instrução à educação, à medida que “... o processo e o resultado da instrução são orientados para o desenvolvimento das qualidades específicas da personalidade” (Libâneo, 1994, p. 23). Nesta concepção, o ensino seria um meio ou um conjunto de tarefas que viabilizassem condições necessárias para se realizar a instrução.

Portanto, concluímos que, quando tratamos do ensino, estamos nos remetendo a um conjunto de meios pelo qual se constrói a formação intelectual da pessoa a partir de conhecimentos sistematizados. Esta formação intelectual acaba por colaborar com o processo de educação da pessoa, do educando. Mas, cabe salientar que, conforme Luckesi, a “... educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim com um instrumento de manutenção ou transformação social” (1994, p. 30-31), conforme veremos a seguir com o próprio ensino de Geografia.

No que concerne à Geografia enquanto ciência, esta foi institucionalizada a partir do século XIX com os trabalhos dos alemães Alexandre von Humboldt e Karl Ritter. Para a Alemanha, era importante os trabalhos destes estudiosos uma vez que o conhecimento geográfico era fundamental para a união nacional e a unificação política desta nação. Segundo Andrade (1992, p. 54), o

“... conhecimento do mundo e o aprofundamento das relações entre a sociedade e a natureza eram, pois, de grande importância para os grupos dominantes que aspiravam à união nacional, à unificação política, em um primeiro estágio, e à disputa pelo domínio do mundo extra-europeu, com os grandes impérios em consolidação, britânico, francês, russo e norte-americano, em um segundo estágio.”

Porém, cabe destacar que a institucionalização dessa ciência ocorreu mediante os postulados da filosofia positivista de Augusto Comte que, segundo Chauí,

“... será uma das correntes mais poderosas e influentes do século XX (...) A sociologia positivista (...) estuda a sociedade como fato, afirmando que o fato social deve ser tratado como uma coisa, à qual são aplicados os procedimentos de análise e síntese criados pelas ciências naturais” (1999, p. 272).

Além disto, a filosofia positivista surge no momento histórico em que se desenvolve o neocolonialismo sobretudo na África e Ásia tendo a França e a Inglaterra como principais países expoentes desta expansão. Este neocolonialismo do século XIX iria favorecer, principalmente, a alta burguesia destes países imperialistas, a qual teria um mercado muito mais amplo para comercializar suas mercadorias.

Assim, segundo Andrade,

“Para que se castrassem os estudiosos de uma visão global, totalizante da realidade, tratou-se de estimular, cada vez mais, a especialização e, em conseqüência, neutralizar ou reduzir a capacidade crítica dos estudiosos, sábios e pesquisadores” (1992, p. 11).

Tal fato ocorreu sobre a égide do positivismo, que dividiu a ciência em vários ramos.

Nesse sentido podemos afirmar que o ensino de Geografia, enquanto meio de realização de uma instrução geográfica no século XIX (já que nessa época os conhecimentos desta ciência já estavam sistematizados), passa a cumprir um papel social que procurava legitimar a ação neocolonialista do Estado-Nação.

Esse papel foi desempenhado, primeiramente, no ensino secundário tendo sido a França uma das primeiras nações a instituir esse conhecimento no final do século XIX. Porém, esse ensino era, em grande parte, de cunho político-militar e pretendia auxiliar na construção da idéia de pátria e convencer a sociedade que a Geografia era um conhecimento neutro, o que criava a idéia de inutilidade deste ensino para a sociedade em geral.

Segundo Lacoste,

“... desde o fim do século XIX e por razões que foram primeiro patrióticas, considerou-se que era preciso ensinar rudimentos de geografia e de história aos futuros cidadãos. A função dessa geografia escolar não é,

evidentemente, mais estratégica, mas ideológica e até o período entre as duas guerras o seu significado político ficou evidente: ela falava primeiro da pátria e a carta da França, que outrora reinava em permanência nas salas de aula era, para os alunos, a representação, a mais evidente, de seu país” (1988, p. 251).

Como meio de justificar tal afirmação, o autor faz um questionamento acerca da França:

“De fato, não é primeiro para falar da pátria aos futuros cidadãos, para lhes fazer conhecer seu país, que um ensino de geografia (...) foi considerado necessário e obrigatório no fim do século XIX, notadamente após o traumatismo da derrota de 1870?” (Lacoste, 1988, p. 249).

Na citação acima, o autor refere-se à guerra Franco-Prussiana na qual a França perdeu os territórios de Alsácia e Lorena para a Prússia, o que provocou a queda do império e a formação da III República nesse país.

Essa consequência ainda hoje é sentida nas escolas. Segundo Lacoste,

“De todas as disciplinas ensinadas na escola, no secundário, a geografia, ainda hoje, é a única a aparecer, por excelência, como um saber sem a menor aplicação prática fora do sistema de ensino” (1988, p.56).

Quando, no início do século XX, a Geografia torna-se um saber universitário esta aparentemente perde seu caráter político e chega a ser questionada pelos próprios estudantes de nível superior. Segundo Lacoste,

“... eles chegam a ousar questionar se a geografia é mesmo uma ciência, se este acúmulo de elementos do conhecimentos ‘emprestados’ da geologia, da economia política ou da pedologia, se tudo isso pode pretender constituir uma verdadeira ciência, autônoma, de corpo inteiro...” (1988, p. 22).

Isto tudo deflagra o questionamento acerca da função e papel da Geografia na sociedade. Enquanto os alunos das escolas elementares possuíam contato com uma Geografia descritiva, que produzia inventários dos aspectos físicos da

superfície terrestre, existia paralelamente uma outra Geografia, a dos oficiais, que negligenciava a função e importância dessa ciência e usava esses conhecimentos para fins militares, elaborando estratégias de combates, como ocorreu na Guerra do Vietnã.

Porém, a partir de todo este complexo cenário de discussão no qual a Geografia se insere, podemos fazer dois comentários. O primeiro deles diz respeito à tendência de educação que se utilizava na França para o ensino de Geografia no final do século XIX. De acordo com as características explicitadas anteriormente, neste período, a educação visava reproduzir a estrutura ideológica do Estado, procurava manter esta estrutura e não modificá-la. Para Luckesi,

“A interpretação da educação como reprodutora da sociedade implica entendê-la como um elemento da própria sociedade, determinada por seus condicionantes econômicos, sociais e políticos – portanto, a serviço dessa mesma sociedade e de seus condicionantes” (1994, p. 41).

Não havia a preocupação da educação na época em modificar essa estrutura ideológica neocolonialista mas, mantê-la como forma de legitimar as expansões.

Um segundo comentário refere-se à necessidade do professor de Geografia estar refletindo sobre as origens do ensino desta ciência, enquanto disciplina. Entendemos ser de suma importância esta reflexão pois as influências de suas origens ainda se fazem sentir no ensino de Geografia. No caso francês, o contexto sócio-político-econômico no qual se constituiu a Geografia fez com que se adotasse uma tendência reprodutivista de educação que refletiu na sala de aula de tal forma que *“... a geografia, ainda hoje, é a única a aparecer, por excelência, como um saber sem a menor aplicação prática fora do sistema de ensino”* (Lacoste, 1988, p. 56). Ou seja, a função da Geografia nas salas de aula do século XIX ainda estão muito presentes no ensino atualmente uma vez que a Geografia, no Brasil, sofreu forte influência da Escola Francesa. Nestas condições, caso o futuro docente não tenha conhecimento contextualizado historicamente das origens do ensino de Geografia, ele corre o risco de estar reproduzindo a Geografia que se constituiu no final do século passado e fazer da mesma, suas perspectivas

futuras, uma disciplina tão enfadonha como outrora. Segundo Lacoste,

“É preciso fazer com que aqueles que ensinam a geografia hoje tomem consciência de que o saber-pensar o espaço pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós” (1988, p. 256).

No que diz respeito ao Brasil, tanto o ensino quanto a pesquisa na área de Geografia se institucionalizaram a partir da Revolução de Trinta, período no qual *“... a burguesia e a classe média urbana passaram a ter maior influência sobre o governo e a atenuar o poder da burguesia agrário-exportadora”* (Andrade, 1992, p. 81). Os estudos e pesquisas de nível superior se institucionalizaram a partir da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, onde, atualmente, funciona a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Neste período, a Geografia brasileira foi em grande parte influenciada pela Escola Francesa, tanto na pesquisa como no ensino dado que foram professores e pesquisadores franceses que fundaram os primeiros cursos brasileiros. Conforme Pontuschka,

“A geografia no antigo ginásio até a época da fundação da FFLCH-USP, nada mais era do que a dos livros didáticos. Geralmente eles expressavam o que havia sido a geografia até meados do século XIX na Europa: enumeração de nomes de rios, serras, montanhas, capitais, cidades principais, totais demográficos de países, de cidades etc.” (1999, p. 114).

Porém, deste período até os dias atuais, segundo a autora, a situação do ensino de Geografia não se modificou muito.

“Se essa crítica pode ser feita para o ensino da geografia na primeira metade do século XX, ainda não podemos dizer que os métodos de ensino mais renovadores e democráticos hoje estão aplicados nas escolas do país.” (Pontuschka, 1999, p. 113).

Segundo Brabant, a Geografia escolar está em crise e essa está relacionada com a sua função ideológica no final do século XIX, conforme destacamos anteriormente. Para este autor,

“Pode-se dizer que a crise da geografia na escola se resume essencialmente na crise de sua finalidade. Ensino com função ideológica, sua eficácia se vê contestada por discursos mais ‘modernos’ (economia, sociologia, etc...) Marginalizada no momento da adaptação da escola às necessidades profissionais, a geografia está minada por sua aparente incapacidade de dar conta das lutas onde o espaço está em jogo” (1989, p.22).

Vale ressaltar que esta crise da escola, e também da Geografia, mencionadas por Brabant faz parte de uma mudança da função das instituições de ensino de todos os níveis promovida em grande parte pelo Banco Mundial e países que esse representa. Para essa instituição, cabe à escola

“(...) desenvolver as capacidades básicas de aprendizagens no ensino primário e (quando se justifique para o país) no nível secundário inferior, porque o Banco sabe que isso contribuirá para satisfazer a demanda por ‘trabalhadores flexíveis que possa facilmente adquirir novas habilidades’” (Coraggio, 1998, p. 100).

Nessa perspectiva, voltamos àquela tendência educacional colocada anteriormente na qual a educação possui a função de reproduzir a ordem estabelecida pelo e para o capital. Nesta tendência, *“... a escola alcançou o foro de principal instrumento para a reprodução qualitativa da força de trabalho de que necessitava a sociedade capitalista”* (Luckesi, 1994, p.44). Assim, como a Geografia tradicionalmente é uma disciplina que desde as suas origens na França e Alemanha do século XIX, é questionada acerca de sua utilidade e funcionalidade na vida prática, ela passa a ser eliminada do sistema de ensino em vários países. Isto verifica-se atualmente no Brasil quando observamos a diminuição da sua carga horária, quando não de sua eliminação da grade curricular de algumas escolas, no “novo” ensino médio.

Nessa perspectiva, compreendemos que se

faz necessário rompermos com algumas “convicções” formais ainda presentes na Geografia e em muitos livros didáticos que ainda lideram o mercado editorial do país. Isso porque esses, na maioria das vezes, abordam a realidade de forma fragmentada, não permitindo a emergência de reflexões sobre a configuração do espaço que é fruto das contradições sociais.

Para Santos,

“A superação da lógica formal não é a supressão da forma é, antes disso, uma ruptura com seus limites em busca dos movimentos que a definem e, por isso mesmo, é colocar em discussão, num mesmo momento, justamente o que a lógica formal não admite: o contraditório” (1995, p.47-48).

Assim, avançando para além da lógica formal rumo à lógica dialética estaremos abordando a realidade de forma dialética valorizando o entendimento do conflito entre os contrários a fim de que se entenda a lógica das diferentes, e contraditórias, espacialidades produzidas no território.

Segundo Katuta,

“Para isto, faz-se necessário que o aluno tenha se apropriado e/ou se aproprie de uma série de noções, habilidades, conceitos, conhecimentos e informações, básicos para que o pensamento ocorra. Esse conjunto (...) é pré-requisito para que o aluno construa um entendimento geográfico da realidade” (1997, p. 37).

Além disto, quando trabalhamos em sala de aula a partir de uma abordagem respaldada na lógica dialética poderemos romper também com aquela tendência reprodutivista da educação de outrora para trabalharmos com uma tendência transformadora da educação onde

“... propõe-se compreender a educação dentro de seus condicionantes e agir estrategicamente para a sua transformação. Propõe-se desvendar e utilizar-se das próprias contradições da sociedade, para trabalhar realisticamente (criticamente) pela sua transformação” (Luckesi, 1994, p. 51).

Também compreendemos que esse trabalho deve ser iniciado nas primeiras séries do ensino fundamental, sobretudo na 5ª série, uma vez em que são nessas séries que os alunos começam a ter seus primeiros contatos com o uso e confecção de mapas. Como os mapas são os instrumentos das espacializações dos fenômenos geográficos, e esses fenômenos são, em parte, frutos das contradições sociais, os alunos poderão, dependendo da prática pedagógica docente, estar em contato com essas contradições procurando compreender suas origens.

Neste sentido, ao refletirmos sobre as origens do ensino de Geografia, sua situação atual e perspectivas identificamos que esta ciência, de acordo com cada período histórico pelos quais passou, defendia valores determinados. Cabe-nos, enquanto docentes em formação, explicitarmos à sociedade que o aspecto de inutilidade que paira sobre a Geografia é, de fato, apenas aparente e que a Geografia ainda serve tanto para fazer a guerra com também para transformar a sociedade na qual esta inserida, dependendo da prática pedagógica docente e de seu compromisso político-pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo : Atlas, 1992. 143p.
- BRABANT, Jean-Michel. Crise da Geografia, crise da escola. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.) *Para onde vai o ensino de Geografia?* São Paulo: Contexto, 1989. p. 15-23.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999. 440p.
- CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org). *O banco mundial e as políticas educacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-123.
- KATUTA, Ângela Massumi. A escola e o ensino de geografia: o ser e o vir a ser. *Universitas*, São José do Rio Preto, v.7, n.1, p. 31-38, 1997.

LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1988. 263p.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. 263p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. 183p.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. A Geografia: Pesquisa e Ensino. In: CARLOS, Ana Fani A. *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 111-143.

SANTOS, Douglas. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino da geografia. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 17, p. 20-61, 1995.

Teaching of geography: origins and perspectives

ABSTRACT

In the present article we intended to contemplate about the current situation of the teaching of Geography as well as on its origins and perspectives. For so much we left, initially, of a reflection concerning the teaching as well as about its relationship with the education and the instruction. Soon after, we contemplated on the institution of the geographical science, its relationship with the teaching in the elementary schools (in the end of the century XIX) and of higher education (in the beginning of the century XX). Later on, after some placements on the origins of the teaching in Brazil, we contemplate about the current situation of that teaching in the country trying to relate it with the educational tendencies in which she was inserted. Finally, in a third moment, we approached some perspectives, based in bibliographies on that thematic one, I respect it of that teaching and about its contributions to the society. Those contributions, for its time, they can be good so much "to do the war" as to modify the social structure in which are inserted depending on the educational pedagogic practice and of its political-pedagogic commitment.

KEY WORDS: Geography, teaching, education.

Caracterização do ambiente microclimático do Campus da Universidade Estadual de Londrina (PR) na situação de inverno do ano de 1999

Deise Fabiana Ely*

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de mostrar uma experiência didática realizada na disciplina 3GEO 004 – Climatologia, ministrada para os alunos do segundo ano do curso de Geografia. Através desta atividade prática buscamos as correlações dos elementos climáticos com o relevo e, principalmente, com o uso do solo do Campus da Universidade Estadual de Londrina (UEL), objetivando a caracterização e percepção da realidade microclimática. Por meio da análise detalhada dos dados de: temperatura e umidade relativa do ar, direção e velocidade dos ventos e a nebulosidade, percebemos que as temperaturas evoluíram conforme o padrão normal da marcha diária, ou seja, pela manhã foram identificadas as menores temperaturas, as maiores foram atingidas entre 14 e 16 horas, demonstrando uma evolução diária inversa a da umidade relativa do ar. E, ainda, percebeu-se a influência das exposições das vertentes, do uso do solo e da incidência dos ventos na formação de um ambiente microclimático.

PALAVRAS-CHAVE: experiência didática, campus universitário, microclima.

INTRODUÇÃO

O estudo da Climatologia permite vastas discussões sobre os elementos físicos que compõem a paisagem pois, para a configuração climática de qualquer local da superfície terrestre, faz-se necessário as correlações entre tais componentes; visto que

“mudanças radicais na natureza da superfície, através da extrema artificialização da cobertura do solo e do aumento de sua rugosidade, criam alterações imediatas nas propriedades meteorológicas do ar imediatamente acima da superfície” (Chandler, 1976 *apud* Collischonn, 1998, p. 121).

As idéias dispostas acima sempre acompanharam as discussões com nossos alunos, na disciplina 3 GEO 004 – Climatologia, o que nos motivou a procurar as correlações dos elementos climáticos com o relevo e, principalmente, com o uso do solo do Campus da

Universidade Estadual de Londrina, buscando a caracterização e percepção da realidade microclimática, nos permitindo a experimentação dos conteúdos teóricos apreendidos em sala de aula.

Neste sentido, o presente trabalho tem o propósito de divulgar uma experiência didática que envolveu os alunos do segundo ano do curso de Geografia de 1999 (matutino e noturno), da Universidade Estadual de Londrina, desenvolvida nos dias 22 e 28/08/1999.

1. METODOLOGIA

A análise da realidade microclimática requer, inicialmente, a caracterização da paisagem em estudo. Para tanto foi confeccionada uma carta Hipsométrica e uma Carta do Uso do Solo, na escala 1:8.000. Esta última foi elaborada a partir da fotointerpretação de um par de fotografias aéreas, na mesma escala, do ano de 1991 e foi feito um trabalho de campo para a atualização dos dados de uso do solo para 1999.

* Universidade Estadual de Londrina – UEL, Centro de Ciências Exatas – CCE, Departamento de Geociências, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 80, Caixa Postal 6001, Londrina – PR, Cep:86051-990, deise@uel.br

A partir dos dados dispostos nestas cartas, definimos 10 pontos para a coleta de dados climáticos. Estes pontos foram locados em diversos padrões de uso do solo, objetivando a verificação da influência que esse pode exercer sobre os valores de temperatura do ar, umidade relativa do ar e da circulação dos ventos.

Os alunos foram distribuídos em equipes, que fizeram o levantamento de dados de: temperatura (bulbo seco e úmido), umidade relativa do ar, direção e velocidade dos ventos e a cobertura do céu; entre 8 e 20 horas (a coleta deu-se de uma em uma hora), nos dias 22 e 28/08/1999.

Para a coleta dos respectivos dados utilizou-se um abrigo meteorológico, constituído por um suporte de madeira de 1,5m de altura e sustentado por uma cruzeta, na qual foram dispostos os pontos cardeais, que possibilitaram a orientação do abrigo. Em sua base estava acoplada uma fita de cetim que possibilitou a verificação da direção dos ventos. Dentro do abrigo foi acomodado um termohigrômetro de leitura direta. A velocidade dos ventos foi obtida através do uso de um anemômetro e a verificação da cobertura do céu foi feita visualmente.

Após o trabalho experimental de coleta dos dados climáticos, buscamos informações adicionais junto a Estação Agrometeorológica do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), imagens infravermelhas do satélite GOES-8 e as Cartas de Pressão da Superfície, obtidas na homepage do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), objetivando caracterizar a situação atmosférica nas escalas local e regional.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O Campus da Universidade Estadual de Londrina localiza-se no setor sudoeste da área urbana de Londrina/Pr, distante 6Km do centro da cidade, com uma área de 150ha e com as seguintes coordenadas geográficas: 23°19'08", 23°20'06" de latitude sul e 51°11'36", 51°11'37" de longitude oeste.

A partir dos dados da Carta Hipsométrica temos que o Campus assenta-se em uma área com altitudes que variam de acima de 600m até

abaixo de 540m, demonstrado que não há uma grande variação de altitudes. A maior parte da área construída do Campus encontra-se numa altitude que varia de 580 a 600m. As áreas mais elevadas, ou seja, aquelas acima dos 600m, não possuem edificações. E as áreas com altitudes variando de 580 a abaixo de 540m encontram-se no extremo sudoeste do Campus, compreendendo áreas agrícolas (Fazenda Escola) e o Horto Florestal.

No tocante ao uso do solo, percebe-se que o Campus compreende uma vasta área de gramíneas, exceto no sudoeste onde não ocorrem. Concentram-se aí as áreas cultivadas da Fazenda Escola e o bosque do Horto Florestal. Esta grande área de gramíneas é intercalada com vários bosques de pequeno porte, estacionamentos e edificações.

As edificações foram divididas em três categorias: térreas de pequeno porte, térreas de médio porte (Ex: prédio do Laboratório de Geologia, as salas em anfiteatro do Centro de Letras e Ciências Humanas – CLCH, etc.) e de grande porte (como o Hospital da Clínicas, o ginásio do Centro de Educação Física – CEF, etc.). Este procedimento foi tomado em virtude da possível influência das edificações no direcionamento dos ventos e no sombreamento que elas produzem, modificando a absorção da radiação solar e, conseqüentemente, as temperaturas e a umidade relativa do ar local.

As vias de circulação do Campus, em sua maioria, são pavimentadas; sendo as sem pavimentação somente aquelas que dão acesso ao Horto Florestal e à Fazenda Escola. O Campus ainda compreende amplas áreas de estacionamentos, o que pode gerar alterações nas temperaturas locais, devido a alta absorção da radiação solar pelo asfalto.

De maneira geral verificamos que a maior parte do Campus ocupa um topo suave ondulado e a área da Fazenda Escola e do Horto Florestal ocupam vertentes de direções sul, sudoeste e sudeste.

A partir das características geoecológicas apresentadas, estabelecemos 10 pontos para o desenvolvimento da coleta de dados climáticos, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Localização e características dos pontos de coleta de dados.

Ponto	Localização	Altitudes	Uso do Solo
1	Bosque ao lado do restaurante Universitário	Acima de 600m	Bosque circundado por gramíneas e, a leste, possui áreas pavimentadas e uma edificação de médio porte.
2	Próximo ao Laboratório de Geologia e o Centro de Tecnologia a Urbanismo.	De 580 a 600m	Gramíneas, mas circundado por edificações de pequeno, médio e grande porte.
3	Centro de Vivência da Assuel	De 580 a 600m	Bosques e gramíneas
4	Área atrás do Hospital da Clínicas	De 580 a 600m	Área sem pavimentação, solos expostos.
5	Guarita da entrada principal da UEL	De 580 a 600m	Gramíneas
6	Rotatória de acesso à UEL paralela a PR445	De 580 a 600m	Gramíneas
7	Área próxima a piscina do Centro de Educação Física (CEF)	De 580 a 600m	Área pavimentada, cercada por edificações de médio e grande porte.
8	Estrada de terra atrás do CEF	De 580 a 600m	Área sem pavimentação, cercada de gramíneas e bosques
9	Entrada do Horto Florestal	De 560 a 580m	Grande área de bosques.
10	Estacionamento do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH)	De 580 a 600m	Área pavimentada, asfalto.

Fonte: Cartas Hipsométrica e de Uso do Solo de 1999.

3. RESULTADOS OBTIDOS

A partir da correlação entre os dados meteorológicos obtidos junto ao IAPAR, com as imagens de satélite e os valores de pressão à superfície fornecidos pelo CPTEC/INPE, podemos perceber que no intervalo ocorrido entre os dias de trabalho de campo (22 e 28/08/1999), a área em estudo permaneceu sob o domínio de uma Massa Polar Atlântica, com pressão de superfície em torno de 1020mb. Neste intervalo de tempo as condições atmosféricas permaneceram estáveis, com um movimento predominante dos ventos de direção NE e com velocidades aproximadas de 8m/s, com temperatura média de 21° C. Salientamos que neste período de inverno a área em estudo esteve submetida à ocorrência de uma névoa seca, devido à baixa umidade relativa do ar (47%) e a não ocorrência de precipitações durante todo o mês de agosto.

Percebe-se, por intermédio dos gráficos 1 a 8, que as temperaturas na área do Campus da Universidade Estadual de Londrina, tanto no dia 22, como no dia 28/08/1999, demonstraram o padrão normal da marcha diária da temperatura, ou seja, pela manhã são identificadas as menores

temperaturas, as maiores são atingidas entre 14:00 e 16:00h (Blair, 1964, p.21) e, gradativamente, elas vão caindo com o início da noite. E, também, é visível a correlação da variação diária da temperatura com a umidade relativa do ar, pois “a capacidade de um dado volume de ar conservar a umidade diminui com o aumento da temperatura” (Ayoade, 1996, p. 140).

No dia 22/08/1999, a temperatura mais baixa (12,5° C) ocorreu as 8 horas, no ponto 3. Este encontra-se numa vertente de direção sul e é ocupado por bosques e gramíneas, características que propiciam uma menor temperatura no referido horário, devido ao maior albedo dessa superfície, pois o referido horário propiciava uma baixa altitude solar que permite a menor incidência da radiação solar sobre essa face do relevo e a grande área de gramíneas que proporciona um albedo de 15 a 30% (Ibidem, p. 29).

A maior temperatura foi aquela do ponto 10 (31° C), as 16 horas, isto é explicado devido o ponto estar localizado em um estacionamento com pavimentação asfáltica, cobertura que possui uma alta capacidade de absorção da radiação solar, ou seja, um albedo baixo, favorecendo a elevação dos índices térmicos.

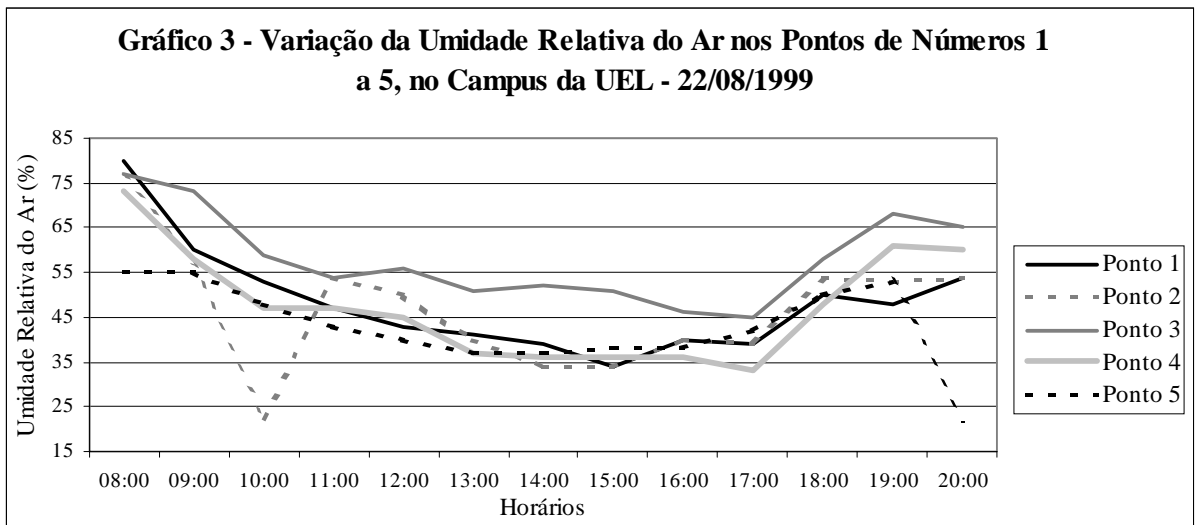
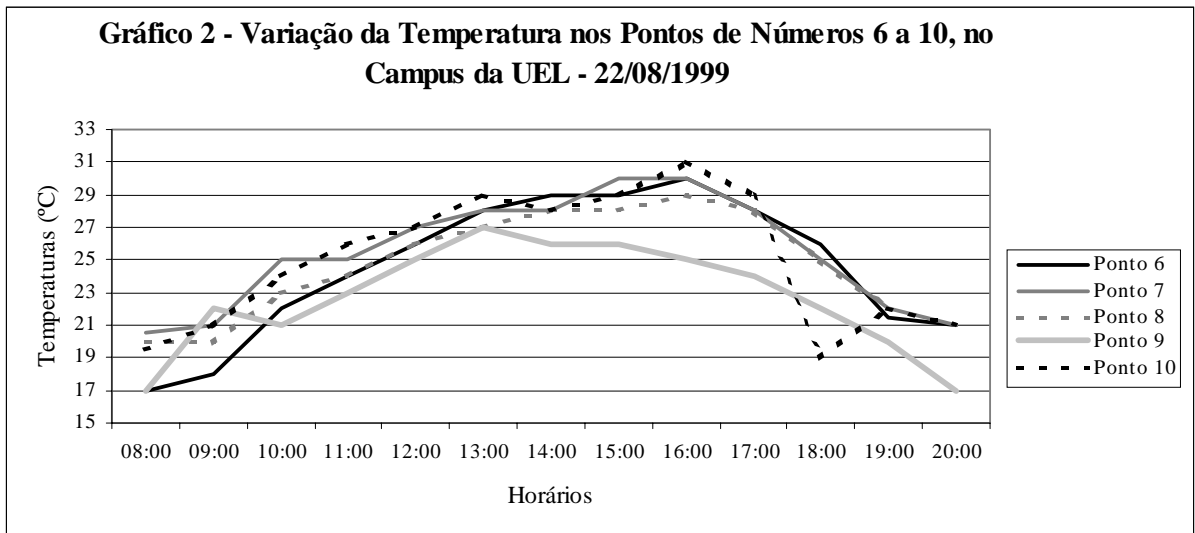
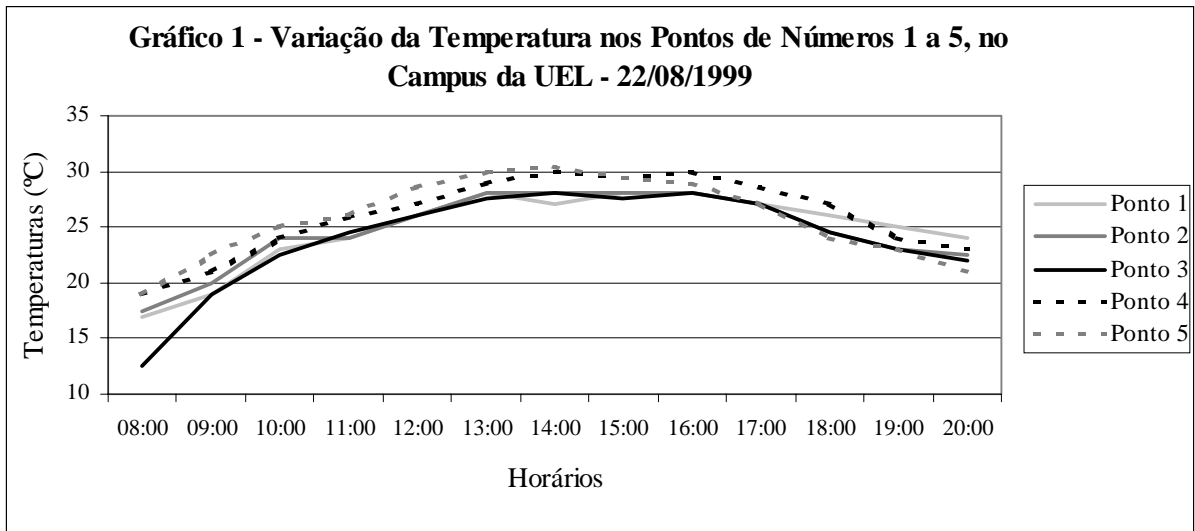
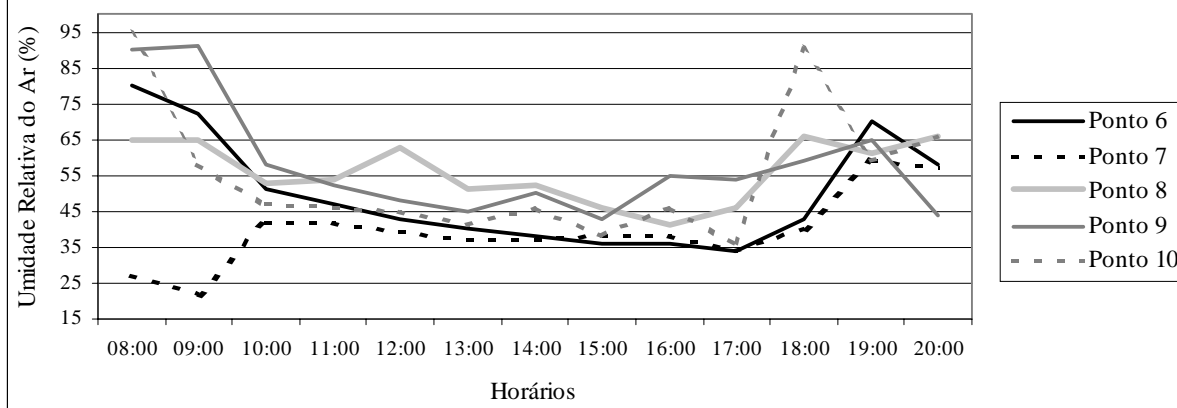


Gráfico 4 - Variação da Umidade Relativa do Ar nos Pontos de Números 6 a 10, no Campus da UEL - 22/08/1999



Fonte dos gráficos 1, 2, 3 e 4: Levantamento de dados de campo do dia 22/08/1999.

No tocante a umidade relativa do ar do dia 22/08/1999 o ponto que destacou-se foi o de número 10, com 95%. Isto aconteceu devido a direção predominante dos ventos (SE) neste local e horário (8h), estes procediam de uma área bastante arborizada, deslocando a umidade para o estacionamento do CLCH. Outro ponto que apresentou uma umidade relativa do ar elevada (90%) foi o ponto 9, às 8 horas, pois este ponto localiza-se na entrada do Horto Florestal, que concentra o maior índice de vegetação arbórea do Campus, o que favorece a concentração da umidade.

Nos chamou a atenção o valor de 27%, às 8 horas, no ponto 7, que localiza-se próximo a piscina olímpica do Centro de Educação Física (CEF), mas é uma área cercada por calçadas e prédios de baixa e alta densidade; este uso ocasionou o baixo valor de umidade, a fraca circulação dos ventos, que não permite uma

eficiente troca de calor entre as camadas da atmosfera e não renovando o ar sobre a superfície, dificultando a evaporação da água da piscina no horário em questão.

Situação parecida apresentou o ponto 2, com uma umidade relativa do ar muito baixa (22%), às 10 horas e o ponto 5 (22%), às 20 horas. O ponto 2 é cercado por edificações de médio e grande porte e gramíneas que, na época, estavam ressecadas em função da falta de chuvas, proporcionando a baixa umidade do ar. O ponto 5 durante todo o dia apresentou uma pequena variação da umidade do ar (55%), às 8 horas. Esta área é coberta por gramíneas, que estavam secas e, ainda, localiza-se próximo à PR445, com alto tráfego de caminhões e automóveis, apresentando uma elevação localizada das temperaturas (gráfico1), às 8 horas a mesma era de 19°C e chegou às 14 horas a 30,5°C, pois esse tipo de uso do solo permite um albedo de baixos percentuais.

Gráfico 5 - Variação da Temperatura nos Pontos de Números 1 a 5, no Campus da UEL - 28/08/1999

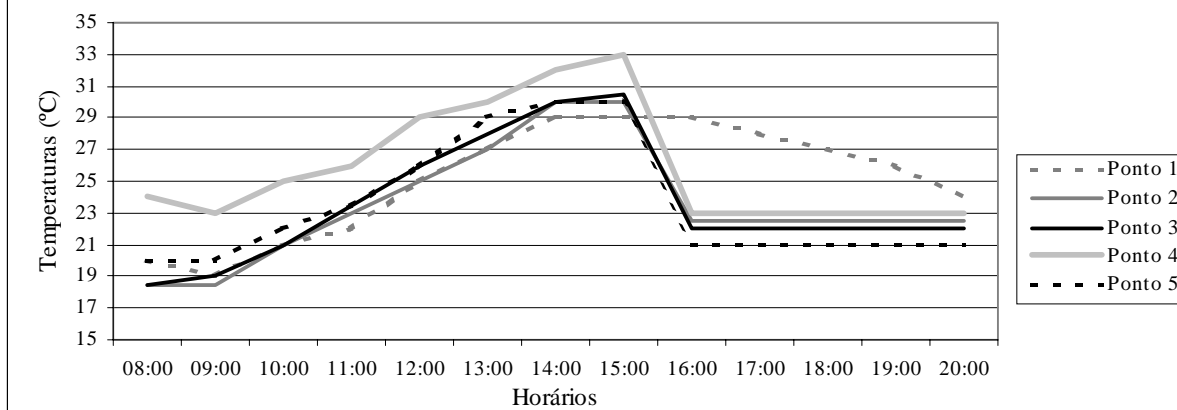


Gráfico 6 - Variação das Temperaturas nos Pontos de Números 6 a 10, no Campus da UEL - 28/08/1999

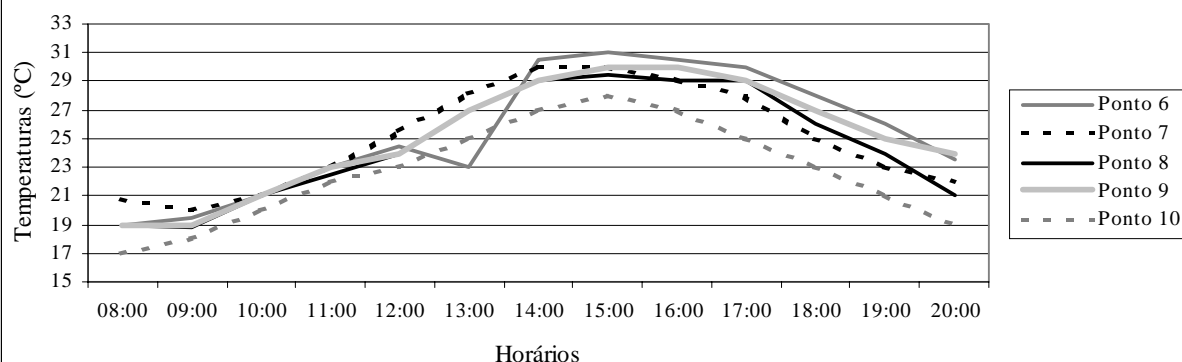


Gráfico 7 - Variação da Umidade Relativa do Ar nos Pontos de Números 1 a 5, no Campus da UEL - 28/08/1999

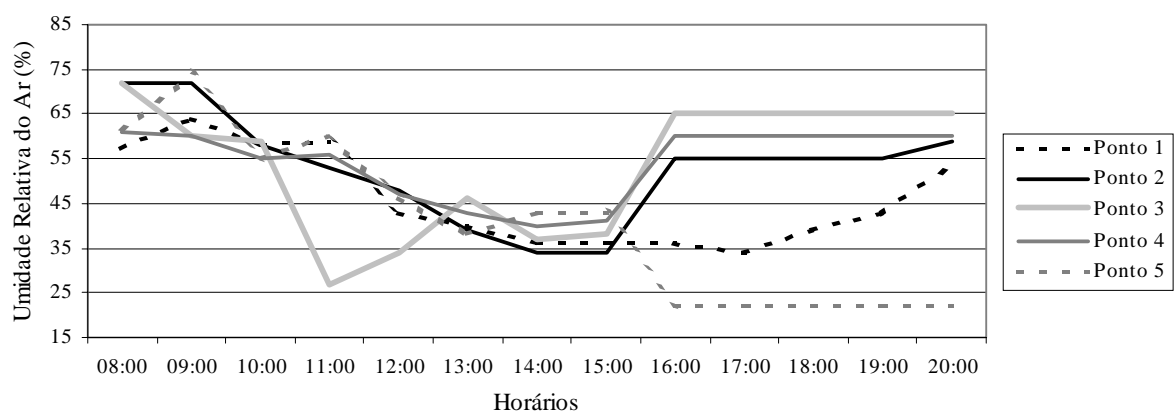
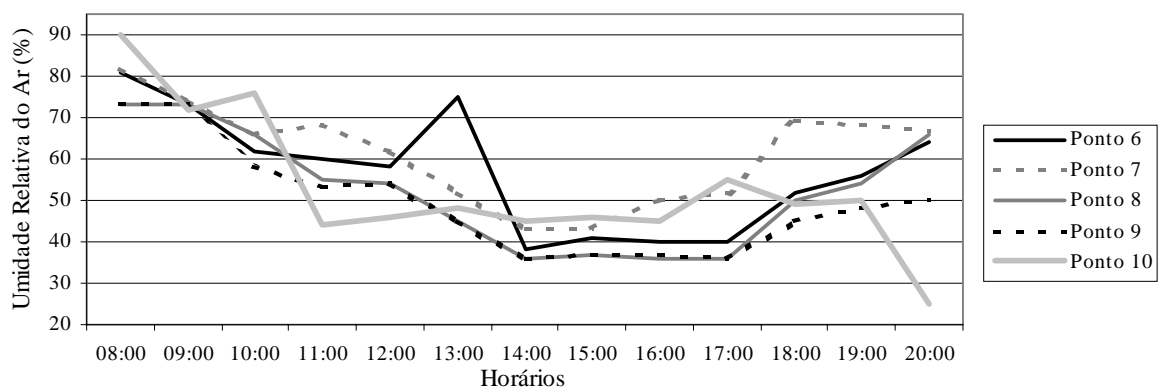


Gráfico 8 - Variação da Umidade Relativa do Ar nos Pontos de Números 6 a 10, no Campus da UEL - 28/08/1999



Fonte dos gráficos 5, 6, 7 e 8: Levantamento de dados de campo do dia 28/08/1999.

Já no dia 28/08/1999 (os gráficos de números 5 a 8), o ponto 9 apresentou a temperatura de 17° C, a menor registrada nesse dia e horário; entendemos que esta situação ocorreu devido a sua localização em uma vertente de direção sul e a concentração de vegetação arbórea, o que dificulta a penetração dos raios solares até o solo e retarda o aquecimento do local.

A temperatura de maior destaque foi aquela do ponto 4 (33° C), destacamos que este ponto manteve um gradual aquecimento desde às 8 horas até às 15 horas, quando atingiu o ápice térmico. Pensamos que este aquecimento aconteceu devido a área de coleta ser sem pavimentação, com o Latossolo Roxo exposto, em uma área de topo, o que permite a livre circulação dos ventos, que tinham direção predominante de sudoeste, saindo de uma área com pavimentação asfáltica, deslocando o calor, além da maior absorção da radiação solar pelo solo exposto. Este ponto também não teve uma umidade relativa do ar representativa (60 a 40%). Após às 16 horas, a temperatura no local estabilizou-se em 23°C, devido a menor circulação dos ventos, que deixaram de incidir calor sobre o ponto.

Novamente o ponto 10 indicou uma umidade relativa do ar elevada (90%), às 8 horas, que agora recebia ventos de direção leste, os quais saíam de uma área com concentração de bosques e gramíneas, contribuindo para a elevação da umidade no local. Percebemos uma elevação da umidade relativa do ar (75%) no ponto 6, às 13 horas. Este ponto recebeu ventos de direção norte que passavam, primeiramente, sobre o Ribeirão Cambé, ocasionando o aumento de sua umidade. E, novamente, o ponto 5 destacou-se pelos baixos valores de umidade (22%).

CONCLUSÃO

Faz-se necessário esclarecer que, o que se divulga neste artigo constituem-se em exercícios experimentais de campo para introdução ao estudo geográfico do clima. Salientamos a necessidade de se efetuar novas observações visando uma busca mais concreta da situação microclimática no campus da Universidade Estadual de Londrina. No entanto, a realização deste trabalho permitiu que os alunos do segundo ano do curso de Geografia, do ano de 1999, chegassem a algumas conclusões.

Conseguiu-se constatar a marcha diária da temperatura e sua correlação com a evolução diária da umidade relativa do ar. E, ainda, percebeu-se a influência das exposições das vertentes, do uso do solo e da incidência dos ventos na formação de um ambiente microclimático. Neste aspecto, vale ressaltar que o geógrafo desenvolve importante papel no reconhecimento desses fatores, pois é ele quem deve atuar no sentido de melhor planejar as ações de usos dos recursos dispostos na paisagem que, dependendo de como eles estão sendo utilizados, poderão comprometer a sua qualidade climática, em nosso caso microclimática.

Assim, pensamos que o desenvolvimento deste tipo de trabalho é de extrema importância para os iniciantes na pesquisa geográfica, pois permite integrar experimento e teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYOADE, J. O. *Introdução à Climatologia para os Trópicos*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.

BLAIR, T. A. *Meteorologia*. Rio de Janeiro : Ed. Ao Livro Técnico, 1964.

COLLISCHONN, E. Variações da Temperatura e Umidade Relativa do Ar nos Ambientes da UNISC num dia de verão – Uma Experiência de Aprendizagem em Climatologia. In: SHÄFFER, N. O. *et al. Ensinar e Aprender Geografia*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998. p. 120-122.

Characterization of the microclimatic environment of the State University of Londrina Campus (PR) in the winter of 1999

ABSTRACT

This paper has the purpose of showing a didactic experience achieved in the discipline “3GEO 004 – Climatology”, ministered to the students of the second year of the Geography Course. Through this practical activity we searched the correlations between climatic elements with the relief and, mainly, with the use of the land from the Campus of the State University of Londrina (UEL), aiming at the characterization and the perception of the microclimatic reality. Throughout detailed analysis of the temperature and the relative humidity of the air, direction and velocity of the winds and nebulosity, it was noticed that the temperatures developed according to the normal pattern of the daily march, in other words, in the morning were identified the smaller temperatures, the higher temperatures were noticed between 2:00 pm and 4:00 pm, showing a daily evolution inverse to the relative humidity of the air. And, it was still noticed the influence of the exposition of the slopes, the use of the land and the incidence of the winds on the development of a microclimatic environment.

KEY WORDS: Didactic experience, university campus, microclimate.

Comparação de métodos de determinação de área: superfície foliar do feijoeiro

Teresinha E. S. Reis* Luiz Carlos Reis** Omar Neto Fernandes Barros***

RESUMO

A determinação de área é questão básica em Cartografia, Geografia, assim como, a medida de superfície foliar é parâmetro indispensável nas investigações fisiológicas, biogeográficas e agronômicas, nas mais diferentes espécies vegetais, para determinação ou estimativa da superfície fotossinteticamente ativa, taxa de transpiração, capacidade de crescimento ou de produção dentre outros. O presente trabalho foi conduzido no campus da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel" em Bandeirantes, Paraná e teve como objetivo analisar os métodos de determinação de área foliar e, como exemplo, identificar aquele que melhor se adapte às condições de campo, sem erradicação de folhas ou plantas da cultura do feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.), cultivar carioquinha. Trabalhou-se com os métodos do planímetro, quadrícula, gravimétrico, coordenadas, integrador foliar (folíolo in natura), integrador foliar (cópia heliográfica), elipse circunscrita e retângulo circunscrito. Constatou-se que não houve diferença significativa entre os métodos utilizados e que, no campo, os métodos da elipse e do retângulo circunscritos são eficientes para a avaliação da área foliar da cultura do feijoeiro, cultivar carioquinha.

PALAVRAS-CHAVE: metodologia, superfície foliar, avaliação, feijão.

INTRODUÇÃO

A determinação de área é questão básica em Cartografia, Geografia, assim como, a medida de superfície foliar é parâmetro indispensável nas investigações fisiológicas, biogeográficas e agronômicas, nas mais diferentes espécies vegetais, para determinação ou estimativa da superfície fotossinteticamente ativa, taxa de transpiração, capacidade de crescimento ou de produção dentre outros.

A falta de um método prático e com relativa precisão, tem levado ao empirismo nas tomadas de dados. Fato importante a ser ressaltado é a forma, ou seja, a figura geométrica que é objeto da determinação da área. Independentemente de tratar-se de uma microbacia hidrográfica ou a folha de um vegetal, alguns cuidados básicos deverão ser tomados e, no caso de unidades geográficas, a escala do desenho é um fator essencial.

Moraes et al. (1993) constataram que a estimativa mais precisa para determinar a área foliar do urucunzeiro (*Bixa orellana* L.) é obtida com a fórmula $A = 0,6638 (C.L)$, sendo A = área foliar, C = comprimento da nervura central e L a largura da folha, com coeficiente de correlação de 0,9389, tomando como área real da folha aquela obtida com o planímetro em fotocópias.

Gomide & Castro (1989) verificaram não haver diferença entre os métodos do retângulo e do círculo circunscritos para determinação da área foliar no feijoeiro, em folhas coletadas ao acaso no estágio de floração, quando comparado com o método da cópia fotostática cuja área foi considerada real, ou seja a base de comparação. Foi demonstrado que a equação $A = 1,1286 C^2$, sendo A = área foliar e C = comprimento do folíolo central, pode ser utilizada para o cálculo da área foliar do feijoeiro cultivar Eriparza.

Pinto et al. (1979) compararam métodos de determinação da área foliar na cultura da

* Professora assistente da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel" e mestranda no curso de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: reis@ffalm.br

** Professor assistente da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel". e-mail: reis@ffalm.br

*** Professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: onbarros@uel.br

goiabeira utilizando os métodos xerox, como padrão, dos discos foliares, da elipse e retângulos circunscritos, constatando que os métodos da elipse e retângulo circunscrito foram iguais ao método padrão revelando-se mais práticos e de relativa eficácia. A estreita correlação entre o método da elipse circunscrita e a área real da folha deve-se entretanto, à semelhança morfológica entre a folha e a figura geométrica.

Karikari (1973) em um trabalho visando a seleção de variedades de mamoeiro, em Ghana, mediu o comprimento da nervura central das folhas e avaliou as áreas foliar com o planímetro. Verificou que há correlação entre o comprimento da folha e a área foliar, sendo possível a obtenção da área foliar, com diferença inferior a 1%, através da equação: $y = 106x - 2028$, sendo $y = \text{área foliar}(\text{cm}^2)$ e $x = \text{comprimento da nervura central}(\text{cm})$.

Barros et al.(1973) avaliaram superfícies foliares em cafeeiros (Bourbon Amarelo), imprimiram as folhas em papel heliográfico, tendo recortado e pesado em seguida. As áreas assim obtidas, consideradas padrão, foram comparadas com o método do retângulo circunscrito que se mostrou estatisticamente superior.

Gomide et al.(1977) comparam os métodos da Constante de Barros & Maestri (1973), Disco na base, Disco na parte mediana, Disco no ápice e Xerox, na avaliação da área foliar nas variedades de cafeeiro Mundo Novo e Catuaí, apontaram o método da Constante como o de maior precisão.

Boyton & Harris (1950) recomendaram, para macieiras, a impressão das folhas em papel heliográfico para a obtenção de sua superfície.

Abrahão & Chalfun (1981), ao avaliarem a superfície foliar em videira, compararam o método do Xerox, considerando padrão, com o das figuras circunscritas. Concluíram que o círculo é o mais prático devido a facilidade em obter – se a medida do comprimento das folhas.

Huerta (1962) comparou métodos de laboratório e de campo para medir a superfície foliar do cafeeiro, utilizando os métodos fotográfico, do peso das folhas, gráfico, e comparação de superfícies. Constatou que não há diferença significativa entre os métodos estudados.

Benincasa (1988) apontou os métodos do integrador foliar, contornos foliares em papel, planímetro, fatores de correção, discos foliares e método do quadrado ou dos pontos para determinação da superfície foliar, para as análises de crescimento de plantas.

Magalhães (1979) verificou os métodos das células fotoelétricas, planímetro, comparação de pesos e dos quadrados ou dos pontos, desenvolvidos por Bleasdale (1966) para a obtenção da superfície foliar.

Mendes (1982) comparou, em cópias fotostática de folhas de mandioca, os métodos do planímetro e da balança para determinação da área foliar. Constatou que ambos os métodos são equivalentes.

A folha do feijoeiro além de ser composta, apresenta uma variação no tamanho e formato dos folíolos em função da cultivar. Por isto, há a necessidade de se estimar o fator de correção de cada variedade (Gomide et. al.,1977).

O presente estudo teve como objetivo comparar métodos de determinação da área foliar, utilizando-se do feijoeiro, cultivar Carioquinha, como planta teste, e apontar aquele que, com relativa precisão e facilidade, atenda as exigências de campo, sem erradicação de folhas ou plantas.

Se atualmente os Sistemas de Informações Geográficas (SIG's) fazem o trabalho de cálculo de área sem grande dificuldade é necessário dispor dos equipamentos e dominar os módulos operacionais de cada software. As diferentes técnicas de determinação de superfície foliar podem ser adaptadas às necessidades de cartografia básica conforme exemplo aplicado por Vizintim (1990), no cálculo das diferentes áreas de uso do solo em uma bacia hidrográfica de 20.000 hectares. Para trabalhos em campo e, na demonstração junto aos alunos dos cursos de Geografia, Biologia e Agronomia por exemplo, a utilização das diferentes técnicas é também necessária.

1. MATERIAL E MÉTODOS

As folhas de feijoeiro, cultivar carioquinha, foram coletadas 30 dias após a emergência das plantas, em experimento conduzido no campus da Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, Bandeirantes – Paraná, em um Latossolo Roxo eutrófico, cujo preparo de solo foi de maneira convencional, aração seguida de gradagem. Usou-se o espaçamento de 50 cm nas entre linhas e profundidade de semeadura de 4 a 6 cm, com uma densidade de 12 sementes por metro. A emergência ocorreu 8 dias após a semeadura e a cultura foi mantida livre de invasoras com capina manual.

Considerando que o feijoeiro tem folhas compostas, os folíolos oriundos da parte inferior da planta, do terço médio e da parte apical, foram denominados como folíolo basal, folíolo médio e folíolo apical, respectivamente.

O delineamento experimental usado foi de blocos ao acaso, num esquema fatorial (8x3) com 6 repetições. Utilizou-se 8 métodos de avaliação de área foliar para 3 diferentes tamanhos de folíolo. Os métodos utilizados foram:

- 1) MÉTODO DO PLANÍMETRO: utilizou-se o planímetro polar de braço móvel, tipo Amsler, com o qual se percorreu os limites dos folíolos impressos em papel heliográfico, para avaliação da área de cada folíolo.
- 2) MÉTODO DA QUADRÍCULA: técnica preconizada por Bleasdale, citado por Magalhães (1979).
- 3) MÉTODO GRAVIMÉTRICO: os folíolos impressos em papel heliográfico, foram recortados e pesados em balança de precisão. Seus pesos foram relacionadas com o peso de uma área previamente estabelecida do mesmo papel utilizado na impressão.
- 4) MÉTODO DO INTEGRADOR DE ÁREA FOLIAR EM FOLÍOLOS *IN NATURA* : os folíolos *in natura* foram submetidos a avaliação de suas áreas pelo integrador de área foliar que as obteve através de células fotoelétricas.
- 5) MÉTODO DO INTEGRADOR FOLIAR EM CÓPIA HELIOGRÁFICA: os folíolos impressos foram recortados e submetidos a avaliação de suas áreas pelo integrador de área foliar.
- 6) MÉTODO DAS COORDENADAS: os folíolos foram dispostos sobre papel milimetrado, onde os pontos que determinavam seus contornos foram plotados. Em um sistema de eixos cartesianos, se tomou os valores das coordenadas retangulares (x, y) dos pontos que delimitavam cada folíolo. Dessa forma, as curvas que delimitavam os folíolos foram retificadas através de pequenos segmentos de retas. A área do folíolo foi determinada através do método de Gauss, cuja fórmula é $A = 0,5(x_1y_2 + x_2y_3 + \dots + x_ny_1 - y_1x_2 - y_2x_3 - \dots - y_nx_1)$.
- 7) MÉTODO DA ELIPSE CIRCUNSCRITA: foram avaliados o comprimento do folíolo no sentido da nervura principal e a maior largura. A área da elipse circunscrita ao folíolo foi

relacionada com o método do planímetro, adotado como padrão, para se obter o coeficiente de correção. O coeficiente de correção (K) foi obtido através da relação, $A_{real}/A_{elipse\ circunscrita}$, adotando o método do planímetro como área real. Área real corresponde a soma de todas as áreas dos folíolos obtidos pelo planímetro e área da elipse circunscrita corresponde a soma de todas as áreas das figuras circunscritas. Para a elipse encontrou-se $k = 0,769$. A fórmula utilizada para a determinação da área foliar foi: $A = [(\pi \cdot D \cdot d)/4] \cdot 0,769$, sendo A = área em cm^2 , D = diâmetro maior e d = diâmetro menor

- 8) MÉTODO DO RETÂNGULO CIRCUNSCRITO: foram avaliados o comprimento do folíolo no sentido da nervura principal e a maior largura. A área dos retângulos circunscritos ao folíolo foram relacionados com o método do planímetro adotado como padrão para se obter o coeficiente de correção. O coeficiente de correção K foi obtido através da relação entre a área real e a área do retângulo circunscrito, adotando-se como real a soma de todas as áreas dos folíolos, obtidas através do método do planímetro. A área do retângulo circunscrito corresponde à soma de todas as áreas das figuras circunscritas. Para o método do retângulo circunscrito $k = 0,625$. A fórmula utilizada para a determinação da área foliar foi $S = 0,625(C \cdot L)$, sendo C o comprimento (cm) e L a largura do folíolo (cm).

Os resultados obtidos foram submetidos à análise de variância, sendo as médias comparadas pelo teste de Tukey ao nível de 1% e probabilidade.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de variância não detectou diferença significativa para os métodos utilizados, conforme Huerta (1962) Magalhães (1979) e Benincasa (1988), porém foi significativo para o tamanho dos folíolos (Quadro 1). O teste Tukey para as médias de métodos revela que ao nível de 1%, os métodos não diferem entre si (Quadro 2), porém o método integrador foliar *in natura* apresentou a menor média de área foliar pelo fato de que eventuais danos por ataque de pragas, foram detectados por este método, ao passo que nos demais métodos utilizou-se o perímetro das bordas foliares, desconsiderando danos por pragas.

Quadro 1 – Análise de variância: Comparação de 8 métodos de determinação de área foliar do feijoeiro variedade Carioquinha. Bandeirantes, 1999.

CAUSAS DE VARIÇÃO	GL	SQ	QM	F
FATOR A (métodos)	7	2844,2644	406,3235	1,4490 NS
FATOR B (folíolo)	2	38117,9738	19058,9869	67,9690 **
FATOR AXB	14	90,1146	6,4368	0,230 NS
TRATAMENTOS	23	41052,3528	1784,8849	
BLOCOS	5	11829,4724	2365,8945	8,4374**
RESÍDUO	115	32246,8205	280,4071	
CV % = 20,7983		** significativo ao nível de 1%		

Quadro 2 – Teste TUKEY para as médias de métodos. Bandeirantes, 1999.

MÉTODOS	MÉDIAS
Quadrícula	85,6806 A ¹
Retângulo circunscrito	83,3142 A
Elipse circunscrita	82,9728 A
Planímetro	82,4544 A
Integrador foliar (heliográfica)	81,3306 A
Gravimétrico	79,9428 A
Gauss	78,2705 A
Integrador foliar <i>in natura</i>	70,1389 A

DMS = 17,2223

¹Médias seguidas de mesma letra não diferem entre si, ao nível de 1% de probabilidade.

O teste Tukey para as médias dos métodos dentro de folíolo apical, médio e basal, não apresentou diferença significativa. Porém, nas médias do teste TUKEY para folíolos, verificou-se diferença significativa ao nível de 1% para as médias determinadas através dos folíolo apical (Quadro 3), contrariando resultado obtido por Gomide & Castro (1989), que verificaram não haver diferença entre a área obtida através dos

folíolos. No entanto, não houve diferença significativa da área estimada quando determinada com os folíolos retirados da parte basal e mediana da planta. Por não haver diferença entre os métodos, buscou-se um método prático de campo dentre as figuras circunscritas, tomando como padrão a área determinada pelo planímetro, conforme Gomide & Castro (1989).

Quadro 3 – Teste Tukey para as médias de fôliolo. Bandeirantes, 1999

FOLÍOLO	BASAL	MÉDIO	APICAL
MÉDIA	92,9304 A ¹	91,0801 A	57,5289 B

DMS = 8,1253

¹Médias seguidas de mesma letra não diferem entre si, ao nível de 1% de probabilidade.

Os métodos da elipse e do retângulo circunscritos foram comparados com o método do planímetro e através da regressão linear verificou-se alta correlação para ambos os métodos, porém maior para a elipse circunscrita,

devido a maior semelhança com o formato da folha do feijoeiro (Quadros 4 e 5 e Figuras 1 e 2). Resultado semelhante foi obtido por Pinto et al. (1979), ao trabalhar com folhas da goiabeira.

Quadro 4 – Análise de variância da regressão linear entre os métodos do planímetro e elipse circunscrita. Bandeirantes, 1999.

CAUSAS DE VARIAÇÃO	GL	SQ	QM	F
REGRESSÃO LINEAR	1	10347,1320	10347,1320	521,39**
DESVIOS REGRESSÃO	16	317,5252	19,8453	
TOTAL	17	10664,6572		

CV = 5,4%

** significativo ao nível de 1%

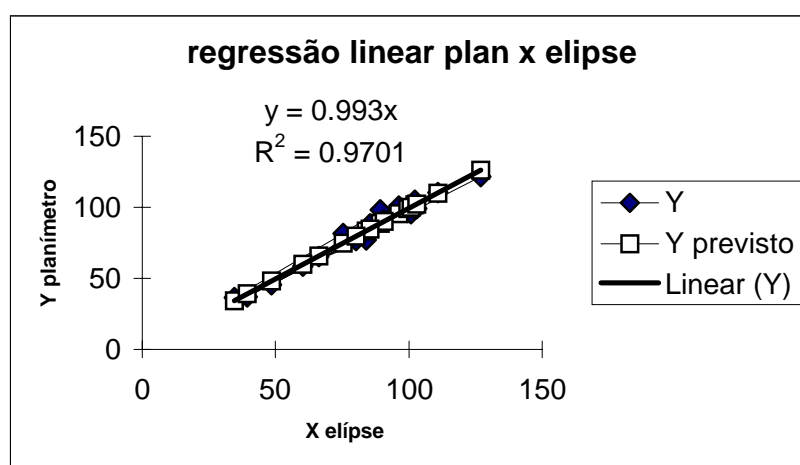


Figura 1 – Regressão linear entre os métodos do planímetro e elipse circunscrita.

da área foliar em cafeeiro Mundo Novo e Catuai. *Ciência Prática*, Lavras, v. 1, n. 2, p. 118-23, jul./dez. 1977.

GOMIDE, M. B.; CASTRO NETO, P. Determinação da área foliar *in vitro* no feijoeiro (*Phaseolis vulgaris* L.) I- Metodologia para a cultivar eriparza. *Ciência Prática*, Lavras, v. 13, n.20, p. 152-155, maio/ago. 1989.

HUERTA, S. A. Comparacion de métodos de laboratorio y de campo para medir a área foliar del cafeto. *Cenicafé*, Chinchina, v. 13, n.1, p. 33-42, ene./mar. 1962.

KARIKARI, S. K. Estimation of leaf area in papaya (*Carica papaya*) from leaf measurements. *Trop. Agric.* (Trinidad), v.50, n.4, oct. 1973.

MAGALHÃES, C. N. Análise quantitativa do crescimento. In: FISILOGIA vegetal 1. São Paulo: EDUSP, 1979. p 331-349.

MENDES, L. O T. Determinação da área foliar através de cópias fotostáticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 2, 1981, Vitória. *Anais..* Cruz das Almas: Embrapa/CNPMP/SBM, 1982. v.1.

MORAES, E. C.; BIANCO, S.; ARAÚJO, J. A. C.; SILVA, R. C. *Estimativa da área das folhas do urucunzeiro (Bixa orellana L.)*. Belém: FCAP. *Serviço de Documentação e Informação*, 1993. 10p. (FCAP. Informe Técnico, 17).

PINTO, A. C.; HOSTALÁCIO, S.; GOMIDE, M. B.; OLIVEIRA, L. E. M. Comparação de métodos de determinação da área foliar na cultura da goiabeira (*Pisidium guayana* L.). *Ciência Prática*, v. 3, n.1, p. 58-62, jan./jun. 1979.

VIZINTIM, M. *Utilização de Dados Orbitais no Reconhecimento de Classes de Uso do Solo: Bacia do Ribeirão Cafezal- Pr.* 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo. São Paulo.

Comparision of determination methods of the leaf area of beans

ABSTRACT

The area determination is basic subject in Cartography, Geography, as well as, the surface measure to foliate it is indispensable parameter in the physiologic, biogeography and agronomic investigations, in the most different vegetable species, for determination or estimate of the surface photosynthesis activates, perspiration rate, growth capacity or of production among others. The present work was developed in Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel” in Bandeirantes, Paraná and had as objectives to analyze the methods of leaf area determination and to identify the best method adapts to the field conditions, without the sacrifice of leaves or plants of the cultivate on the “carioquinha” bean cultivar (*Phaseolus vulgaris* Linnaeus, 1753). Worked with the methods of the planimeter, small square, gravimetric, co-ordinates, leaf integrator (leaflet *in natura*), leaf integrator (leaflet in photostatic copy), circumscribed ellipse and circumscribed rectangle. Verified that there was not significant difference among the used methods and in the field conditions, the methods of the circumscribed ellipse and circumscribed rectangle are efficient for the evaluation of the leaf area of the culture on the “carioquinha” bean cultivate (*Phaseolus vulgaris* L.).

KEY WORDS: methodology, leaf surface, evaluation, bean.

Notas

Rede e localidade central: o MST no Noroeste do Paraná

João Edmilson Fabrini*

RESUMO

A partir de Querência do Norte articula-se um conjunto de relações entre assentamentos e acampamentos na região Noroeste/PR. Este centro, representado pela Secretaria do MST e pela Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda (COANA) localizados em Querência do Norte, torna-se um nó na mediação entre os assentamentos/acampamentos e a Secretaria Estadual (Curitiba) e Nacional (São Paulo). Portanto, Querência do Norte, enquanto uma localidade central, articula-se a um centro de controle e gestiona um determinado número de assentamentos e acampamentos espalhados pelos vários municípios do Noroeste do Paraná, formando assim, uma rede.

PALAVRAS-CHAVE: assentamentos, localidade central, rede.

Neste comentário, pretende-se tratar da construção de uma rede geográfica a partir das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Querência do Norte/PR, considerando este município como centro de gestão de uma área que abrange 23 assentamentos e aproximadamente 25 acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra no Noroeste do PR.

Este centro, representado pela Secretaria do MST e pela Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda (COANA) localizados em Querência do Norte, torna-se um nó na mediação entre os assentamentos/acampamentos e a Secretaria Estadual e Nacional do MST, localizadas respectivamente em Curitiba e São Paulo. Portanto, Querência do Norte, enquanto uma localidade central, articula-se a um centro de controle e gestiona um determinado número de assentamentos e acampamentos espalhados pelos vários municípios do Noroeste do Paraná, formando assim, uma rede.

A rede de localidades centrais se constitui como uma estrutura territorial capaz de reproduzir as relações de classes sociais, como por exemplo, a realização da mais-valia, motor da acumulação capitalista. Por outro lado, pode-

se afirmar que a hierarquização de redes de localidades centrais constitui-se numa forma de organização espacial elaborada a partir de agentes sociais, contestadores da ordem estabelecida. Um conjunto de localizações interconectadas pode se realizar de inúmeras formas.

“Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser ainda constituído pelas agências de um banco e os fluxos de informações que circulam entre elas, pela sede da Igreja Católica, as dioceses e paróquias ou ainda pela rede ferroviária de uma dada região. Há, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre.” (Corrêa, 1997, p.107).

Assim, propomos a tratar da elaboração de redes articuladas por localidades centrais, neste caso, MST/COANA de Querência do Norte, a partir da natureza organizativa dos trabalhadores,

* Professor Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: fabrini@unioeste.br

ou seja, da negação de uma sociedade dividida em classes. Se por um lado, o capital constrói uma rede de relações espacializadas no território para viabilizar sua reprodução, os trabalhadores também a constroem, no sentido de negar a reprodução da sociedade dividida em classes, como fazem no MST.

1. REDE GEOGRÁFICA E LOCALIDADES CENTRAIS

A existência de redes geográficas não é um fato recente e sua formação remonta à Antigüidade. No Império Romano, por exemplo, havia a formação de uma rede geográfica, mas não apresentava elevada complexidade na sua articulação (verifica-se a formação de uma rede semelhante à *rede solar*). A frase dita naquela época, de que “*Todos os caminhos levam a Roma*”, evidencia a centralidade exercida por esta cidade, pois todas as estradas do Império chegavam até a cidade central (Roma). A organização espacial dessa rede servia aos propósitos do Império Romano e materializava as relações sociais e de produção dessa sociedade.

O estudo das redes, constitui-se num tema geográfico e foi retomado pelos geógrafos recentemente, devido à necessidade de se compreender a organização espacial a partir da formação e territorialização das grandes corporações instaladas nos mais variados locais. Deve-se considerar, portanto, que o contexto da globalização “chamou” o geógrafo para discutir a temática das redes, a partir de novas perspectivas.

O estudo dessa temática teve grande impulso na década de 60, quando estes conhecimentos foram abordados no contexto do surgimento da Nova Geografia. Entretanto, já no século XVIII, quando o capitalismo começa a desabrochar, surgiram os primeiros conhecimentos sobre redes, desenvolvidos por pessoas de negócio, principalmente. É importante destacar que os primeiros estudos sobre redes geográficas não foram desenvolvidos e discutidos no âmbito acadêmico.

Nos estudos iniciais sobre redes no Brasil, destaca-se o papel de Pedro P. Geiger, Milton Santos e Roberto L. Corrêa. Estes autores desenvolveram e desenvolvem estudos no sentido de investigar as redes geográficas na fase atual do capitalismo, procurando compreender a questão a partir da perspectiva econômica,

social, política e cultural que caracteriza a materialidade social.

As relações sociais em si não são consideradas objetos da geografia. São consideradas geográficas aquelas relações sociais que apresentam dimensão espacial, ou seja, assumem perspectiva de lugares. Assim, não será qualquer rede que se constitui numa rede geográfica. Uma rede de parentesco ou um organograma de hierarquia de uma empresa somente serão geográficos se neles estiver contidos a perspectiva de lugar.

Não é rede geográfica ainda aquela que, embora esteja espacializada, se constitui como obra da natureza, como ocorre com uma rede fluvial. Esta se tornará uma rede geográfica a partir do momento em que estiver inserida num conjunto de relações sociais, ou seja, quando a rede fluvial tornar-se uma rede de transporte, por exemplo. Segundo Corrêa, as redes podem ser consideradas como “*um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações*” representadas por fluxos e fixos e construída pelas ações humanas (Corrêa, 1997, p. 107).

É importante observar que nem todas as localidades estão inseridas no emaranhado das redes de forma homogênea, pois se considera que as relações sociais e de produção no capitalismo desenvolvem-se de maneira desigual, porém combinadas. Assim, pode-se verificar locais onde os mercados, por exemplo, estão bem articulados entre si, como se observa nas redes constituídas por instituições financeiras localizadas nas cidades. Por outro lado, verifica-se localidade onde se realiza a produção de mercadorias destinadas aos mercados locais, ou mesmo produtos que não podem ser classificados de mercadorias, como ocorre nas pequenas propriedades rurais e produção agrícola nos assentamentos de trabalhadores sem-terra. Evidencia-se assim a formação de redes de baixa e de elevada densidade.

A rede urbana constitui-se na rede geográfica mais acabada, na qual as cidades desempenham papel na articulação dos diversos fluxos (mercadorias, pessoas, informações, capitais, etc). Nesta articulação feita pelas cidades, observa-se uma hierarquia entre elas, o que deve ser considerada na formação e no estudo das redes. A partir dessa hierarquia, pode-se falar em localidades centrais.

“Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população” (Corrêa, 1997, p. 41).

A teoria das localidades centrais foi formulada por Walter Christaller em 1933, conhecimento que foi “apropriado” pela nova geografia. Esta corrente de pensamento caracterizou-se por não produzir um estudo crítico sobre a sociedade e seu espaço, constituindo-se em muitos casos numa ideologia.

Entretanto, repensando a teoria dos lugares centrais, Corrêa (1997) imputa-lhe sentido histórico, definindo-a como um fenômeno submetido às transformações da sociedade capitalista, a partir de cinco proposições.

“A recuperação da teoria das localidades centrais é importante porque ela trata de um tema relevante que é o de organização espacial da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social. Recuperá-la, porque se torna necessário enriquecer a visão geográfica da sociedade, isto é, enriquecer nossa compreensão sobre as diferentes formas de espacialização da sociedade” (Corrêa, 1997, p. 17).

2. REDE DE ASSENTAMENTOS E O MST EM QUERÊNCIA DO NORTE

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu em 1984, na cidade de Cascavel (PR), quando foi realizado o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marcando o início das articulações das lutas no campo. Neste Encontro foram definidos os princípios,

forma de organização, reivindicação e luta do movimento, podendo-se considerar que marcou o início da formação de uma rede.

Até este ano, as lutas dos trabalhadores sem-terra no Brasil não estavam articuladas e se constituíam em movimentos isolados com ocupações de terra realizadas nos cinco Estados do sul do Brasil (SP, MS, PR, SC, RS). Embora isoladas, havia a participação expoente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada em 1975, para apoiar as lutas dos trabalhadores no campo.

No Rio Grande do Sul havia ocorrido a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. Em Santa Catarina, se destacam as lutas no Oeste daquele Estado, como por exemplo, a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê.

Neste mesmo período (final da década 70 e início dos 80), ocorrem lutas no Oeste de São Paulo, com destaque para a ocupação da fazenda Primavera em Andradina. Em Mato Grosso do Sul, ocorre a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados, além da ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. É importante destacar, também, para evidenciar os vários focos de lutas desarticuladas, a ação dos trabalhadores brasiguaios, que retornam para o sul de Mato Grosso do Sul, montando acampamentos em vários municípios daquele Estado.

No Paraná, surge a luta dos agricultores que perderam as terras com a construção da barragem de Itaipu, através do “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a justa indenização das terras. A experiência das lutas de Itaipu foi base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste do Paraná, em 1981: o MASTRO.

A partir do Mastro, surgem também outros movimentos de agricultores sem-terra no Paraná, como foi o caso do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN), MASTES (Sudoeste), além de outros. Foram organizadas várias ocupações de latifúndios (Anoni, Cavernoso, Giacomet-Marodin, Imaribo) em vários municípios paranaenses.

Somadas as lutas desenvolvidas em outros Estados, estas mobilizações desembocaram num grande Encontro de trabalhadores sem-terra da área de atuação da Regional Sul da CPT, na

cidade de Medianeira (PR). Este encontro pode ser considerado como um evento precursor para o grande Encontro nacional realizado em Cascavel, quando foi fundado o MST. A partir daí, as lutas dos sem-terras se territorializaram no espaço e o MST passou a desenvolver ações e lutas articuladas em todo o território nacional. Assim, inicia-se a formação de uma rede nacional do MST. Entretanto, o fato da realização do Encontro de Cascavel já evidenciava uma articulação entre as lutas, base para a construção de uma rede geográfica que se afirma a partir de 1984.

As mobilizações na região Noroeste do Paraná, onde se encontra o município de Querência do Norte, não surge neste contexto inicial de articulação das lutas, como área vinculada às ações de trabalhadores sem-terra, embora aí predominassem os grandes latifúndios. As mobilizações surgem, principalmente, com as ocupações das terras do grupo Atalla, Mayrinck, Góes, Jabur, o que contribuiu para que Querência do Norte se tornasse o principal centro de lutas no Noroeste do Paraná, a partir desse período (final da década de 80).

As mobilizações dos trabalhadores sem-terra que se iniciaram a partir da ocupação da fazenda “29 Pontal do Tigre”, resultaram no assentamento de 336 famílias sem-terra (Assentamento Pontal do Tigre). A partir daí, o assentamento foi construído como o principal centro de lutas no Noroeste do Estado do Paraná.

As mobilizações dos trabalhadores sem-terra no Paraná, que nos anos iniciais estavam concentrada nas regiões Oeste, Sudoeste e Centro, principalmente, passaram a se desenvolver no Noroeste, tendo como base a experiência de luta dos trabalhadores em Querência do Norte.

As várias ocupações de terras feitas no Noroeste foram na maior parte articulada por este centro. Querência do Norte não se tornou um lugar importante somente pelo número de famílias de trabalhadores assentadas, mas pela organização tanto produtiva como política desses trabalhadores. A existência de 23 assentamentos e cerca de 25 acampamentos/ocupações e suas articulações interna e externa acabam formando uma rede geográfica.

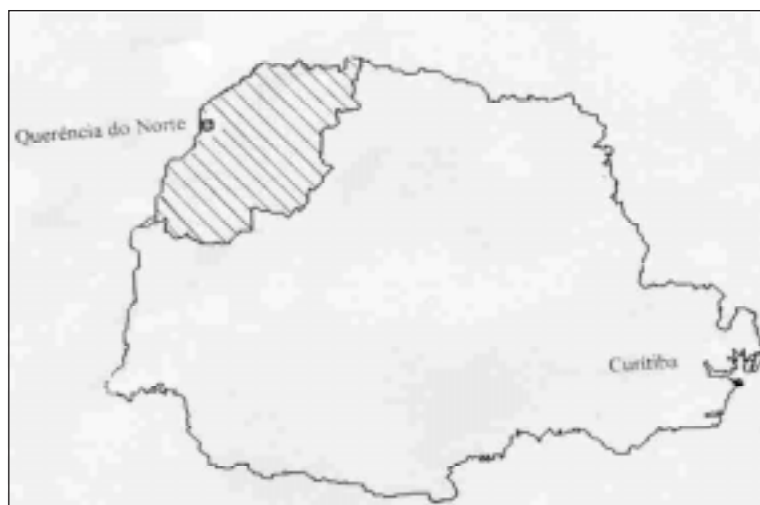


Figura 1 – Localidade Central (Querência do Norte)

A formação de uma rede geográfica a partir das articulações dos sem-terras não está vinculada somente às mobilizações para a conquista da terra (ocupações, caminhadas, atos públicos), mas também, aquelas que visam organizar a produção no interior dos assentamentos. Em ambas mobilizações, a cooperativa (COANA – Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda) e a Secretaria do MST constituem-se no centro gestor do processo.

Através da cooperativa é feita a articulação entre os assentamentos e a direção do MST/CCA-PR (Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná), em Curitiba ou em São Paulo.

Atentando para as mobilizações ligadas à produção agropecuária, aquelas organizações internas do MST (CPA-Cooperativa de Produção Agropecuária, CCA-Cooperativa Central de Reforma Agrária e CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil),

formam também uma rede de relações espacializadas, pois, para a produção se realizar no interior de cada lote do assentamento, a cooperativa se faz presente, através da assistência técnica, por exemplo. O assentado, em seu lote, está vinculado a um grupo de produção, seja ele coletivo, semicoletivo ou associação. Conseqüentemente, este grupo articula-se com a CPA-Cooperativa de Produção Agropecuária ou a uma CCR-Cooperativa Central Regional. A Cooperativa Regional, neste caso, a COANA, centraliza as atividades em Querência do Norte e vincula-se a CCA, que está sediada em Curitiba. A articulação de todas as Cooperativas Centrais, forma a CONCRAB.

O fluxo de informações e mercadorias, principalmente, entre estas organizações internas espacializadas não diz respeito necessariamente à produção (agropecuária ou industrial). Aqui, a circulação de informações feita por cada um destes locais, assume papel importante na viabilização da proposta dos sem-terras.

A partir deste esboço, observa-se a formação de uma rede semelhante à *rede dendrítica complexa* de localidades centrais. A figura a seguir, refere-se ao sistema cooperativista abordado. Isso não significa que todas os assentados e cooperativas estejam organizados dessa forma.

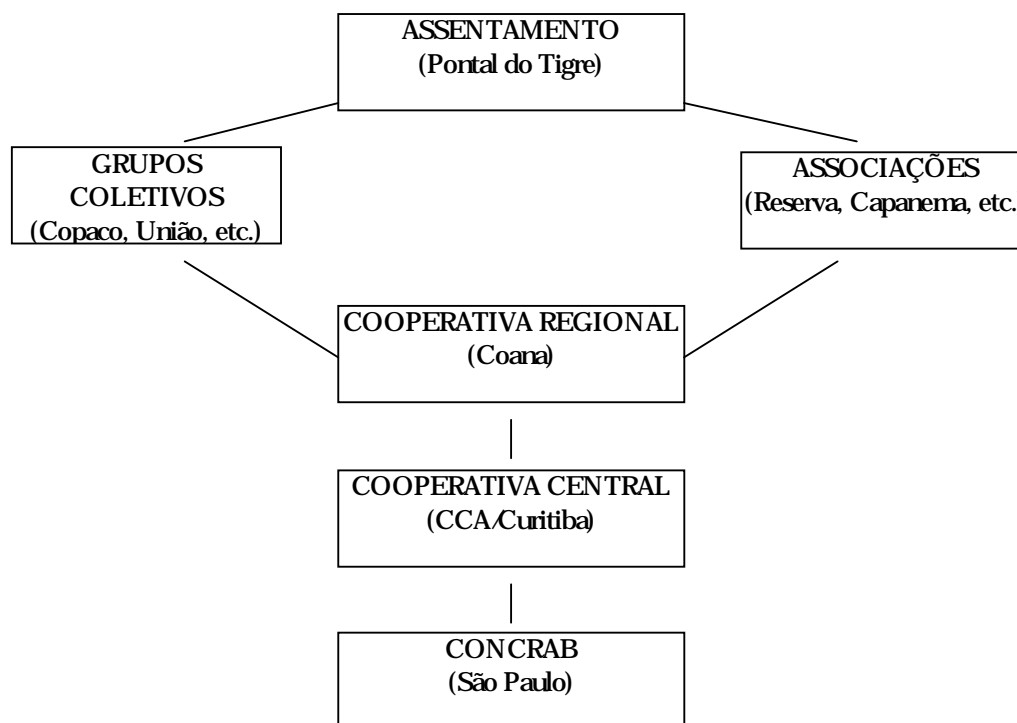


Figura 2 – Sistema Cooperativista (Querência do Norte)

Assim, observa-se que a partir de uma localidade central, ou seja, a Cooperativa ou a Secretaria do MST, instaladas em Querência do Norte, forma-se uma rede de relações sociais espacializadas. Os grupos coletivos, assentamentos, Cooperativa-Coana, Secretária do MST-PR, CCA, estão materializados num lugar. Esse, ao estar articulado a outros lugares, imprime sentido geográfico a esta rede de relações, formando assim, uma rede geográfica.

Aparentemente, o estudo sobre a formação de redes a partir de ações dos trabalhadores sem-

terra no Noroeste do PR não se constitui como um tema importante na compreensão desse “fenômeno” social. Evidentemente, esta questão (formação de rede a partir das ações do MST e das cooperativas dos sem-terras), constitui-se num tema importante de estudo, e cabe aos geógrafos, enquanto cientistas sociais, compreender estas questões a partir do seu objeto, o espaço. Dessa forma, os estudos sobre tais trabalhadores poderão diferenciar-se daqueles estudos desenvolvidos por outros ramos do conhecimento científico, como a sociologia, a

história, a economia, etc. Assim, os geógrafos poderão desenvolver conhecimentos, neste caso, sobre redes dos sem-terra, a partir da perspectiva espacial. Eis, a importância da geografia.

Dessa forma, este tema, que aparentemente estava distante do recorte de análise da ciência geográfica se constitui como uma grande questão a ser desenvolvida, para compreender o papel político da organização dos trabalhadores sem-terras na cooperativa de Querência do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas dos trabalhadores rurais sem-terras que se iniciaram com ações isoladas nos Estados mais ao sul do Brasil não se constituíam como uma rede geográfica, embora houvesse comunicação entre os trabalhadores, mediada pela importante ação da Comissão Pastoral da Terra.

Verifica-se que a fundação do MST no Brasil em 1984 na cidade de Cascavel resultou da necessidade de uma articulação maior destas

lutas. A partir daí, intensificam-se as relações entre a lutas dos sem-terras, que se materializam em um determinado espaço, permitindo a elaboração de uma rede geográfica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Verifica-se ainda que a territorialização das lutas no espaço permitiu a formação de regiões. Aí, as lutas passaram a ser centralizadas e gerenciadas por uma localidade central. No caso do Noroeste do Paraná, que se constituiu como uma região de lutas pela terra e também na terra, o centro de gestão é a COANA e a Secretaria do MST instaladas em Querência do Norte. Esta Localidade Central permite a articulação entre os assentamentos e as relações com a CONCRAB/CCA e Secretaria Nacional e Estadual do MST.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CORRÊA, R.L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Net and central locality: the MST in northwest of Paraná

ABSTRACT

From Querência do Norte is articulated a whole of relations between settlements and camps in the northwest. This center is represented by of MST Secretariat and by Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda (COANA), which are localized in Querência do Norte, it becomes a knot in the mediation between the settlements/ camps and the State Secretariat (Curitiba) and National (São Paulo). Thus, Querência do Norte, While a central locality, articulates to a center of control an conducts a determined number of settlements and camps, that are spread in many municipal districts of northwest of Paraná; so they formed a net.

KEY WORDS: settlements, central locality, net.

La enseñanza de la Geografía Física en la Universidad de la Habana

Silvia Diaz García*

RESUMO

La enseñanza de la Geografía Física dentro del marco de la Geografía ha pasado por diferentes etapas cada una de las cuales se ha caracterizado por las tendencias geográficas del momento, así como del desarrollo y evolución del pensamiento geográfico. Siendo la envoltura geográfica del planeta Tierra, por su esencia, el medio natural en el que habita la sociedad humana, constituye el objeto natural de las actividades productivas y la fuente de recursos naturales. De modo que la disciplina Geografía Física queda conformada por las asignaturas que representan los componentes naturales que quedan integrados en la Geografía de los Paisajes, todas ellas interrelacionadas por una concepción ecólogo-ambiental. En el presente trabajo hacemos algunos análisis y reflexiones sobre la trayectoria en la impartición de esta disciplina, así como el comportamiento actual de corrientes y tendencias en su enseñanza, complementado por la experiencia de los profesores y egresados.

PALAVRAS-CHAVE: envoltura geográfica, disciplina Geografía Física, componentes naturales, recursos naturales, ecólogo-ambiental.

La enseñanza de la Geografía Física en la Universidad de La Habana es relativamente reciente: cuenta sólo con treinta y ocho años de vida. Pero vida fecunda y fructífera en la que se ha desarrollado activa e intensamente.

A pesar de que la Universidad de La Habana fue fundada en 1728, no es hasta 1934 que el Dr. Salvador Massip creó la cátedra de Geografía, adscrita en aquel entonces a la Facultad de Filosofía y Letras, en la que trabajan cuatro docentes. Se formaba un doctor en Filosofía y Letras que, en el último año, podía optar por cursar cuatro asignaturas que le permitían especializarse en Geografía e Historia. Estos egresados ejercían la profesión en la enseñanza de nivel medio.

Punto culminante en el desarrollo de la Geografía lo constituye la promulgación de la Reforma Universitaria el 10 de Enero de 1962. El análisis realizado en ocasión de la Reforma Universitaria de 1962 evidenció que las carreras existentes hasta entonces no satisfacían las crecientes demandas del desarrollo, corroborándose la existencia de un divorcio entre la formación de los especialistas y las necesidades del país, evidenciándose de manera concreta en los planes y programas de estudio.

Es entonces que se decide la creación, en

1962, de la carrera de Licenciatura en Geografía, con el objetivo, entre otros, de ayudar a satisfacer las necesidades del país, mediante la formación de geógrafos profesionales con un alto nivel científico. Y, a la vez, se creó la Facultad de Pedagogía (actualmente Instituto Superior Pedagógico) para satisfacer la enseñanza de la Geografía en los niveles primario y secundario.

Y así nace, en 1962, la Escuela de Geografía en la Universidad de La Habana, adscrita a la facultad de Ciencias y único centro en todo el país donde se formarían geógrafos de nivel superior. El primer plan de estudios tenía una duración de cuatro años y las asignaturas se agrupaban en Geografía Física y Geografía Económica. Si en 1962 trabajaban a tiempo completo cinco docentes, ya en 1976 laboraban dieciséis profesores, de ellos doce egresados de la propia escuela.

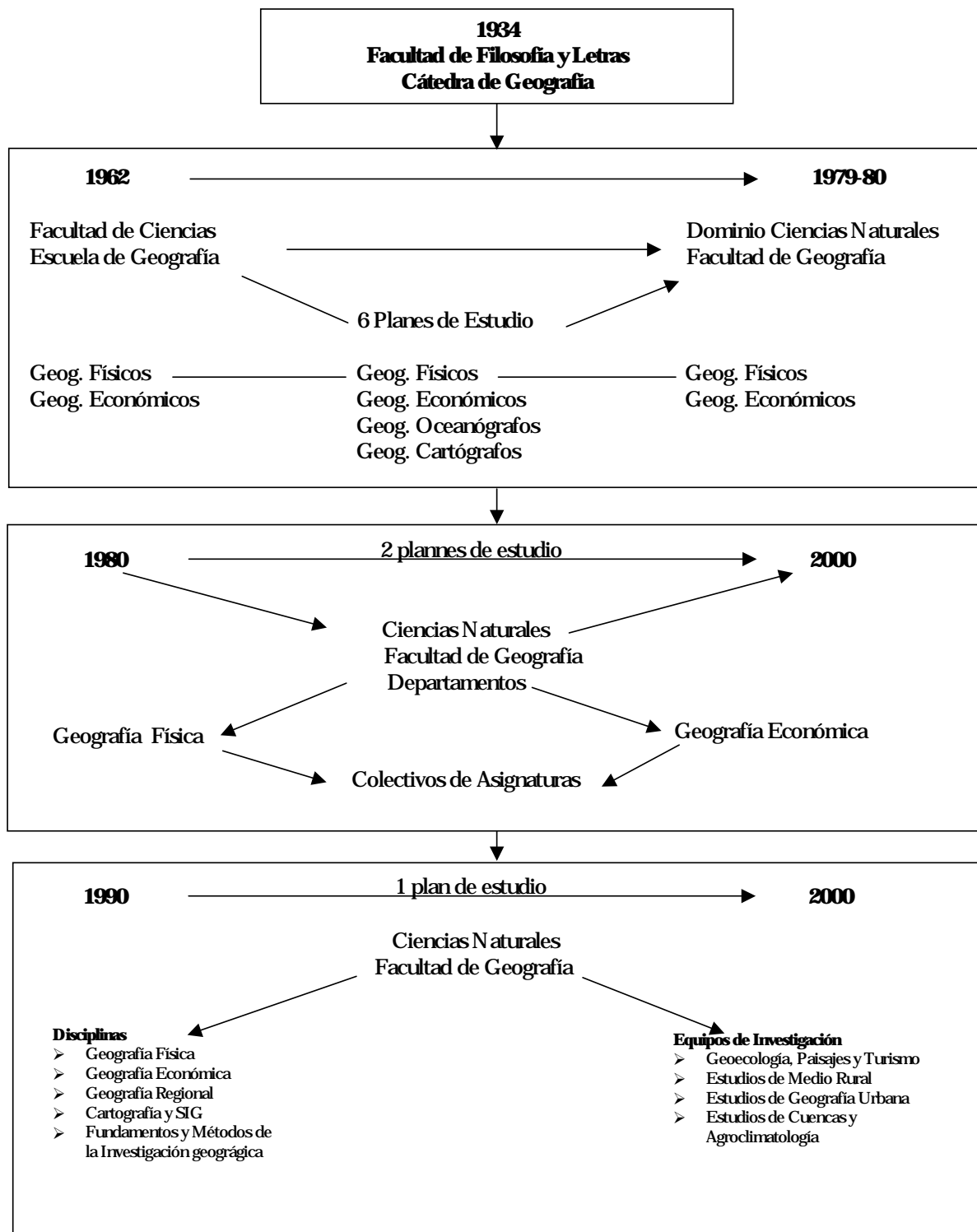
Se comenzaron las investigaciones científicas que contaban no sólo con la participación de profesores, sino también de los estudiantes. Fue de gran valor el estudio de las condiciones geográficas de los macizos montañosos Sierra Maestra y de la Sierra del Rosario entre 1967 y 1969, los que sirvieron de pauta para la elaboración de los primeros planes de ordenamiento territorial para esas regiones.

* Mestre em geografia Física. Docente da Universidade de La Habana, Cuba.

Hasta 1972, la Escuela de Geografía recibió la colaboración de especialistas, particularmente de Francia. Luego predominó la colaboración con profesores de la entonces Unión Soviética. Paralelamente, los egresados, profesores de la escuela comenzaron a realizar estudios superiores obteniendo todos el grado científico de Doctores en Ciencias Geográficas.

Este desarrollo de la investigación científica, así como en la superación profesional constante de los profesores, llevó aparejado una transformación rápida de los planes de estudio, motivado, además por las necesidades que solicitaban diferentes instituciones de nuestros egresados (Cuadro 1).

Cuadro 1. Trayectoria de la posición ocupada por la Facultad de Geografía en la Universidad de La Habana.



Es de esta manera que en 1978 se tenía un ambicioso plan de estudios caracterizado por especializaciones dentro de la Geografía, formándose geógrafos en cuatro especialidades, a saber: Geógrafo Físico, Geógrafo Económico, Geógrafo Cartógrafo y Geógrafo Oceanógrafo. Y de cuatro años, la carrera se extendió a cinco años.

En esos años la especialización en Geografía Física impartía treinta y dos asignaturas veintitres de ellas de Geografía Física propiamente, y las otras repartidas entre otras disciplinas como Filosofía, Matemática, Estadística, Física,

Química, Idioma y Educación Física. Además, se realizaban prácticas de campo, a través de las cuales los alumnos desarrollaban los conocimientos adquiridos mediante clases y conferencias, así como hábitos y habilidades en el campo práctico del geógrafo, poniéndose en contacto con las realidades y necesidades de la sociedad. Estas horas dedicadas a este tipo de docencia no se incluyen en el total de las asignaturas propias de la especialidad que sumaban 2.023 horas, frente a un total de 3425 horas (Cuadro 2)

Cuadro 2 – Especialidad: Geografía Física. Plan de Estudio, 1978

Nº	Asignaturas	Año en que se cursa	Semestre	Total horas
1	Geografía física general	1º	1º y 2º	224
2	Geología general	1º	1º	145
3	Topografía	2º	3º	140
4	Cartografía	2º	4º	100
5	Introducción a la computación	3º	5º	64
6	Meteorología	3º	5º	64
7	Geomorfología	3º	5º	74
8	Climatología	3º	6º	64
9	Suelos	4º	7º	48
10	Biogeografía	4º	7º	48
11	Oceanografía	4º	7º	64
12	Fotointerpretación	4º	7º	30
13	Geografía de los suelos	4º	8º	88
14	Ampliación de la Geología	4º	8º	90
15	Ampliación de Biogeografía	4º	8º	68
16	Morfología cársica	4º	8º	80
17	Hidrología	5º	9º	68
18	Métodos de investigación geomorfológica	5º	9º	80
19	Geografía física de Cuba	5º	9º	144
20	Geografía física de los continentes	5º	9º y 10º	96
21	Geomorfología aplicada	5º	10º	48
22	Aguas subterráneas y balance hídrico	5º	10º	100
23	Geografía de los paisajes	5º	10º	32
24	Geografía económica de Cuba	5º	10º	64

En 1976 se crea el Ministerio de Educación Superior lo que conlleva a una reestructuración gradual de sus dependencias. Y en 1979 la escuela pasa a constituirse en Facultad de Geografía como resultado de la consolidación de su principal función, la de formar geógrafos profesionales de alto nivel científico. Había crecido el claustro de profesores, aumentado el número de estudiantes, extranjeros inclusive, se

reconocía la importancia del trabajo desarrollado por los egresados en diferentes instituciones científicas, de producción y de servicios; creció el número de profesores con grados científicos y docentes, aumentó la cantidad de trabajos de investigación vinculados a tareas nacionales, así como las publicaciones.

La nueva Facultad mantiene los dos departamentos más fuertes, alrededor de los cuales

se agrupan disciplinas que a su vez están integradas por colectivos de asignaturas. El Departamento de Geografía Física contiene las disciplinas de Geografía Física, la de Geomorfología y la de Hidroclimatología. De hecho, esta subdivisión sembró la semilla de lo que más tarde se constituirían en equipos de investigación.

A partir de 1982-83 queda transformado el plan de estudio, eliminándose las especializaciones a favor de la promoción de un geógrafo de perfil amplio, que tenga un profundo dominio en la formación básica, de la profesión y que sea capaz de resolver los problemas que se le presentaran una vez graduado. Para ello, el plan de estudios combina tres tipos de actividades docentes: la de carácter académico, la de carácter laboral y la de tipo investigativo. Estas actividades se estructuran en sentido horizontal, actividades realizadas durante un curso académico y las organizadas verticalmente, es decir, las estructuradas a través de todos los años de la

carrera, conformadas en las disciplinas en correspondencia con los objetivos que encierra. Las actividades académicas se rigen por las disciplinas mencionadas; las de carácter laboral están relacionadas con trabajos que realizan los estudiantes en centros laborales vinculados al quehacer geográfico y que pueden estar ligados al trabajo científico de los estudiantes mediante trabajos de curso y diploma que realizan en la propia facultad o en los centros citados.

Comenzando la década de los noventa, comienza un nuevo plan de estudio, el C que se revisa y mejora en 1998/99. La Facultad adopta la estructura de las disciplinas docentes para el trabajo académico y la de equipos de investigación para el trabajo científico investigativo.

De tal estructura surgen seis disciplinas geográficas, la Geografía Física entre ellas, con diez asignaturas (Cuadro 3), con un total de 700 horas, que no incluyen las prácticas de campo.

Cuadro 3 – Disciplina Geografía Física. Plan de estudios C y C'. 1990-2000

Nº	Asignaturas	Año en que se cursa	Semestre	Total horas
1	Geografía Física General	1º	1º	64
2	Geología General	1º	2º	96
3	Geomorfología	2º	3º	80
4	Meteorología-Climatología	2º	4º	80
5	Pedología y Geografía de los Suelos	2º	4º	80
6	Hidrología	3º	5º	64
7	Geografía Física del Curso	3º	5º	48
8	Biogeografía	3º	5º	64
9	Geografía de los Paisajes	3º	6º	48
10	Oceanografía	4º	7º	64

Este conjunto de asignaturas, de manera gradual, introduce al alumno en el estudio de la Geografía Física para pasar al estudio de los componentes del medio geográfico en su doble carácter de recursos naturales, a la vez que los va integrando, hasta llegar a la Geografía de los Paisajes que integra la interacción entre todos los componentes.

Con este plan de estudio se pone en práctica la concepción de brindarle al especialista un perfil amplio mediante el cual las asignaturas dotan al alumno de las herramientas básicas, proveyéndoles

a la vez, de hábitos y habilidades adquiridos a través de los medios activos de enseñanza, así como del estudio individual e independiente.

Toda esta concepción posibilitó la reducción en horas de las asignaturas de la disciplina y la eliminación de las asignaturas dedicadas al estudio de las características de los componentes para el territorio de Cuba. Por otro lado se crearon otras disciplinas geográficas con asignaturas que tienen un carácter integrador en el análisis de los componentes y recursos de los sistemas territoriales, asumiendo además los métodos de evaluación.

La disciplina de Geografía Física se ha trazado seis objetivos generales dentro del plan de estudios de la carrera que a su vez parte del “modelo del profesional”, de modo tal que pueda cumplir su función dentro del sistema de Ciencias Geográficas.

Estos objetivos generales son:

1. Adquirir los conocimientos, hábitos y habilidades en el estudio e investigación de los componentes naturales, como condición y recurso, y de los complejos físico-geográficos, que propicien su formación científica integral, que contribuya a resolver las tareas prácticas planteadas, así como problemas concretos del desarrollo socio-económico y de la defensa del país.
2. Continuar desarrollando la capacidad y el hábito de adquirir conocimientos y habilidades de forma independiente y permanente, elevando así su preparación en todos los órdenes.
3. Desarrollar la capacidad de razonamiento abstracto, de análisis, síntesis y formas de representación cartográfica y puedan asimilar las formas del pensamiento lógico, sustentados en el desarrollo del enfoque físico-geográfico como elemento de base para la transformación de los sistemas medioambientales.
4. Desarrollar una convicción ética acerca del rigor y la honestidad científica en la realización de tareas e investigaciones así como también la convicción que les permita apreciar y evaluar la belleza de la naturaleza como fuente de valores estéticos, tanto para su utilización como para su protección.

5. Conocer y utilizar los rasgos específicos de las diferentes esferas geográficas y de la envoltura geográfica del planeta como sistema integral y complejo, así como cada una de ellas en la formación, diferenciación, desarrollo y dinámica de la envoltura geográfica.
6. Aplicar adecuadamente los métodos físico-geográficos en las investigaciones de propiedades, diferenciación a distintos niveles, composición, estructura, dinámica y evolución de los componentes y complejos físico-geográficos, haciendo uso de las representaciones cartográficas, medios automatizados, idiomas, información estadística y bibliográfica necesarias para la ejecución de las tareas planteadas.

BIBLIOGRAFÍA

ARCHIVOS. FACULTAD DE GEOGRAFÍA. UNIVERSIDAD DE LA HABANA 1999. Programas y Planes de Estudios. Carrera: Licenciatura en Geografía, 1999.

ALGUNOS datos sobre la Facultad de Geografía. In: ENCUESTO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1, 1979, La Habana. La Habana, 1979.

LA FACULTAD de Geografía en el XX Aniversario de su Fundación. Facultad de Geografía. Universidad de La Habana. La Habana, feb. 1982.

RUA, A.; MATEO, J.; LAZO, A. *El Desarrollo de la Geografía en la Universidad de La Habana. Facultad de Geografía.* La Habana: Universidad de la Habana, 1989.

Teaching of physical Geography at the Habana University

ABSTRACT

Geography tendencies as well as development of geographical thought marked the organization of Physical Geography knowledge. Earth surface environment or better, natural environment is the human life *locus* and space of production activities. Physical Geography as discipline share natural contents of Landscape Geography, all related and under environmental and ecological conception. The subject of this article is to analyse the development of this discipline, current tendencies, and teachers' and students' experience at Habana University, Cuba.

KEY WORDS: geographical environment, physical Geography, natural resources, ecological-environmental.

GEOGRAFIA

Revista do Departamento de Geociências

INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO

A revista GEOGRAFIA: Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, destina-se à publicação de matérias de interesse científico de qualquer área de conhecimento, desde que tenham relação com a ciência geográfica.

NORMAS EDITORIAIS

1. Serão aceitos somente trabalhos originais divulgados ou não, mas ainda não publicados em periódicos do gênero, ou, em casos especiais, a critério do Conselho Editorial.
2. Os originais recebidos serão submetidos à apreciação de assessores científicos que sejam especialistas reconhecidos nos temas tratados. Os trabalhos serão enviados para avaliação sem a identificação de autoria.
3. O editor se reserva o direito de introduzir eventuais alterações nos originais, de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com o fim de manter a homogeneidade e qualidade da publicação, respeitados o estilo e as opiniões dos autores, sem que seja necessário submeter essas alterações à aprovação dos autores.
4. A revista classificará as colaborações de acordo com as seguintes seções:
 - 4.1 **Artigos:** compreende textos que contenham relatos completos de estudos e pesquisas, matéria de caráter opinativo, revisões da literatura e colaborações assemelhadas (no máximo 40 páginas);
 - 4.2 **Notas prévias:** comportam observações, opiniões, críticas, ponderações, explicações sobre temas de interesse do público-alvo (no máximo 6 páginas);
 - 4.3 **Resenhas:** compreende a apreciação e análise crítica e interpretativa de obras recém-lançadas, cabendo ao resenhista toda a liberdade de julgamento (no máximo 4 páginas).
5. As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
6. As provas tipográficas não serão enviadas aos autores.
7. Os autores e co-autores receberão um exemplar da revista.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Formato: todas as colaborações devem ser enviadas, de preferência, em disquete, acompanhada de uma cópia impressa, com entrelinhamento duplo, em tamanho A4 (21 x 29,7 cm). O disquete (3 ½") será aceito se o trabalho estiver, preferencialmente, no editor de texto Microsoft Word for Windows, versão 6.0 ou superior.

Texto: com intuito de agilizar o trabalho de editoração eletrônica, a digitação deverá seguir as seguintes normas:

- a) não utilizar tabulações no início do parágrafo;
- b) colocar espaço após a pontuação;
- c) usar fonte (letra) padrão Times New Roman e modelo de formatação normal do editor de textos, podendo-se usar negrito, itálico, sublinhado, sobescrito e subscrito;
- d) apresentar o texto em um único arquivo; com exceção das ilustrações que devem ser em arquivos separados.

Título: deve ser em português, com versão para o inglês

Autoria: O(s) autor(es) deve(m) indicar na primeira lauda do original, em nota de rodapé, a que Instituição pertence(m), Departamento ou Unidade de Trabalho, e o endereço completo de cada um para as consultas que se fizerem necessárias (preferencialmente com e-mail).

Resumo/Palavras-chave: deve ser incluído um resumo informativo de aproximadamente 200 palavras, em português, acompanhado de sua tradução para o inglês. As palavras-chave devem representar o conteúdo do texto, em português e inglês, e não devem ultrapassar cinco (5) descritores.

Agradecimentos: agradecimentos a auxílios recebidos para a elaboração do trabalho ou mesmo à pessoas, deverão ser mencionados em nota de rodapé na primeira página.

Notas: notas referentes ao corpo do artigo devem ser indicadas pelo sistema numérico e inseridas no fim do artigo, antes das referências bibliográficas.

Ilustrações (fotografias, desenhos, gráficos, mapas, quadros, tabelas etc.): deverão ser contempladas aquelas estritamente indispensáveis à clareza do texto, indicando-se no mesmo o lugar em que devem ser inseridas. As ilustrações devem ser apresentadas em arquivo separado, em um dos seguintes formatos: BMP, TIF, PCX.

Importante: serão publicadas somente as ilustrações em diferentes tons de cinza.

Citações bibliográficas: deverão seguir o sistema de chamada alfabética conforme as normas da ABNT (NBR 10520 – apresentação de citações em documento) e listadas alfabeticamente no final do trabalho.

Referências Bibliográficas: deverão ser redigidas conforme as normas da ABNT (NBR 6023 – referências bibliográficas) e relacionados somente os trabalhos citados no artigo (NBR 6022 – apresentação de artigos em publicações periódicas).

As colaborações devem ser enviadas, acompanhadas de carta de encaminhamento, para o endereço:

Geografia: Revista do Departamento de Geociências

Universidade Estadual de Londrina

Centro de Ciências Exatas

Departamento de Geociências

Campus Universitário s/n

Caixa Postal 6001

86.051-990 Londrina, Paraná

GEOGRAFIA

Revista do Departamento de Geociências

NÚMEROS DISPONÍVEIS:

v.8, n.1, jan./jun.1999	R\$ 5,00
v.8, n.2, jul./dez.1999	R\$ 5,00
v.9, n.1, jan./jun.2000	R\$ 5,00
v.9, n.2, jul./dez.2000	consultar

Geografia: Revista do Departamento de Geociências
Universidade Estadual de Londrina
Centro de Ciências Exatas
Departamento de Geociências
Caixa Postal, 6001
86051-990 – Londrina – Paraná
Fone: (43) 371-4246 – Fax: (43) 371-4216
E-mail: dgeo@geo.uel.br

PEDE-SE PERMUTA